



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

NÁDIA ALESSANDRA RODRIGUES DA SILVA

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO DO JURUNAS: formas de participação
política nas últimas décadas

Belém/PA
2016

NÁDIA ALESSANDRA RODRIGUES DA SILVA

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO DO JURUNAS: formas de participação política nas últimas décadas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

Belém/PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Silva, Nádia Alessandra Rodrigues da

Movimentos sociais no bairro do Jurunas: formas de participação nas últimas décadas / Nádia Alessandra Rodrigues da Silva; Orientadora, Rosa Elizabeth Acevedo Marin. – 2016.

111 f.: il.; 29 cm.

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

1. Movimentos sociais – Jurunas (Belém, PA). 2. Jurunas (Belém, PA) - .Condições sociais. 3. Orçamento municipal - Jurunas (Belém, PA). I. Acevedo Marin, Rosa Elizabeth, Orientadora. II. Título.

CDD 305. 5098115

NÁDIA ALESSANDRA RODRIGUES DA SILVA

MOVIMENTOS SOCIAIS NO BAIRRO DO JURUNAS: formas de participação política nas últimas décadas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, para a obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

Data de aprovação: 4 maio de 2016

Banca examinadora:

Prof^a Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Orientadora - NAEA/UFPA

Prof^a Dra. Jurandir dos Santos Novaes
Examinadora externa - ICE/UFPA

Prof. Dr. Silvio Figueiredo Lima
Examinador interno - NAEA/UFPA

Prof^a Dra. Nirvia Ravena de Souza
Examinadora suplente - NAEA/UFPA

Belém/PA
2016

AGRADECIMENTOS

Essa Dissertação só foi possível primeiramente porque Deus estava ao meu lado em todas as dificuldades. Mas, foram vencidas a cada batalha travada dentro de uma infância construída dentro da luta, de mobilizações e de busca por uma sociedade mais justa no bairro do Jurunas. Que foi travada por meus pais Antônio Carlos Siqueira da Silva, Angela Raimunda Figueiredo Rodrigues, os quais me ensinaram que devemos nos manter firmes na luta sem perder a ternura, e outros tantos companheiros, que permitiram que pessoas como eu, contrariando a lógica de uma sociedade desigual hoje até esse momento.

Se hoje chego a essa etapa um pouco mais elevada de conhecimento nessa renomada instituição de ensino, é prova legítima que a luta pela Escola lá atrás hoje trouxe seus resultados, e tenho orgulho e oportunidade de avivalas nesse trabalho.

Hoje já não estão entre nós algumas pessoas que me vem a memória agora que me ajudaram muito, como: Luís Alberto Cardoso Braga, Dona Aldair Neris Lopes, Amaury Pacheco e Sandra Margaret Marthel que tanto me ajudaram, e fica o meu imenso agradecimento.

Agradeço grandemente à Prof^a Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin minha orientadora que teve bastante paciência diante dos problemas que se apresentaram ao longo desse curso, principalmente de saúde. Agradeço também ao Prof. Dr. Silvio Figueiredo Lima e ao Prof. Dr. Hisakhana Pahoona Corbin, que também me ajudaram. Aos colegas em especial a Alana Souto e Vânia Araújo que muito me incentivaram nos momentos de dificuldade. Há todos que colaboraram com as entrevistas. Além da Prof^a Dra. Jurandir dos Santos Novaes que participou da minha banca de qualificação que deu muitas contribuições para esse trabalho final. E ao Prof. Dr^o. Pere Petit, que foi um grande amigo e incentivador.

Também deixo aqui um agradecimento especial ao meu amigo João Alves da Silva que comprou o material (textos) para que eu estudasse para a prova de seleção do NAEA e que é um grande incentivador, e o Márcio Fernando Brito e Dielson Pinheiro que também muito me ajudaram.

Muito Obrigada!

RESUMO

Este trabalho acadêmico propõe-se realizar uma análise sobre os movimentos sociais no bairro do Jurunas, cidade de Belém, Pará, e sobre as formas como os agentes sociais compreendem e praticam a política. Para empreendermos este estudo é feita uma discussão com os agentes sociais envolvidos e participantes no movimento social urbano. Em termos de recorte temporal examinamos um intervalo dos anos 90 quando Belém passou por um processo de Orçamento Participativo (1997-2000) até o Congresso da Cidade, (2001-2004). Nos eventos organizados pela administração municipal parte da população decidia e expunha suas demandas em assembleias, com eleição de delegados. Nos dias atuais está em curso a execução da obra de Macro drenagem da bacia da Estrada Nova, em que a população tem participado de forma reduzida nos processos decisórios desse projeto. O que teria acontecido com os movimentos sociais nos anos 90 e no período mais recente? Tentaremos elucidar essa questão, alavancando o que no senso comum e a academia definem como *“enfraquecimento da participação política das novas gerações e o pensamento político”*, voltado apenas para o campo das políticas públicas, no caso em questão é o Orçamento Participativo. E por último, responder a uma questão: Até que ponto, na atualidade, a participação política pode realmente definir os rumos de um governo atrelado a uma política neoliberal na qual os grandes grupos econômicos como o BID, definem boa parte das ações a serem desenvolvidas pelos Estados?

Palavras Chave: Política. Orçamento Participativo. Movimentos sociais. Jurunas.

ABSTRACT

This academic work proposes to carry out an analysis of the social movements in the district of Jurunas, city of Belém, Pará, and the ways in which social agents understand and practice politics. To undertake this study is made a discussion with the social agents involved and participating in the urban social movement. In terms of cutting time we examined a range of the nineties when Belém has passed for a participatory budgeting process (1997-2000) until the congress City (2001-2004). In the events organized by the municipal administration part of population decided and exposed their demands in assemblies with delegates election. Nowadays it's in progress the execution of work of Macro drainage of the New Road basin, where the population has participated in reduced form in decision-making of this project. What would have happened with the social movements in the 90s and the most recent period? We will try to clarify this issue, leveraging what common sense and academia define as "weakening the political participation of new generations and political thinking", aimed only to the field of public policy, in this case is the Participatory Budget. Finally, to answer a question: Until point today the political participation can really set the direction of a trailer government to a neoliberal policy in which the major economic groups such as the BID, define much of the action to be taken by the States?

Keywords: Politics. Participatory budgeting. Social movement. Jurunas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Divulgação de abandono de obras.....	41
Figura 2 -	Convite para o Protesto 400 anos.....	42
Figura 3 -	Jornal Resistencia 1.....	48
Figura 4 -	Jornal Resistencia 2.....	49
Figura 5 -	Convite de reunião COBAJUR.....	51
Figura 6 -	Panfleto convite para reunião do Projeto Menino () Livres.....	54
Figura 7 -	Panfleto Informativo da COBAJUR.....	62
Figura 8 -	Panfleto Festival do Sorvete da Cobajur.....	62
Figura 9 -	Panfleto Tarde do Tacacá.....	63
Figura 10 -	Mapa das Intervenções no bairro durante o Governo () Povo.....	68
Figura 11 -	Impactos sociais territoriais causados pelo Portal () Amazônia.....	96

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Protesto dos moradores e movimentos sociais pelo abandono das obras do Portal da Amazônia.....	42
Fotografia 2 - Descaso da Prefeitura arredores da feira e da feira portão da EEFM Escola Marluce Pacheco Ferreira 12/01/2016.....	45
Fotografia 3 - Inauguração do Jornal Resistência em 1978.....	50
Fotografia 4 - Passeata COBAJUR no Jurunas.....	52
Fotografia 5 - Faixa, com a data de Inauguração do Conselho Comunitário do Jurunas.....	54
Fotografia 6 - Mutirão na Cobajur para construção da Escolinha Comunitária Santo Dias.....	63
Fotografia 7 - Denúncia do abandono da obra.....	88
Fotografia 8 - Unidade Habitacional concluída.....	90
Fotografia 9 - Unidade habitacional interdita.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Números das eleições no período de 2000 a 2004.....	72
Tabela 2 -	Número de Box e de permissionários do Porto do Açaí.....	82
Tabela 3 -	Número de Imóveis Afetados Pelo PROMABEN Trecho Veiga Cabral/Fernando Guilhon, com base na Consistência Cadastral de 2011.....	91

LISTA DE SIGLAS

ANTEMEPA	Associação de Moradores de Terrenos de Marinha do Estado do Pará
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
COBAJUR	Associação da Comunidade de Base do Jurunas
CODEM	Companhia de Desenvolvimento Metropolitano
COHAB	Companhia Estadual de Habitação
CUT	Custo Unitário do Trabalho
DAGUA	Distrito do Guamá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONG	Organização Não Governamental
PA	Pará
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PNCSA	Programa Nova Cartografia Social da Amazônia
PROMABEN	Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	PENSAR E “FAZER A POLÍTICA”.....	22
2.1	Relevância do exercício da política para os movimentos sociais.....	27
2.2	O Tempo Presente dos “Movimentos Sociais”.....	37
3	ORGANIZAÇÃO POPULAR NO BAIRRO DO JURUNAS.....	46
3.1	Orçamento Participativo.....	57
3.2	Congresso da Cidade.....	74
4	IMPACTOS DA MACRODRENAGEM E DA ORLA E AS NOVAS DEMANDAS DOS MORADORES DO BAIRRO DO JURUNAS.....	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
	REFERÊNCIAS.....	102
	ANEXOS.....	108

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender como agentes sociais inseridos nos movimentos sociais do bairro do Jurunas compreendem a política e qual é sua real importância na sua área de atuação. Meu interesse nesse trabalho advém do fato de ter acompanhado parte da trajetória de luta dos movimentos populares do bairro, pois desde muito cedo, quando acompanhei meu pai e muitos outros companheiros se lançarem na luta por melhores condições de vida, e melhores oportunidades para seus filhos, um cenário onde acesso a educação, saúde, educação e moradia so eram adquiridos por meio de muita mobilização popular.

Essa convivência com lideranças do bairro do Jurunas e de outros bairros ao longo do meu desenvolvimento como cidadã possibilitou que anos mais tarde pudesse participar em diferentes momentos das transformações que o bairro vivenciou, hora com espectadora, hora como agente político no enfrentamento pela busca por direitos. Mais tarde quando adentrei na Universidade, compreendi a minha responsabilidade de trazer à tona essa trajetória de luta da “Nação Jurunense” para que as novas gerações conhecessem o processo de formação e transformação do Bairro do Jurunas que é um misto de mobilização política e um celeiro de cultura.

Em 2007 concluí o curso de licenciatura e Bacharelado em História com a monografia intitulada “A Luta pelo Direito de Morar no Bairro do Jurunas na Década de 80” onde inicei a pesquisa sobre o bairro do Jurunas onde varias questões foram discutidas como a formação dos primeiros Centros comunitários e as grandes mobilizações dos anos 80. Posteriormente dei continuidade a esse trabalho já aqui no NAEA quando fiz a Especialização do FIPAM, com a Monografia “A Organização Comunitária e a luta na Luta pela Moradia no Bairro do Jurunas na Década de 80” onde as questões em aberto no primeiro trabalho foram elucidadas com um formato Interdisciplinar. Agora no presente trabalho é feita uma análise dos movimentos sociais do bairro nas ultimas décadas, dando ênfase a segunda metade dos anos 90, quando se iniciou o processo denominado de Orçamento Participativo (OP) em Belém, na época sob a administração municipal do prefeito Edmilson Brito Rodrigues quem implantou essa forma de gestão pública que já havia sido colocada em prática na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, primeira cidade brasileira a desenvolver essa experiência.

O OP como já dito teve seu início na cidade de Porto Alegre e depois se expandiu para outras cidades do Brasil - Belém (PA), Recife (PE), Santo André (SP), São Paulo (SP) e até do mundo como é o caso de Saint-Denis (França), Montevideu (Uruguai) e outras. Mas é importante reconhecer que ao se importar este modelo, que perdurou por doze anos em Porto Alegre, não havia garantias de um resultado satisfatório. Deve-se levar em consideração as particularidades de cada lugar, se a sociedade local estava realmente preparada para se lançar a esse intento.

Dias (2006), discutiu em sua Dissertação de Mestrado a gestão da ex-prefeita Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo e apontou os limites e possibilidades na implantação do OP que foi a principal bandeira de seu mandato. Todavia no final deste, em 2004, nem a própria candidata fazia referência a ele. Como isso se explica?

O autor relaciona alguns obstáculos ao OP em São Paulo, a saber resistência de vários setores da sociedade, e até mesmo dentro do próprio Partido dos Trabalhadores; a questão da forma como foram escolhidos os delegados por indicação dos vereadores, com intuito de fortalecer a base governamental. Só nesses dois primeiros pontos já vemos problemas sérios que podem ter sido entraves há um melhor desempenho do OP, pois se analisarmos o exemplo de Porto Alegre e Belém notoriamente existia um bom terreno para a gestão democrática, pois a população local tinha uma trajetória de mobilização popular e recebia com otimismo e esperança uma nova forma de decisão sobre a destinação dos recursos municipais.

Outro fator que destacamos para análise no trabalho de Dias (2006) e a forma de escolha dos representantes das sub-Prefeituras, os mesmos eram escolhidos pelos parlamentares da Câmara Municipal que é uma forma segundo o autor de cooptação por parte do executivo para garantir sua governabilidade. Mas, essa forma de ação segundo nosso entendimento fere as bases democráticas às quais o governo está se propondo a estabelecer, no entanto, em Belém havia uma semelhança com o modelo de São Paulo, pois os presidentes distritais eram indicados pelo executivo então esse fator que o autor apresenta como determinante para o fracasso que o autor concluiu. Ao final do mandato de Marta Suplicy o povo nas urnas mostrou que não aprovou o OP e não reelegeu o governo petista para um segundo mandato, o que diferiu do governo de Edmilson Rodrigues em Belém que alcançou a reeleição. Assim como Dias (2006), Rezende (2009) aponta o que ele define como as causas para o não êxito.

As estratégias políticas, com finalidades eleitorais ou de aquisição/afirmação de poder, adotadas pelo partido que administrava o governo local, foram um dos principais elementos de obstrução político-institucional do potencial de alcance do Orçamento Participativo de São Paulo. (RESENDE, 2009, p.181)

A iniciativa de implantar esse modelo de gestão democrática em Belém significou uma tentativa de transformação na forma de definir as políticas públicas do governo. Segundo Novaes (2012) houve uma maciça participação popular, pois em torno de 800 mil pessoas entre 1997 a 2004 participaram do OP e do Congresso da Cidade. Assim, representa um marco na história, haja vista que anteriormente o processo decisório de gestão não incorporava a participação popular.

Desde os anos 80, Belém experimentou uma trajetória de mobilização popular com a Campanha “Escola para todos” e a “Luta pelo Direito de Morar”, as quais tiveram ampla participação popular, principalmente em bairros da periferia que careciam de serviços educacionais e moradias. Na cidade, o bairro do Jurunas, lócus de nossa análise, teve papel destacado no processo de lutas por melhores condições de vida e estas lutas romperam as fronteiras do bairro e alavancaram as lutas populares de Belém.

Na monografia intitulada “A Organização Comunitária por Melhores Condições de Vida” apontamos como se deu a origem do movimento popular no bairro com a fundação, em 1969 do Centro Comunitário Limoeiro, o primeiro centro comunitário de Belém. O surgimento dessa forma de organização popular representou certa transformação do Jurunas, pois possibilitou que os moradores organizados conseguissem diminuir as desigualdades sociais no bairro, que eram gritantes.¹

Parte das lideranças do movimento comunitário do bairro do Jurunas tiveram uma forte aproximação com os partidos classificados de esquerda e, isto teve influencia direta na forma de organização e atuação. Inclusive, foram

¹Na pesquisa realizada em 1972 pela Cobajur identificou-se que em 1.306 casas visitadas, 1.701 crianças na faixa de 07 a 12 anos foram encontradas, destas 22,6% encontravam-se matriculadas nas escolas públicas e “particulares” e 76,6% não freqüentavam nenhuma escola. No caso das escolas particulares o levantamento esclareceu que se tratava de atendimento domiciliar precário e sem nenhuma legitimidade. Esse levantamento unido a um cenário político menos repressor fez com que convênios fossem feitos entre a Secretaria de Educação do Município. Que consistia no funcionamento das Escolhinhas comunitárias. A prefeitura ajudava a pagar as professoras e fornecia a merenda, depois integrava as crianças na rede municipal ou estadual de ensino matriculando-as na 1ª série do Ensino Fundamental. Inicialmente no Jurunas e depois esse modelo foi expandido para outros bairros que reivindicaram a ampliação dos convênios. A partir dessa mobilização surgiram as entidades Comunitárias, pois elas não tinham condições de arcarem sozinhas com as despesas das escolhinhas comunitárias. (SILVA, Nádia, A, 2007, p. 35).

realizados minicursos de formação política para os associados da COBAJUR, a maior entidade comunitária de Belém, na época. Também algumas lideranças do movimento foram fundadoras do Partido dos Trabalhadores em Belém (em São Paulo em fevereiro de 1980)², fato que ajuda a compreender como nos anos 90 a implantação do OP no Jurunas teve expressiva participação da população.

O fato do Jurunaster uma trajetória de luta e organização na busca por direitos nos leva a aferir que o bairro tem um histórico de participação política sendo de forma mais direta pelos dirigentes dos movimentos sociais, ou indireta, por parte dos moradores do bairro, em geral, que participavam das assembleias nos centros comunitários, das passeatas e outras manifestações na primeira fase da organização comunitária, e posteriormente nas assembleias do OP ou nas chamadas parcerias desenvolvidas no bairro.

Contudo, a pergunta central é se a participação seria unicamente por conta das demandas mais imediatas? Como isso explicaria o retrocesso do movimento nos últimos anos, ou ainda se esses agentes têm plena consciência cidadã e política?

A categoria política que orienta este trabalho encontra-se impregnada de sentidos não unívocos. A ideia de “fazer política” é produzida pelo sociólogo Francisco de Oliveira associada a atos e ações que se posicionam contra o caráter fortemente privatista e assimétrico do sistema capitalista.

E, como estamos e ainda estaremos por muito tempo, até onde a vista alcança, numa sociedade em que os que não têm parte são a maior parte, então é preciso fazer política. Por quê? Porque o sistema capitalista é fortemente concentrador de riquezas, de recursos e também concentrou a política. E a política apareceu, num sistema de propriedade privada, como a invenção capaz de corrigir, senão totalmente, pelo menos parcialmente, em algumas questões muito importantes, a assimetria de poderes que o sistema capitalista cria no seu movimento. O sistema fortemente privatista, concentrador em todos os sentidos, do qual não se pode esperar automaticamente da sua dinâmica, nenhuma distribuição ou redistribuição da riqueza e do poder. Mesmo os casos mais bem-sucedidos em que o sistema capitalista chegou a níveis, eu não diria de igualdade, mas a níveis de desigualdade toleráveis, é uma ilusão pensar que isso se deu automaticamente. (OLIVEIRA, 2004, p. 1- 2).

²Ver mais detalhes em KECK, Margaret. PT A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

A política em si viria tentar reparar, ou pelo menos, reduzir os níveis que distanciam as classes, a contradição que existe de uma maioria com pouco e a minoria com muito. Francisco de Oliveira insiste sobre o sistema privatista de riqueza e de poder e frisa a dicotomia da política e a divisão de interesses que não pode ser naturalizada.

O bairro do Jurunas teve que buscar, de forma recorrente, por meio de mobilização popular a diminuição dos níveis de desigualdade e desenvolver ações políticas para buscar o direito a uma vida digna. O bairro surgiu na “periferia”³ da cidade de Belém como opção dos que vinham para a capital em busca de melhores condições de vida e esbarravam na dificuldade de morar no centro por conta dos altos preços dos imóveis. A opção foi ocupar a área onde hoje fica o bairro mesmo com os alagamentos frequentes.

Ao longo dos anos a população seguiu sofrendo com os problemas dos alagamentos constantes principalmente na preamar. As condições sanitárias eram muito difíceis, muitas das ruas eram intratáveis, ao longo do tempo a população foi buscando alternativas para lidar com as dificuldades o aterramento com caroços de açaí era uma solução barata encontrada pela população. Na monografia de Ângelo Silva ele mostra que a prática dos mutirões era muito comum no bairro devido a ausência do poder público. (SILVA, 2008, p. 23).

A política deveria ser uma aliada da coletividade para fazer a justiça social, mas como isso pode se efetivar e sair do campo utópico? Como pode ocorrer se a participação política da comunidade só diminui nos últimos anos? Vale ressaltar que a política em si vem se enfraquecendo já algumas décadas com a intensificação de políticas neoliberais⁴, primeiramente no velho mundo, e posteriormente, nos países da

³Centro e periferia têm seu significado literal: lugares centrais e lugares periféricos, geralmente se referindo à proximidade ou distância de um local onde predomina a oferta de emprego em uma área urbana. No Brasil o termo periferia carrega um significado pejorativo, uma vez que representa um território de pobreza [...] o padrão de distribuição espacial da população de diferentes grupos de renda no Brasil e na América Latina é invertido, com os grupos mais ricos ocupando o núcleo. (COTELO, F.C RODRIGUES, J., 2012, p. 03).

⁴Mais recentemente, as propostas neo - liberalizantes acabaram por mascarar o Estado como “barreira ao desenvolvimento”, com o objetivo de apropriação do Estado por setores do capital, para ser seu mecanismo de controle de hegemonia. No entanto, “[...] o caráter mínimo do Estado só está presente na deterioração das políticas sociais, no caráter de maiores geradores de desemprego [...] no enfraquecimento generalizado da educação pública, da saúde pública, etc. Por isso falamos de Estado mini-max: máximo para o capital, mínimo para o trabalho.” (SADER, 1999, p. 126).

América Latina. No Brasil os efeitos dessa forma de se fazer política foram sentidos nos anos noventa.

De forma semelhante, nos últimos anos, a categoria política, e a própria palavra, tem tido sua imagem significado desgastado diante da sociedade. Apesar de que este não é um fenômeno isolado, pois em países que trazem um apelo forte à democracia, como os Estados Unidos, existe um elevado índice de abstenção nas eleições para eleger seus governantes. Mas, será que o descaso pelo processo democrático é um fenômeno que se dá de forma igual, ou diferenciada entre os países?

O Brasil tem vivido, nos últimos anos, uma crise do denominado modelo democrático, que se aguça com os fatos de corrupção, impunidade, clientelismo, o que em geral demarca a falta de uma consciência política, descaso com preceitos constitucionais e dispositivos políticos, falhas na educação; todos esses fatores podem ter ocasionando negligência com a participação política.

Voltando para o nosso objeto principal de análise – o viver e o fazer da política no Jurunas, bairro que mencionamos possui tradição forte de luta popular e participação política, e que hoje visivelmente, sofre pela apatia, indiferença, intervenções, cooptação de lideranças. Isso evidencia-se quando muitos moradores estão sendo retirados de sua moradia por conta da obra de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova tendo a participação reduzida no processo decisório da obra, o que mostra uma mudança no que se refere a participação popular do início dos anos 2000 quando funcionava o Orçamento Participativo e o Congresso da Cidade.

O estudo da bibliografia atualizada sobre os processos políticos e a participação recente no Brasil contribui para avançar na compreensão desses processos. Concomitante, no decorrer da pesquisa foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram do processo do OP, com lideranças que atuaram nesse modelo de gestão democrática, com base nas entrevistas semiestruturadas, as quais ajudaram para compreender como realmente se efetivou o OP no bairro, se realmente houve uma ampla participação popular e as estratégias utilizadas pelas lideranças.

Temos interesse em conhecer-se as pessoas que participaram das assembleias tinham um entendimento do que é política? Qual foi a importância de suas participações? Procedeu-se a entrevistar pessoas que estão atuando nos movimentos sociais atualmente de maneira a esclarecer, ou melhor, dizendo, confirmar ou negar a hipótese de que os movimentos sociais estão passando por um processo de afastamento ou de ilhamento da cena política do Brasil.

O estudo dos Movimentos Sociais e a política no Brasil é um campo de análise de especial interesse, que interroga o regime democrático para conhecer como estão se produzindo as relações políticas e os conflitos dentro do que poderíamos definir como “campo minado” e em tensão constante que é o da política. Destaca-se que as classes dominantes tentam manter seu poder para garantir seus interesses, e do outro lado, os movimentos sociais desenvolvem ações para garantir os seus direitos que ao longo do tempo estão sendo suprimidos, diminuídos e questionados. Observa-se como no campo econômico vem se sobrepondo interesses e negociações de setores empresariais tomando para si as rédeas do poder de decisão dentro dos estados democráticos. Em entrevista oferecida por Francisco de Oliveira comunicava essas proposições analíticas, em tom coloquial.

Francisco de Oliveira discute a questão política na atualidade e no trecho referenciado, aponta que o campo econômico vem interferindo na política dos países, principalmente de países emergentes como é o caso do Brasil. Logo, diante dessa realidade como fica a atuação dos movimentos sociais se hoje parecem tão inofensivos, diante do poder econômico dos grandes grupos transnacionais? E como ficam as questões das políticas públicas por parte do governo se a sociedade civil hoje vive uma crise de identidade com a política?

Diante desse cenário inicial, num âmbito mais abrangente, verifica-se um momento de fragilidade na atuação dos movimentos sociais, diante da intervenção de grupos econômicos e um enfraquecimento da atuação do Estado de Bem Estar Social, ganhando espaço o modelo Neoliberal que gradativamente diminui as conquistas que os movimentos sociais tiveram ao longo dos anos. Investiga-se como os movimentos sociais que atuam em um bairro estão percebendo, enxergando, a política e como ela está sendo praticada ou como como eles estão atuando, elaborando estratégias para diminuir essa relação desigual que promove o capitalismo.

É assim escolhida uma discussão central dentro da Sociologia Política direcionada para a análise dos movimentos sociais do bairro do Jurunas e sua atuação e organização em dois momentos distintos de participação política. A participação no Orçamento Participativo e no Congresso da Cidade quando foi realizado um modelo de gestão por parte da Prefeitura do Município de Belém que tentava fazer com que o processo decisório tivesse em conta as demandas populares a serem atendidas por parte do poder decisório nas obras que foram executadas no bairro. Essa gestão difere

da mais recente, na qual se desmonta a organização e vigoram mecanismos de mediação constituídos pela administração municipal.

Face um passado de luta contra as distorções que o capitalismo promove, nos anos 80 até os primeiros anos do século XXI, os moradores do bairro desenvolveram uma forte tradição mobilizatória. O bairro de Jurunas desenvolve interesse na luta por direitos e diversas ações sociais e políticas consistiram em reivindicações por direitos: à educação, a moradia, ao transporte, a saúde, a permanência no solo urbano.

A socióloga Gloria Ghon atualiza parcialmente seus trabalhos sobre movimentos sociais estabelecendo relações com os grupos de interesses

Para definir movimento social devemos estabelecer algumas diferenças. Uma primeira, é entre movimentos e grupos de interesses. Interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas componente não suficiente para caracterizá-lo como tal. Primeiro, porque a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo tem que formar um coletivo social e, para tanto, necessita ter uma identidade em comum. Ser negro, mulher, defender as baleias, ou não ter teto para morar, são adjetivos que qualificam um grupo dando-lhe objetivos comuns para a ação. Mas eles têm uma realidade anterior à aglutinação de seus interesses. Eles têm uma história de experiências culturais. As inovações culturais, econômicas ou outro tipo de ação que vierem a gerar, partem do substrato em comum das carências ou demandas quereivindicam, articuladas pelos legados da herança cultural que possuem. A partir dessa base, eles criam e renovam seus repertórios de ações ideias e valores. (GOHN, 2000, p. 12).

As mudanças na participação popular, descritas como de intensa participação como OP e o Congresso da Cidade comparada com as formas de retração desse movimento popular revela-se uma problemática complexa. Tencionamos identificar as condições, e sob que mecanismos e estratégias ocorre o enfraquecimento da prática política, o exercício da cidadania ativa, tanto por parte das lideranças como por parte dos moradores do bairro. Ensaíamos compreender o fenômeno de enfraquecimento da política para além das fronteiras do bairro objeto. Se ele está presente em todos os regimes ditos “Democráticos” quais são as implicações para o relacionamento entre a Sociedade e o Estado?

Diante desse quadro de afastamento da política por parte dos movimentos populares é provocada uma perda no processo decisório no que se refere às demandas para o bairro, que teve força no período do OP e mostra-se quase inativo agora em que se desenvolve a obra Macrodrenagem da Bacia da estrada Nova, que atinge vários outros bairros além do Jurunas e cujas repercussões para a sociedade local e Belém têm sido pouco debatidas.

A adjetivação de 'novos' movimentos sociais está em autores que descortinam a relação com processos e políticas identitárias, pressionando por políticas de reconhecimento por parte do Estado. São intelectuais que relevam os fatores étnicos e a posição reivindicativa de direitos. Entre esses está Almeida (2008) quem sistematiza informações diversas sobre as "novas" identidades coletivas e os denominados "Novos Movimentos Sociais na Amazônia". Outra noção central deste autor é o de "unidades de mobilização" e no escopo dessa teorização desenvolve-se o Projeto Nova Cartografia Social que registra, analisa as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais na Amazonia, em realidades concretas das cidades.

Pesquisadores articulados ao debate teórico e práticas de produção de conhecimento do Projeto Nova Cartografia Social produziram e acompanharam precisamente um curto período de mobilização em Belém, o Boletim Informativo "Nossas Vidas Nossos direitos Portal da Amazônia" publicado em 2009, no qual buscou-se abrir esse debate em um momento em que circulavam informações desconhecidas sobre a obra de Macrodrenagem. Da mesma forma, e para atingir um público maior, foram montados banners, que afixados nas feiras da Estrada Nova, comércio e Igreja, permitiriam ampliar a informação e provocar o debate. Todavia, essa mobilização foi bastante restrita em termos de ações. Grupos pequenos dirigiram-se ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual para examinar questões sobre indenizações. Até o presente 272 famílias foram indenizadas e não tem sido priorizada a manutenção dos moradores, próximo aos seus antigos locais de moradia.

O objetivo de retomada dessas questões abre possibilidades de compreender a perda de credibilidade e a falta de interesse pela política que fragmentam, factionalizamos movimentos sociais do Bairro do Jurunas, tornando sua atuação ineficaz diante das políticas públicas impostas pelo poder público. Outro ângulo é compreender qual a importância dada a política pelas lideranças dos movimentos sociais no período do OP e na atualidade.

A significativa redução e tendência de esfacelamento da participação popular nos movimentos sociais após o fim do Orçamento Participativo e o Congresso da Cidade ocorre *pari passu* à individualização e priorização de interesses pessoais em detrimento de interesses do coletivo. Desde certa perspectiva pareceria que o fator econômico se sobrepõe ao campo político, influenciando de forma direta na Obra de Macro drenagem e no Portal da Amazônia.

A análise do movimento popular e suas interações com o “fazer político” conduz ao entendimento de dinâmicas e influências nas ações do movimento. Na atualidade, como já mencionamos, os movimentos têm se mostrado quase inoperantes diante de um processo excludente que faz das políticas públicas uma arena de disputas, de atendimento e execução de interesses, nacionais e inclusive, transnacionais.

O aprofundamento teórico destas questões foi feito recorrendo a renomados autores que abordam o campo de análise da política como Arendt (1987, 2002), Norberto Bobbio (2000), Jacques Rancière (1996), Francisco de Oliveira (2004). Além da revisão bibliográfica recorreu-se sistematicamente a colidir e sistematizar documentos oficiais, além das entrevistas semiestruturadas, com pessoas de referência do movimento. No quadro em anexo, estão indicados os agentes sociais, instituições sociais que se relacionam, dialogam ou antagonizam no interior do movimento social do bairro do Jurunas.

A dissertação é desenvolvida além desta parte Introdutória, mais três capítulos. O primeiro apresenta algumas categorias centrais da pesquisa, a saber: Política, Movimentos Populares e Formas de Participação. O segundo incorpora vários elementos descritivos sobre as ações práticas políticas dos moradores do bairro do Jurunas, que se vinculam às formas organizativas desenvolvidas, sublinhando o que parecem movimentos de avanço, refluxo ou esvaziamento. O terceiro situa o projeto de Macro drenagem da bacia da Estrada Nova⁵ e de revitalização da Orla de Belém e as novas demandas dos moradores do bairro do Jurunas. É nesta etapa recente que se observa a significativa desestruturação do movimento social que é afastado do campo de decisões políticas.

5 A Bacia hidrográfica da Estrada Nova possui cerca de 910 hectares, é a 5ª maior bacia da cidade, com uma população estimada em 189.500 habitantes (IBGE, 2004). A maioria dos seus hectares está sujeita a alagamentos em decorrência da influência de marés, devido a sua localização em cotas altimétricas iguais ou menores do que 4,0 metros. OLIVEIRA, Taissa Santos. Macro drenagem da bacia da Estrada Nova, Sub-bacia 01 – Vantagens do uso de metacaulim e aditivos químicos neste tipo de obra. (OLIVEIRA, 2012).

2 PENSAR E “FAZER A POLÍTICA”

O debate sobre o que significa pensar e fazer política na sociedade orienta inicialmente para as origens dos termos política, democracia e comunidade, categoriais recorrentes nesta pesquisa. De início recorreremos, as argumentações de Hanna Arendt e Rancière, para compreender essa categoria.

Hannah Arendt, desenvolveu, dois trabalhos coevos a este estudo. O primeiro “O Que é Política?” E o segundo “A condição Humana” no qual a filósofa política apresenta o seu entendimento sobre a política partindo da Grécia. Ranciere discute a questão da importância da política em sociedade.

Arendt defende que a política existe entre os iguais, sendo um espaço que só pode ser produzido por muitos e ainda que a política está presente em toda a extensão da vida humana.

A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais. Sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma. [...] A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da vida humana têm relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política. (ARENDR, 2002, p. 13).

Bazzanella; Birkner; Maxim (2011) abordam o entendimento que Arendt tem da política e sua aproximação com a teoria Biopolítica em Foucault. Essa aproximação lhes permite explicar a ação política e o trabalho legislativo em Canoinha. Conforme os autores enfatizam, a cientista política Hannah Arendt sinaliza a transformação da política ao longo dos anos. A Filosofia Política mostra que a sociedade moderna tem se afastado, ou melhor dizendo se omitido em relação a sua participação política. Essa sociedade tem-se tornado mais individualista e dá ao trabalho uma importância ontológica, capaz de definir alguém pelo trabalho que desenvolve.

Nessa perspectiva, o trabalho sofreu ultimamente um esvaziamento levado a uma categoria secundária, sendo dado ao consumo importância primeira. Assim, a sociedade utiliza o trabalho como um meio para atingir o que se deseja; este é o caráter individual que se sobrepõe à dimensão política⁶.

Se para Hannah Arendt a política é fruto de uma ação humana e, se nos últimos tempos tem havido um desapego a essa esfera, portanto ocorre a sobreposição do caráter individual a uma ação, uma organização, isso seria um dos fatores de enfraquecimento da política. Mas, o homem segundo a autora tem como surpreender, mudar, fazer o impossível.

Entendemos que esse propósito de “mudar fazer o impossível” é o que moveu as grandes transformações na sociedade, no mundo em que vivemos. As transformações aconteceram porque houve a reunião de pessoas dispostas e empenhadas a mudar sua realidade. Se existem pessoas engessadas pelo sistema, com medo da mudança, também existem pessoas, que não temem em arriscar, mesmo indo de encontro ao sistema ao qual estão inseridas.

Pois, no ponto central da política está sempre a preocupação com o mundo e não com o homem e, na verdade, a preocupação com um mundo assim ou com um mundo arranjado de outra maneira, sem o qual aqueles que se preocupam e são políticos, julgam que a vida não vale a pena ser vivida. E modifica-se o mundo tão pouco, modificando-se os homens dele — abstraindo-se a impossibilidade prática de tal empreendimento quanto se muda uma organização ou uma associação, começando-se a influenciar seus membros, de uma maneira ou de outra. Se se quer mudar uma instituição, uma organização ou entidade pública existente no mundo, então só se pode renovar sua constituição, suas leis, seus estatutos e esperar que tudo mais se produza por si mesmo. Isso está relacionado com o fato de que em toda parte em que os homens se agrupam — seja na vida privada, na social ou na público-política —, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. Cada um desses espaços tem sua própria

⁶ De acordo com Arendt, em um primeiro momento, nos primórdios da modernidade, o trabalho assume a centralidade da condição humana. Nas suas palavras o trabalho assume a condição ontológica *par excellence*, determinado pela forma de ser e de estar dos seres humanos. É sob esta prerrogativa que Marx afirmou o trabalho como a atividade criadora do mundo humano e, portanto, constitutivo do homem. Os indivíduos passam a preocupar-se eminentemente com o trabalho na lógica da gestão da vida biológica, vinculada a dinâmica da produção e do consumo da vida. O trabalho é elevado à categoria por excelência da definição da identidade pessoal. Neste contexto, passamos a nos definir a partir do trabalho que desenvolvemos. O trabalho assume a condição de categoria ontológica a partir da qual definimos quem se é. No entanto, no decorrer da modernidade, o próprio trabalho sofre um esvaziamento em sua condição ontológica primeira, é remetido a um segundo plano, ao passo que a atividade do consumo, vinculado diretamente ao labor, passa a ser condicionante na vida dos seres humanos. Ou seja, na modernidade e, mais especificamente na contemporaneidade, estabelece-se o primado da dimensão privada da vida humana sobrepondo-se à dimensão pública. (BAZZANELLA; BIRKNER; MAXIMO, 2011, p. 69-70).

estruturabilidade que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções e na pública em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse inter-espaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos. (ARENDR, 2002, p. 8 - 9)

A discussão sobre a categoria teórica 'política' revela diversos pontos interessantes. Percorrem-se várias interpretações para responder o que é política; os gregos deram sua definição na antiguidade, mas sabemos que ela difere muito da forma como é praticada hoje.

Na sociedade grega havia a escravidão, então o conceito de igualdade que tanto apregoamos não se enquadra e se indaga, igualdade para quem? Para os cidadãos que não precisavam se preocupar com a labuta diária para prover o seu sustento, podiam se ocupar das coisas da Polis e da política. O sentido de liberdade também é muito diferente do que compreendemos na atualidade. Ela está pautada na questão da justiça, que a mesma deve atingir a todos igualmente, o que difere da antiguidade que estava mais voltada à liberdade de se fazer o que se tem vontade.

Mesmo diante de tantas mudanças na compreensão da política o fato inegável é que ela continua a existir e seria complicado hoje imaginarmos uma sociedade apolítica. Então, o que se deve buscar de fato e compreender os pontos falhos do processo em que a política deixou de ter a devida importância. Será que este desprendimento pelo interesse em se fazer política interessaria a alguém?

Em resposta a essa pergunta podemos buscar uma explicação do sentido da política em Rancière (1995), autor que aponta que liberdade na antiguidade estava atrelada aos que não tem nada, riqueza ou mérito. Na sua concepção, o sentido dado a igualdade é bem diverso do que apontamos anteriormente. Logo, tentando responder à pergunta, temos que inicialmente recorrer aos que o autor chama de "os que nada tem", que são os discriminados na sociedade, como os escravos, os sem voz e as mulheres, pois a política interessa a todos na sociedade.

Digamos de uma vez: o ódio resoluto do antidemocrata Platão enxerga com mais justeza os fundamentos da política e da democracia do que os mornos amores desses apologistas cansados que nos garantem que convém amar "racionalmente", quer dizer, "moderadamente", a democracia. Pois ele enxerga o que estes esqueceram: o erro de cálculo da democracia, que em última instância é apenas o erro de cálculo fundador da política. Há. Política e não simplesmente dominação — porque há uma conta malfeita nas partes do todo. É essa impossível equação que a fórmula atribuída por Heródoto ao persa

Otanes resume: "ἐν γὰρ τῷ πολλαξίῳ τὰ πάντα": o todo está no múltiplo. O Demos é o múltiplo idêntico ao todo: o múltiplo como um, a parte como todo. A diferença qualitativa inexistente da liberdade produz essa equação impossível, que não se deixa compreender na divisão da igualdade aritmética que governa a compensação dos lucros e das perdas e da igualdade geométrica que deve associar uma qualidade a uma posição. O povo é assim, sempre mais ou menos do que ele próprio. As pessoas de bem divertem-se ou afligem-se com todas as manifestações daquilo que para elas é fraude e usurpação: odemos é a maioria no lugar da assembléia, a assembléia no lugar da comunidade, os pobres em nome da pólis, aplausos à guisa de acordo, pedras contadas no lugar de uma decisão tomada. Mas todas essas manifestações de desigualdade do povo para com ele mesmo são apenas a moeda de troco de um erro de cálculo fundamental: essa impossível igualdade do múltiplo e do todo, produzida pela apropriação da liberdade como o que é próprio do povo. Essa impossível igualdade arruína, em cadeia, toda a dedução das partes e títulos que constituem a polis.

Ora, é dessa simples identidade com aqueles que, por outro lado, lhes são em tudo superiores que eles tiram um título específico. O demos atribui-se, como sua parcela própria, a igualdade que pertence a todos os cidadãos. E, com isso, essa parte que não é parte identifica sua propriedade imprópria com o princípio exclusivo da comunidade, e identifica seu nome — o nome da massa indistinta dos homens sem qualidade com o nome da própria comunidade. Isso porque a liberdade que é simplesmente a qualidade daqueles que não têm nenhuma outra (nem mérito, nem riqueza) — é ao mesmo tempo contada como a virtude comum. Ela permite ao demos — ou seja, o ajuntamento factual dos homens sem qualidade, desses homens que, como nos diz Aristóteles, "não tomavam parte em nada" identificar-se por homonímia com o todo da comunidade. Tal é o dano fundamental, o nó original do blaberon e do adikon, cuja "manifestação" vem interromper toda dedução do útil para o justo: o povo apropria-se da qualidade comum como sua qualidade própria. O que ele traz à comunidade é, propriamente, o litígio. Devemos entender isso num duplo sentido: o título que ele traz é uma propriedade litigiosa, já que não lhe pertence propriamente. Mas essa propriedade litigiosa não é, apenas, a instituição de um comum-litigioso. A massa dos homens sem propriedades identifica-se à comunidade em nome do dano que não cessam de lhe causar aqueles cuja qualidade ou propriedade têm por efeito natural relançá-la na inexistência daqueles que não tomam "parte em nada". É em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que o povo se identifica com o todo da comunidade. Quem não tem parcela os pobres da Antigüidade, o terceiro estado ou o proletariado moderno não pode mesmo ter outra parcela a não ser nada ou tudo. Mas é também mediante a existência dessa parcela dos sem-parcela, desse nada que é tudo, que a comunidade existe enquanto comunidade política, ou seja, enquanto dividida por um litígio fundamental, por um litígio que afeta a contagem de suas partes antes mesmo de afetar seus "direitos". O povo não é uma classe entre outras. É a classe do dano que causa dano à comunidade e a institui como "comunidade" do justo e do injusto. (RANCIERE, 1995, p. 24-25.).

Nesta longa citação de Jacques Rancière apreende-se o desprezo por parte de Platão pela democracia e se tem uma definição lúcida do que realmente a mesma significa. A contradição da democracia “dos sem parte” como ele chama, os que conhecemos por ‘terceiro Estado’, ou proletariado, faz o impossível para adquirir o equilíbrio. Essa equação não fecha segundo ele, mas será que a sociedade capitalista moderna conseguiu fechar essa equação?

Segundo a interpretação de Francisco de Oliveira a contradição está posta, o que se tem feito ao longo dos anos por parte do Estado em detrimento a organização da maioria dos “sem parte”, como Platão define, forçou por muito tempo o Estado a diminuir essa contradição. Porém, nas últimas décadas o que se tem visto é uma retomada da perda de voz e vez por parte dos que são a prova da contradição capitalista, as classes dominadas. O Estado principalmente dos países latinos, dos quais fazemos parte, mostra-se impotente diante de uma democracia inoperante.

Seria longo alinhar as razões pelas quais foi pela política e não pelos automatismos de mercado que se conseguiu reduzir os níveis de desigualdade nas experiências mais exitosas da democracia representativa. Mesmo na sua periferia e, sobretudo, falando da periferia latino-americana, embora nunca se tenha chegado a nenhum Estado do Bem-Estar - os nossos se parecem muito mais com o Estado do Mal-Estar percebe-se pela narração da experiência mexicana - na palavra aqui do companheiro Victor Quintana como a pretensa instalação de automatismos de mercado elevou, de novo, os níveis de desigualdade mexicana a patamares que os mexicanos não conheciam há mais de 50 anos. Mesmo que o Estado criado pela revolução mexicana tenha sido eivado de um forte componente autoritário e carcomido por uma corrupção talvez sem paralelo.

Mas este Estado que tem no governo o senhor Fox rapôsa em inglês, como sabemos é pior do que a experiência mexicana anterior, autoritária e corrupta. O caso brasileiro, que conhecemos mais, confirma a experiência mexicana, assim como a argentina e a chilena.

Então, o ruim da história é que a dinâmica capitalista está tornando a política irrelevante para as classes dominantes e inacessível para as classes dominadas. Irrelevante do ponto de vista de que as grandes questões, as grandes decisões, passam por fora do sistema representativo e não estão ao alcance das instituições que a democracia criou para veicular esta reivindicação da parte dos que não têm parte. Qual é o caso mais dramático entre nós que explicita essa irrelevância da política para as classes dominantes na América Latina? Sem dúvida, O caso da Venezuela, onde a burguesia venezuelana com seus aliados, com o apoio norte-americano e da Espanha, fortemente insuflado pela mídia, operou simplesmente a tomada do poder político pelo presidente da FEDECÁMARAS, a superfederação das federações das empresas. Reduziram o poder político ao poder econômico, anulando a separação entre os campos dos dois poderes, que o próprio liberalismo elevou ao estatuto de princípio fundamental. Isto mostrou a

irrelevância da política como método de ação dentro da sociedade capitalista. (OLIVEIRA, 2004. p. 2 - 3).

Nos argumentos de Oliveira (2004) é evidente que a atuação política nos regimes democráticos vem gradativamente perdendo espaço. Há grandes Incorporações Financeiras que ditam as regras de mercado e as diretrizes de países como o próprio Brasil, e ainda, afirma que foi por meio da política que as contradições impostas pelo capitalismo ficaram em níveis aceitáveis por um tempo. Então, hoje como o próprio autor aponta a política vive um momento de enfraquecimento e é fácil deduzir que as contradições tendem a aumentar enquanto o nível de participação política da sociedade vai diminuindo.

Na mesma linha de raciocínio situa-se o filósofo Norberto Bobbio (2000) que questiona: se a participação no governo é limitada às classes possuidoras, então a participação popular é muito pequena. Neste contexto entende que: “[...] Um Estado liberal não é necessariamente democrático: ao contrário, realiza - se historicamente em sociedades nas quais a participação no governo é bastante restrita, limitada as classes possuidoras”. (BOBBIO, 2000, p. 7)

Desde essa perspectiva surge um novo espaço de disputas e de exclusão. Francisco de Oliveira e Ermínia Maricato ((2000) abrem seu ensaio “*As ideias fora do lugar*” debatendo a forma como as populações das chamadas periferias são excluídas do direito de decisão no que se refere aos processos de intervenção urbanísticas, que são pensados a atender a mercados consumidores, mas elitizados e ao turismo. Na compreensão de Oliveira: “[...] O mercados é entendido como o lugar onde você exercita o seu direito e a sua capacidade de escolha. A periferia não formou mercados e, portanto, não formou o lugar da autonomia. [...]. (OLIVEIRA; MARICATO, 2000, p. 5).

Essa discussão contribui a esclarecer o que é a participação dos movimentos populares diante de um grande projeto intervencionista concebido alheio as demandas dos moradores locais, que são alijados do processo.

2.1 Relevância do exercício da política para os movimentos sociais

A discussão da relevância da política para os movimentos sociais encontra um apoio em Bobbio (2000) quando afirma que a participação dos governos e movimentos sociais é pequena diante da ação de grandes incorporadoras.

Analisando a obra de Macrodrenagem desde uma esfera local, temos a ação do BID⁷, que vem atuando de forma sistemática em grandes obras dentro de países da América latina. Esta instituição financeira tem grande poder de decisão no que se refere à forma como essas obras serão conduzidas e seu público alvo.

Para Gohn (2000, p. 32), a discussão sobre a participação política parte do que ela defende como uma Cultura Política o que ultrapassa a discussão econômica.

Portanto, falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, é tratar dos conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, é tratar dos símbolos e da linguagem utilizados, bem como das principais correntes de pensamento existentes. Mas é muito complicado falar em cultura política de forma isolada do contexto histórico e de outros conceitos de apoio. Isso porque cada época histórica engendra determinada cultura política, segundo os valores e crenças que são resgatados ou construídos, num universo dos temas e problemas com os quais homens e mulheres defrontam-se naquele momento histórico. Os conceitos de apoio são cidadania, direitos humanos, identidade cultural, participação sociopolítica etc.

Nos últimos dez anos a cultura política voltou a ser um conceito chave em todas as áreas das ciências sociais e não apenas na ciência política. Uma das explicações pode ser dada pela importância que a cultura passou a ter nas análises dos cientistas sociais, enquanto eixo paradigmático fundamental nas explicações sobre as ações humanas vivenciadas na realidade, em detrimento das análises econômicas e políticas das décadas anteriores.

A observação recorrente sobre a diminuição da participação da sociedade brasileira tem um argumento no exercício do voto eleitoral, o tão propagado direito de sufrágio - o que significa votar e de ser votado. Igualmente, voto é a forma de exercer o direito ao sufrágio e o voto, seu procedimento. Cada vez é mais frequente o crescimento do desinteresse pela política e descrença na eficácia da democracia.

João Bernardo (2009) aponta a existência de profundo desinteresse pelas eleições por parte da população no maior modelo de regime democrático o EUA.

Começo pelo grande mestre da democracia representativa, os Estados Unidos, que desde a segunda guerra mundial se têm esforçado por impor o modelo a todo o mundo. Nos Estados Unidos é conveniente distinguir os anos em que ocorrem eleições apenas para a renovação parcial do Congresso e aqueles em que este tipo de votação coincide com a escolha do presidente da República, já que no primeiro caso a

⁷O Banco Interamericano de Desenvolvimento ou BID Atua no Caribe e América Latina, em sua página apresenta-se como responsável por desenvolver ações visando o desenvolvimento sustentável e ecológico. Oferece empréstimo e apoio técnicos aos países Latinos.

abstenção é notavelmente mais elevada. Nas eleições presidenciais a percentagem da população em idade de votar que se apresenta às urnas desceu gradualmente de cerca de 65% em 1960 para cerca de 55% em 1984. Nas eleições presidenciais de 1996 menos de metade do eleitorado votou; nunca a abstenção fora tão elevada neste tipo de eleições. A situação não se modificou substancialmente nas eleições presidenciais seguintes, pois em 2000 a taxa de participação foi apenas de 51%. Todavia, nas eleições presidenciais de 2004 foi já 61% do eleitorado a votar, uma tendência que se tornou mais acentuada em Novembro de 2008, quando votou 63% do eleitorado, a menor taxa de abstenção desde 1960. Isto significa que numa das campanhas presidenciais mais polarizadas, quando o país atravessava uma situação interna e externa particularmente difícil, o facto de um pouco menos de 2/3 dos potenciais eleitores se terem dirigido às urnas foi considerado como um notável acontecimento. Entretanto, o interesse tem sido menor quando as votações não são simultâneas com a eleição presidencial e se destinam apenas à renovação parcial do Congresso. Nestas, entre 1958 e 1970 só participou uma média de 44% do eleitorado, taxa que desceu para 36% entre 1974 e 1986. Nas eleições de 1990 apenas 1/3 do eleitorado se deu ao trabalho de votar, subindo a proporção em 1994, quando votaram 38% dos eleitores potenciais. Esta taxa repetiu-se praticamente em 2002, com uma participação de 39% do eleitorado. Em resumo, a democracia representativa tem mobilizado apenas entre 1/3 e 2/3 dos eleitores norte-americanos. (BERNARDO, 2009, p. 1).

As explicações para esse fenómeno de aparente desinteresse por um exercício democrático tão primário instiga a pesquisa. Autores como Kerstenetzky(2003) insistem que o fortalecimento do associativismo poderia influenciar em melhores resultados na participação política.

Quase dois séculos mais tarde, em solitárias partidas de boliche precedidas por refeições igualmente solitárias, Putnam (2000) concluiria que a democracia norte-americana elanguesce precisamente em virtude do refluxo generalizado das associações. Com a retração da atividade cívica, encolheria também a participação política, e com ela, o componente genuinamente democrático da democracia norte-americana. Se é a qualidade da democracia que se quer restaurar, tratarse-ia de estimular a vida associativa, seja mediante a esfera pública informal de modo a afetar a cultura pública, seja diretamente, por um refinado desenho institucional que fortalecesse as associações de modo a formalizar sua presença na esfera pública. (KERSTENETZKY, 2003, p. 136).

Mas a aparente solução encontrada por Putman, citado pela autora, em relação ao associativismo como uma ferramenta para um maior envolvimento, não consegue explicar fenómenos recentes. Kerstenetzky (2003) menciona a contribuição de Eliasoph que pesquisou grupos associativistas os quais fazem questão de separar suas ações

do debate político e se mobilizam em função de slogans tais como “nossas crianças”, “minha, nossa família”:

Para além das razões estruturais ou subjetivas da apatia política, normalmente enfatizadas pela literatura, Eliasoph identifica o espaço das associações voluntárias que estudou como também relevante na produção ativa – antes que na prevenção – de apatia política, negociada em troca da coesão do grupo. Essa coesão seria obtida às custas da observância estrita de uma etiqueta cívica, isto é, uma linguagem pública compartilhada pelo grupo, que exerceria a função de censura intersubjetiva, por meio da eliminação de temários e representações mais gerais, e mais polêmicos “políticos” nesse sentido. Essa evaporação do político refletir-se-ia na recusa sistemática dos grupos em articular o local com o abrangente, ou ainda na extensão do discurso do “auto-interesse” às questões de interesse público. O localismo e o momismo – expresso, por exemplo, na alegada preocupação exclusiva com o “futuro de nossas crianças” – desses grupos rejeitam conversas, potencialmente disruptivas, sobre instituições políticas e políticas mais abrangentes. (KERSTENETZKY, 2003, p. 136 -137)

Beall (2000), pesquisou também outros grupos associativistas que atuam em Lima, Cochabamba, Rio de Janeiro e Salvador que desenvolvem atividades diversas como restaurantes populares e cursos pré-vestibulares, também buscam separar suas atividades da política. Mas o autor enfatiza que essas iniciativas não interferem num cenário político nacional, tendo um apelo local.

Então, têm surgido iniciativas voluntárias num esforço de promover atos de cidadania, sem comprometimento de uma ação voltada a corrigir uma deficiência do regime democrático. Pareceria que estas têm caráter imediatista, o que não resolveria a fonte dessa deficiência. Kerstenetzky (2003) fez o estudo desses autores que discutem o tema do associativismo e ressalta que ainda não se pode chegar a uma conclusão desses movimentos “novos associativistas”.

A essa altura, ainda não é clara a resultante desse movimento de inclusive cities, e a leitura ambígua pode acomodar tanto a percepção de auto-suficiência, como a de dependência desses grupos organizados em relação a instituições e políticas mais abrangentes, às quais se acomodariam de modo acrítico e complementar. Ou seja, parece importante apreciar adequadamente o grau de “conformismo” associado à atividade novoassociativista, sobretudo em contexto de desigualdades sociais significativas. Embora a associação pareça aumentar a capacidade de autoproteção de grupos organizados, e nesse sentido acomodar uma certa visão de política, não é claro em que medida isso representaria um avanço qualitativo para a democracia. Se a ambição aqui é resgatar o princípio da igualdade política, parece importante levar em consideração outros sentidos relevantes de política que estariam

sendo descurados, tais como participação na formulação da agenda mais abrangente, na decisão quanto aos modos de enfrentamento das crises fiscais, na distribuição de seus custos e oportunidades. Justamente, a fragilidade de algumas soluções locais encontradas remete à ausência de participação política no nível das macroquestões. Nesse particular, é preciso estar atento para os conhecidos problemas de dissonância cognitiva apontados por Lukes e Bourdieu (cf. seção precedente). (KERSTENETZKY, 2003, p. 137).

As formas de associativismo no terceiro setor são discutidas por Gohn (2000), para quem as experiências, sem a influência cultural dos movimentos associativistas dos anos 80, possuem caráter, mas imediatista e assistencialistas e reforça esse tipo de políticas.

Na caracterização que fizemos sobre o novo associativismo do terceiro setor observa-se -em sua ala de caráter mais propositivo, que só quer ser denominada como terceiro setor e tem relações com as "empresas cidadãs" ou com as grandes corporações que lhes patrocinam subsídios -um grande número de entidades novas, compostas de dirigentes e participantes sem experiência associativa/comunitária anterior, ou qualquer tipo de militância político-partidária ou sindical. Eles trabalham a partir dos valores de uma cultura política propositiva, baseada numa lógica que não possui muitos elementos de ordem crítica/demandatória, de pressão-reivindicativa. Eles se colocam na esfera pública numa perspectiva mais de associacionismo, de colaboracionismo com quem quer que atuem. Nesse sentido, o tipo de cultura política que gera tende a reforçar as políticas assistenciais, integradoras e compensatórias. E os repertórios discursivos que são construídos passam pelo filtro da mídia, porque é a mídia que legitima e confere notabilidade às ações. Ter uma reportagem na Globo, no canal Futura, ganhar alguma manchete ou qualquer tipo de reportagem nos jornais e revistas de grande circulação nacional passa a ser *curriculum* para aquelas entidades. As ações das entidades não são julgadas. (GOHN, 2000. p. 34).

No entanto Glória Gohn também analisou os grupos associativistas que trazem uma herança ligada aos movimentos sociais politizados dos anos 80 e reforça o conceito de uma cultura política.

As ONGs e outras entidades deste complexo e contraditório cenário do terceiro setor atual, originárias do ciclo militante, participativo/reivindicativo/contestador, apresentam um tipo de cultura política totalmente distinto. Podemos ver em suas práticas um tipo de cultura política semelhante ao que Morfin (1994) caracterizou, a saber: "como o conjunto de significados e valores com o que se

constrói o sentido da comunidade política, da tomada de decisões para o bem de todos, através dos conflitos inerentes à coexistência e convivência humana”. Esta cultura abrange e se sustenta na cultura dos direitos humanos e políticos dos membros de uma comunidade. Para que este conjunto de significados seja construído, há dois momentos: primeiro constitui-se um credo, um conjunto de certezas assumidas como válidas. Em segundo lugar, para que este conjunto de significados e valores opere na tomada de decisões, requer-se que a comunidade se aproprie deles, como um desígnio, com uma vontade política de ir a algum lugar. (GOHN, 2000, p. 34).

Kerstenetzky (2003) traz ainda as considerações de John Rawls (1971, 2001), que acredita que uma ampla reforma política e tributária poderia promover grandes mudanças em relação à participação política. Entende esse autor que a apatia política é fruto de uma desigualdade política gerada pela desigualdade econômica. Mas, de acordo com Celia Lessa Kerstenetzky tal solução proposta pelo autor, seria precipitada, pois as máquinas promotoras de grandes desigualdades sem precedentes podem, de fato, ser contidas? A autora não chega a uma definição concreta se o problema da apatia é resultado da desigualdade.

No Brasil, a participação nas urnas também tem caído⁸, o índice de abstenções chegou a quase 20%. Significativo número de eleitores não compareceu as urnas, lembrando que no Brasil o voto é obrigatório, diferente do que ocorre na democracia Americana, onde o voto é facultado. Pesquisas realizadas um pouco antes da última eleição em 2014, apontam a falta de interesse nas eleições por parte dos eleitores brasileiros⁹.

⁸O nível de abstenção nas eleições presidenciais deste ano foi o mais alto desde 1998, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2014, 19,4% do eleitorado brasileiro não compareceu às urnas - 27,7 milhões dos 142,8 milhões de eleitores no país. No pleito de 1998, o percentual foi de 21,5%. A proporção de votos brancos também foi elevada neste ano - 3,8%, ou 4,4 milhões dos 115,1 milhões de votos registrados. Em 2010, o índice foi de 3,1%, e em 2006, de 2,7%. O índice deste ano também é o mais alto desde 1998, quando o percentual chegou a 8%. Quanto aos nulos, 5,8% dos eleitores que compareceram às urnas neste ano anularam seus votos para presidente. O nível mais alto registrado anteriormente foi em 2002, de 7,4%. Fonte: [<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/nivel-de-abstencao-nas-eleicoes-e-o-mais-alto-desde-1998.html>].

⁹ Às vésperas das eleições, os brasileiros têm se mostrado bastante descrentes com a política nacional, a ponto de esboçarem pouco ou mesmo nenhum interesse pelo assunto. E quanto mais jovens, menor o interesse. Entre os meses de agosto e setembro, a agência de pesquisa de mercado e inteligência Hello Research foi às ruas em 70 cidades das cinco regiões do Brasil para entrevistar 1000 pessoas, entre homens e mulheres, com idades entre 16 e 70 anos. Deste universo de entrevistados, 62% disseram não ter nenhuma vontade ou apenas um pequeno interesse em saber dos rumos que tomarão a política nacional. As mulheres que declararam ter pouco interesse (65%) superam por pouco o número de homens que declararam o mesmo (59%). Os entrevistados mais velhos, com mais de 60 anos, são os mais interessados nas eleições (45%), seguidos dos adultos de 35 a 44 anos (40%), de 45 a 59 (38%) e

Mas, pareceria óbvio que o voto é apenas uma das muitas formas de se fazer democracia. Os movimentos sociais, objeto desta análise são exemplo de participação política. Mas, a participação política se dá em que sistema? O artigo de Jorge Adriano Lubenow (2010), contribui com reflexões apoiado na obra de Habermas, filósofo que supõe a existência de dois modelos de Democracia: o primeiro sendo o Liberal e o segundo, o republicano.

No modelo *liberal*, o processo democrático tem por objetivo intermediar a sociedade (um sistema estruturado segundo as leis do mercado, interesses privados) e o Estado (como aparato da administração pública). Nesta perspectiva, a política tem a função de agregar interesses sociais e os impor ao aparato estatal; é essencialmente uma luta por posições que permitam dispor de poder administrativo, uma autorização para que se ocupem posições de poder. O processo de formação da vontade e da opinião política é determinado pela concorrência entre agentes coletivos agindo estrategicamente em manter ou conquistar posições de poder. Por esse modo, esta compreensão de política opera com um conceito de sociedade centrado no Estado (como cerne do poder político). Como não é possível eliminar a separação entre Estado e sociedade, visa-se superá-la apenas via processo democrático. No entanto, a conotação normativa de equilíbrio de poder e interesses é frágil e precisa ser complementada estatal e juridicamente. Mas ela se orienta pelo lado *output* da avaliação dos resultados da atividade estatal. O êxito em tal processo é medido pela concordância dos cidadãos em relação a pessoas e programas, quantificado em votos.

No modelo *republicano*, o processo democrático vai além dessa função mediadora. Apresenta a necessidade de uma formação da opinião e da vontade e da solidariedade social que resulte da reflexão e conscientização dos atores sociais livres e iguais. Nessa perspectiva, a política não obedece aos procedimentos do mercado, mas às estruturas de comunicação pública orientada pelo entendimento mútuo, configuradas num espaço público. Este exercício de auto-organização da sociedade pelos cidadãos por via coletiva seria capaz de emprestar força legitimadora ao processo político. Por esse viés, da auto-organização política da sociedade, esta compreensão de política republicana opera com um conceito de sociedade direcionado contra o Estado (sociedade é o cerne da política). Orienta-se pelo *input* de uma formação da vontade política. (LUBENOW, 2010, p. 233).

com idade entre 25 e 34 anos (36%). Os jovens ficam entre os menos interessados: apenas 31% dos entrevistados com idade entre 16 e 24 disseram ter muito ou médio interesse pelas eleições.

Entre as classes sociais, a D/E é a menos interessada: 70% declararam pouco ou nenhum interesse, seguidos pela classe A (67%) e C (64%). A classe B demonstrou ser a mais interessada, com 48% das escolhas de muito ou médio interesse. Nos dados por região, o Sul aparece como o entre o mais interessado, com 58% dos entrevistados, seguido por Norte e Centro-Oeste (51%), Nordeste (35%) e, por fim, o Sudeste, com apenas 30%. Investimentos e Negócios. Disponível em: </www.investimentosenoticias.com.br/noticias/negocios/62-dos-brasileiros-tem-pouco-interesse-pelas-eleicoes-aponta-pesquisa.

No modelo Liberal, por exemplo, bem conhecido hoje por seus efeitos na sociedade, o autor fala nas relações de poder, nas lutas por posição que influem na esfera administrativa. Se analisarmos esse ponto já podemos apontar falhas em um discurso democrático, quem poderia ter vantagem nessa disputa uma grande empresa multinacional, por exemplo, que resolve se instalar em um determinado lugar, ou uma pequena comunidade de bairro que vai sofrer impactos ambientais por conta da tal empresa. Quem teria mais força? Até que houvesse um grande poder de reação dessa tal comunidade.

Já o modelo republicano não é voltado para atender interesses maiores como o exemplo anterior no modelo Liberal. Mas ele cada vez mais vem perdendo a força em relação ao primeiro.

Se analisarmos uma das funções do Estado que seria executar obras para beneficiar a sociedade e escolhemos o exemplo do Portal da Amazônia temos que frisar. Primeiro, este é planejado e executado para atender os interesses do mercado, no caso em questão o Turismo. Mas, a comunidade local foi contemplada? Segundo, se considerasse quemoradores foram remanejados do bairro para áreas afastadas, apesar do projeto inicial prever que esses moradores, no número de 115, ficariam alocados em um conjunto habitacional construído às proximidades da Orla. Infelizmente isso não aconteceu, e os mesmos foram remanejados para o Conjunto Antônio Vinagre no bairro do Marcoá 12 km de distância da Orla. No anexo A, inserem-se os protestos dos moradores contra as obras do PROMABEM, que integra a obra do Portal da Amazônia, em 2010.

Os protestos foram e ainda são uma forma encontrada e acionada pela comunidade para denunciar as arbitrariedades e desrespeitos na execução da obra. A comunidade reconhece as forças e agentes do poder público que defendem interesses privatistas como criticamente assinalam Trindade Junior; Amaral; Santos (2006, p. 61):

Nesta revitalização urbana empreendida pela gestão local avulta “o caráter marcadamente privado e excludente de apropriação dessa fração do espaço urbano, definido por meio de uma multiplicidade de usos e de agentes que ai se fazem presentes” e tem como um de seus principais motes o “resgate da ‘cidade ribeirinha’, definindo políticas de intervenção urbana para a orla, que refletem não apenas formas diferenciadas de planejamento e gestão do espaço urbano, como também diferentes maneiras de se conceber a cidade.

Maricato (2000) tem feito observações atinadas sobre as orientações dos investimentos a contrapelo das reivindicações de grupos sociais subalternos

A natureza e a localização dos investimentos, governamentais em primeiro plano, e privados em segundo, regula quem e quantos terão o direito à cidade. Ela influi ainda nas características da segregação territorial e na qualidade de vida de cada bairro. Daí a grande importância das experiências de Orçamento Participativo na definição dos investimentos urbanos. A integração entre Plano de Ação e Orçamento Participativo pode constituir um motor de reversão na gestão das cidades no Brasil. (MARICATO, 2000, p. 182).

Desde uma perspectiva sociológica e política a autora frisa que o orçamento participativo constitui um novo modelo de participação que incorpora os cidadãos. Neste valoriza-se sua autonomia nas decisões de como e onde os recursos precisam ser aplicados unindo consciência política e consciência da necessidade. Souza (2014) passa em revista alguns marcos na “participação popular” articulado com as mobilizações e resultados que representaram o orçamento participativo.

Foi na década de 1990, porém, que a “participação popular” encontrou condições mais propícias para se sofisticar e generalizar pelo mundo afora. Nos anos 1960 e 1970, a maior parte da América Latina se debatia com regimes militares e as restrições por eles impostas ao exercício até de mínimas liberdades; vinte anos depois, no entanto, o cenário havia mudado. Na Europa e nos EUA, a retração da presença estatal de cunho keynesiano e o enfraquecimento paulatino do Estado de bem-estar, com a ascensão da agenda neoliberal, [10] substituíam o desejo (e a possibilidade) de integração por uma exclusão seletiva (precarização do trabalho, diminuição ou deterioração de serviços públicos), fazendo a cooptação tornar-se ainda mais importante em nome da “governabilidade” (preocupação crescente), mas que teria, agora, de ser viabilizada com um recurso redobrado à promessa de “participação” e maior “democratização” (cogestão da crise...); na América Latina, a implosão da “matriz centrada no Estado” (*state-centred matrix*) [11] e a “redemocratização” em um contexto de fortes desigualdades (e introdução da agenda neoliberal) pedia ou exigia que se recorresse à promessa de “participação” como forma de diluir responsabilidades e oferecer a perspectiva de maiores transparência, responsabilidade e eficiência na realização dos gastos públicos. Um dos mais bem-sucedidos exemplos de experiência de “participação popular” (especialmente em matéria de *marketing*, apesar de uma consistência e de um arrojo também pouco usuais e por isso sedutores, ao menos no início) foi, justamente, latino-americano, mais especificamente brasileiro: o orçamento participativo de Porto Alegre, introduzido, em 1989, sob administração local do Partido dos

Trabalhadores, mas que correspondia fundamentalmente a uma exigência que já tinha sido levantada no município anos antes por movimentos urbanos e suas organizações, notadamente a UAMPA (União das Associações de Moradores de Porto Alegre). Nos anos subsequentes à sua implementação, o orçamento participativo tornou-se uma coqueluche não apenas nacional (e cada vez mais transbordando os limites do PT, já que todos os partidos, até os conservadores, perceberam os dividendos político-eleitorais advindos da promessa dessa institucionalidade), mas verdadeiramente internacional, tornando-se uma “*bestpractice*” admirada e imitada em numerosos países, inclusive na Europa. De um modo geral, porém, as tentativas de emular o aparente sucesso de Porto Alegre não passaram de arremedos grosseiros e pouco ou nada consistentes (SOUZA, 2014. p. 10-12, grifo nosso).

Tanto Erminia Maricato (2000) quanto Marcelo Lopes de Souza (2014) assinalam a importância do Orçamento participativo para alicerçar a participação popular. No entanto, Souza (2014), vai além e afirma que fora da esfera de Porto Alegre, o OP não teria tido êxito. Essa é uma análise que aprofundaremos no próximo capítulo. De momento, o importante é reconhecer o OP como uma das formas de participação política. Mas ressaltamos que não podemos concordar com Marcelo Lopes de Souza quando ele diminui a importância do OP em outros lugares. Como argumento assinalamos a transformação que o bairro do Jurunas experimentou, com grande número de pessoas reivindicando e obtendo uma melhoria imediata, que esteve ao seu alcance.

A participação política da população do bairro no Jurunas com o fim do governo do PT, assistiu, uma profunda mudança no que se refere à participação popular. O anúncio da Obra de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova na Sede do Rancho Não Posso me Amofinar, com participação dos moradores do bairro, os reduziu a meros expectadores. O que diferiu bastante do período do OP em que as pessoas decidiam de forma direta as obras no bairro. Nessa nova perspectiva os moradores assistiram de início a prefeitura apenas apresentar o Projeto sem que os moradores tivessem o direito a opinar, de dizer ‘não’. Mas a característica de brigar por direitos permaneceu no bairro em todos os gerenciamentos, até mesmo no período do OP onde a população era chamada pela prefeitura a participar, mas também havia pontos de conflito e divergência, que serão aprofundados nesse trabalho.

2.2 O Tempo Presente dos Movimentos Sociais

A manchete: *“CUT, MST e UNE fazem atos contra terceirização em 17 estados e no DF”* Manifestantes também defendem a Petrobras e a reforma política. Atos criticam ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff.” (G1.POLÍTICA, 2015) mostra o descontentamento e a recente mobilização de movimentos sociais com um tema polêmico que tem sacudido o cenário político brasileiro, a saber: A Terceirização e a campanha incessante da mídia contra a Presidente Dilma. Esse fato aponta que a todo momento como afirma Arendt (1950) a qualquer momento algo extraordinário pode levar a uma mudança no que se refere à política¹⁰.

Então, discutir formas de participação política na sociedade é relevante quando vemos o modelo tradicional passar por uma profunda crise. E referir-se a estes fatos políticos neste trabalho está em tentar mostrar que os recentes escândalos relacionados a pessoas públicas, podem ocasionar dois processos antagônicos: o primeiro seria o descaso com a política o que demonstramos quando expusemos a pesquisa e o resultado das eleições; o outro, a mobilização e a ida as ruas para realizar protestos. Em outras palavras a exposição das pessoas saindo do marasmo, nas ruas nas redes sociais.

Outros movimentos têm lutado de forma organizada para fazer valer seus direitos, em se tratando de um âmbito mais local, podemos citar as comunidades que se organizam em torno de Movimentos Sociais, Identidades Coletivas e Territórios, do qual os movimentos de quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, povos

¹⁰ Embora possa pecar de falta de profundidade insiro ideias em circulação, e as quais compartilho a propósito do momento atual. Apesar de termos apontado que o cenário político brasileiro tem se mostrado quase inerte, vemos que isso pode mudar a qualquer momento. Nos meses de 2014/ 2015, assiste-se a várias manifestações, por vezes favoráveis e outras contrárias à presidente Dilma Rousseff, recém eleita para o seu segundo mandato. Mais recentemente é a exposição na mídia de muitos escândalos, os quais envolvem pessoas ligadas ao governo e o desencadeamento pela polícia federal da chamada “Operação Lava Jato” na qual vários políticos já foram indiciados e alguns presos. Atualmente o que se pode vislumbrar do cenário político brasileiro ”e um futuro incerto, o resultado da ultima eleição, desde o início não foi respeitado, com forte pressão da oposição, além de aliados nãurbulencia político tão aliados assim, que culminou no afastamento da presidenta legitimamente eleita, e afastada de forma não tão transparente pela alegação de pedaladas fiscais muito contestadas. A turbulência política perpassa a outros setores onde estão sendo chamados pela justiça vários políticos, acusados de corrupção ativa e lavagem de dinheiro, e se afasta uma presidente por uma pratica que mesmo que seja comprovada é praticada em todas as estancias do executivo em diferentes governos.

de terreiros que estão inseridos nas relações de Projetos de Pesquisajá comentado, com algumas ações no bairro do Jurunas¹¹.

O trabalho do PNCSA ajudou a denunciar os problemas enfrentados por feirantes, trabalhadores dos portos, pescadores e moradores das ilhas da orla sul de Belém. O primeiro foi relacionado às atividades desenvolvidas no Porto do Açáielaborado junto com os feirantes. Nestes materiais foi mostrado o cotidiano de ineficácia das políticas públicas nos portos, apresentava a preocupação com uma possível retirada dos portos, por conta da construção da Av. Beira Rio, na obra Portal da Amazônia.

Inseriu as realidades localizadas dos extrativistas de açáí e artesãos que estavam lutando contra a proibição de uso da rasa de açáí. Assim no fascículo: “Ribeirinho das Ilhas de Belém” (PNCSA, 2008) frisava-se que a substituição das rasas de açáí por basquetas era inviável, contrariando o entendimento do Ministério Público que impunha fosse feita a substituição. Com o trabalho da Cartografia Social denunciou-se os prejuízos que seriam gerados com a substituição dos paneiros de armazenar açáí, pois existe toda uma cadeia produtiva em torno dessa atividade, além de que o paneiro se degrada no ambiente, o que não ocorre com as basquetas que são de plástico. Os trabalhadores que participaram desse fascículo conseguiram manter sua atividade.

A substituição da Rasa pela Basqueta vem sendo questionada, uma vez que deverá gerar grande impacto no processo e tecnologia utilizados há anos pelos produtores, ribeirinhos e feirantes na colheita, debulha e transporte do açáí. Muitas famílias ribeirinhas vivem da produção da rasa. “Moro no interior, trabalho com açáí, com rasa. Muita gente depende da rasa, do açáí. Consumo açáí desde bebê; meus filhos, meus pais consomem também, nunca foram contaminados com nada. Nós colocamos uma capa no fundo da rasa para proteger, quando debulha o açáí direto na rasa não cai no chão. Os grandes vêm analisar e colocam essas coisas de contaminação. A prefeitura precisa também fazer a sua parte”. (PNCSA, 2008, Fascículo 8, p. 8).

¹¹Cito explicitamente o Projeto Nova Cartografia Social pela experiência de vinculação com os movimentos sociais do bairro do Jurunas, a exemplo do movimento dos Portos, dos moradores de ilhas, dos produtores e comercializadores do açáí. Nesse projeto pesquisadores e movimentos sociais desenvolvem ações como a realização de oficinas de cartografia, que tem como um das suas produções os fascículos, boletins apresentando o universo cultural, representações cartográficas das situações sociais, as identidades coletivas configuradas em movimentos sociais. (ver site: nova cartografia social.com)

Comentamos o trabalho realizado pelo Projeto Nova Cartografia Social em relação ao projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova. No boletim antes citado, apresentou-se onúmero significativo de desapropriados e deslocados de suas residências, sem queesses agentes sociais tivessem conhecimentodas indenizações, muito baixas e a não garantia de manutenção do Porto do Açaí.

Foi feito um trabalho de campo com a participação de pesquisadores do PNCSA e de pessoas do bairro. Os moradores foram entrevistados e falaram do seu cotidiano e suas aspirações em relação a obra. Depois foi feito um trabalho de pesquisa sobre o projeto de Macrodrenagem. Finalizada essa etapa, reuniram-se as informações e foi elaborado um Boletim Informativo. Na etapa seguinte foram feitas palestras, exposição de banners em locais de grande circulação de pessoas. Além de solicitar audiências públicas com a presença do Ministério Público e de parlamentares.

Essas ações possibilitaram que a prefeitura torna-se o projeto mais flexível diante da pressão dos moradores que começaram a se mobilizar. Uma ação reivindicativa foi protagonizada pelos moradores das ruas dos Caripunas e dos Timbiras que não permitiram a entrada em suas casas de agentes da PROMABEM, responsáveis pelo projeto. Além de interditem a Av. Bernardo Sayão por várias vezes. Essas ações são fruto de atos políticos da comunidade, mesmo que as vezes essas pessoas não tenham consciência do significado e do alcance político do engajamento.

Essas articulações transcenderam o espaço continental e as ilhas Sul de Belém se incorporaram nesses debates e ações. O PNCSA elaborou três (3) fascículos que estão diretamente vinculados aos debates sobre as formas econômicas de extraçãoe comercialização do açaí. Também foi montadaa exposição de fotografias com o título “Debulhar Açaí”.

Trabalhadores de portos públicos de Belém como os Porto do Açaí e Porto da Palha e ribeirinhos, participaram da produção de fascículos do PNCSA, com objetivo de denunciar as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano tanto do ponto de vista econômico como social e cultural. Esses trabalhadores foram diretamente afetados nos seus modos de vida e formas de provisão do sustento material e social.

Não era reconhecido seu papel importante na metrópole, pois abastecem a população local e de outras regiões do Brasil, com produtos da região, e por muitas vezes não tem o devido respeito por parte do poder público, tal como foi denunciado no

fascículo: “Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém” (2008) e no Fascículo 07, que abordou os portos públicos de Belém; ambos denunciaram a precariedade da infraestrutura desses portos. O foco principal desses trabalhadores foi esclarecer a sociedade dos problemas enfrentados pelos agentes sociais e demonstravam a preocupação com a execução do projeto Portal da Amazônia.

A Orla de Belém vem passando por uma grande intervenção urbanística, denominada Portal da Amazônia, cujos os danos ambientais e impactos sociais não tem sido devidamente avaliados. Não está demonstrando neste projeto como os Portos da Palha, do Açai, e outros portos públicos irão interagir com a nova avenida Beira Rio, Existe a ameaça de remanejamento compulsório. A obra pretende atingir uma vasta área que se estende do Mangal das Garças à Universidade Federal do Pará, quase toda a extensão da orla sul de Belém. Segundo a PMB o projeto, orçado em mais de R\$ 125 milhões, prevê a construção de uma plataforma com largura de 70 metros e duas pistas, com três faixas em cada sentido. Terá ainda área de passeio, estacionamento, canteiro central e ciclovia. No EJA RIMA apresentado pela PMB não há, porém, qualquer previsão de permanência dos portos públicos existentes atualmente ao longo da Avenida Bernardo Sayão, como o Porto do Açai e o Porto da Palha. (PNCSA, 2008, Fascículo 7, p. 8).

As manifestações mais recentes se referem ao abandono que o bairro do Jurunas vem enfrentando, após a prefeitura fazer uma serie de comemorações pelo aniversário de 400 anos da cidade de Belém. Contrario a esse espirito comemorativo os moradores do bairro do Jurunas não veem motivos para comemorar. Fatos são listados, entre eles a obra da Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, a qual conta com 10 anos de iniciada e apenas o trecho da Cesário Alvin até o Tamoios foi entregue à população.

No inicio deste ano foram organizadas mobilizações que sinalizam a atenção sobre a capacidade de revolta e de ações contestatorias. Os cartazes abaixo circularam na Estrada Nova, nos espaços sob intervenção do projeto da Macrodrenagem.

O anúncio denuncia uma obra que deveria ter sido concluída em 2013, e encontra-se abandonada: a Escola de Ensino Fundamental Marluce Pacheco. Esta escola foi uma conquista dos moradores do bairro por meio dos centros comunitários.

Hoje a referida escola encontra-se funcionando de forma precária como mostra a primeira imagem, já a segunda convida os moradores a se mobilizarem:

Figura 1 - Divulgação de abandono de obras.



Fonte: Página do Manoel Pantoja facebook¹²

¹²Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10201381674061118&set=a.10201381671061043.1073742158.1752148704&type=3&theater>>.

Figura 2 - Convite para o Protesto 400 anos



Fonte: Pagina de Nádia Silva Facebook¹³:

Os movimentos sociais na atualidade têm buscado outras ferramentas para fazerem denúncias, se manifestar contra o que consideram descaso do poder público. As redes sociais hoje estão sendo utilizadas para convocar as pessoas para atos públicos, protestos, elas têm um alcance muito grande mesmo que as pessoas não compareçam fisicamente em muitos desses atos, mas eles acabam tendo um ganho porque as pessoas recebem informação, o que outrora era restrito aos meios de comunicação tradicionais, radio, tv, jornais e revistas.

Fotografia 1 - Protesto dos moradores e movimentos sociais pelo abandono das obras do Portal da Amazônia.



Fonte: Acervo da autora (2016).

¹³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=950873104990215&set=pcb.950874544990071&type=3&theater>>

Na data de aniversário de 400 anos da cidade de Belém, moradores e integrantes de movimentos sociais foram as ruas dos bairros atingidos pela obra de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova. A mobilização foi divulgada com nome “Grito da Estrada Nova”. A manifestação conseguiu mobilizar em torno de uma centena de pessoas e foi cobrado o retorno da obra que se encontra abandonada já citada: a EEFM. Marluce Pacheco e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jurunas.

No aniversário de 400 anos de Belém, os movimentos sociais saem às ruas. A exemplo, o **GRITO DA ESTRADA NOVA**, que denunciou o descaso do prefeito Zenaldo e do governador Jatene (PSDB) com a cidade. Onde deveria ter obras prontas, há lama, matos e lixo. Esses são os casos da Escola Marluce Pacheco e da Estrada Nova, ambas no bairro do Jurunas. A primeira, está com as obras paradas desde 2012, enquanto os alunos, remanejados para um galpão sem estrutura, aguardam desesperançosos. A segunda, se arrasta pelos anos, mesmo com recurso federal assegurado. Dona Graça, uma das organizadoras da atividade, critica o esquecimento do prefeito Zenaldo com o bairro: "Eu não vejo motivo para comemorar. Nossas crianças estão jogadas num galpão na Bernardo Saião, enquanto a obra está parada. Tudo o que conseguimos aqui neste bairro, foi através da luta e desta vez não vai ser diferente".

Domingos Conceição, professor e sociólogo, já apontou um caminho para o movimento: "Nós podemos entrar com uma ação judicial contra a prefeitura e o governo pelo abandono. Já que temos elementos que comprovam o crime, como a placa da obra da UPA (Unidade de Pronto atendimento), em que os valores e o prazo de entrega foi apagado pela prefeitura. Isso, além de ser crime, nega ao direito da população de saber o quanto de recurso público se investe em uma obra, como nos garante a Constituição". A caminhada marca também o início do **Fórum da Estrada Nova**, movimento que se destina a continuar a pressão sobre os governos municipal e estadual para a conclusão das obras. Liderada por moradores do bairro, conta também com o apoio da CUT, Movimento Levante Popular da Juventude e parlamentares do PT, PC do B, PV e Psol. Belém merece mais mudanças e mais futuro. (LEÃO, 2016, não paginado).

As recentes mobilizações de rua no Brasil estão conectadas ou seguem algumas estratégias das manifestações de rua conhecidas como OWS ('Ocupe Wall Street') que identificam os movimentos de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro – e que iniciou em 2011 nos Estados Unidos confrontando o governo daquele país.¹⁴Esses movimentos utilizam-se das tecnologias de comunicação e se

¹⁴Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua, denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários

apresentam como movimentos em redes. Stresser (2010) formula algumas de suas estratégias:

Com o avanço da tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de comunicação, percebe-se uma nova forma de articulação no interior dos movimentos sociais, caracterizada pelo uso de ferramentas inovadoras, tais como as redes sociais, o uso de e-mails, petições, jornais digitais e vídeos para pautar suas reivindicações e alcançar mudanças sociais. A nossa era é dominada pela tecnologia e marcada pela facilidade de receber informação a qualquer instante. Os movimentos sociais, desde os anos 90, se utilizam de novos meios de comunicação para promover suas causas e informar o maior número de pessoas possíveis acerca de assuntos políticos, sociais, ecológicos, etc. Esta nova forma de engajamento político e social tem sido comumente chamada de ciberativismo. Buscando a veiculação de um ideal através de uma mídia de grande alcance, é o ativismo contemporâneo praticado em rede, através da internet (STRESSER, 2010, p. 2).

Na foto abaixo é captado um local inadequado de depósito de dejetos o que coloca em riscos adultos, crianças tanto no relativo a saúde quanto ao deslocamento nas ruas e espaços de pedestres. A população tem buscado participação nas decisões relacionadas ao que deve ser feito na cidade. As imagens mostram situações no Jurunas, mas essa busca por legitimidade se estende também ao centro.

da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense Adbusters, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011[2]. A denúncia de que o megainvestidor George Soros seria um financiador do movimento foi desmentida pela própria agência que divulgara a versão. No dia 1º de outubro de 2011, o protesto mobilizou de cinco a dez mil pessoas. Ao longo dos últimos meses de 2011, uma onda de protestos semelhantes espalhou-se por diversas outras cidades nos Estados Unidos (Boston, Chicago, Los Angeles, Portland, São Francisco, entre outras), na Europa e em outras partes do mundo. A estratégia do movimento é manter uma ocupação constante de Wall Street, o setor financeiro da cidade de Nova Iorque. As pessoas se organizam em assembleias gerais, nas quais todas podem falar e participar das decisões coletivas. Os manifestantes indicaram que a ocupação será mantida "pelo tempo que for necessário para atendimento às demandas." O slogan, We are the 99% ("Nós somos os 99%"), refere-se à crescente desigualdade na distribuição de renda riqueza nos Estados Unidos entre o 1% mais rico e o resto da população. Para promover mudança OWS aposta na ação direta. Noblat. Disponíveis em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/05/indignacao-s.html>>

A propósito destes movimentos no Cone Sul, a FLACSO divulgou o artigo: Argentina: ¿Hacia un populismo global? Indignados, Occupy y las protestas en Brasil bajo la lupa, escrito por Alejandro Pelfini. Essas novas estratégias e formas do protesto social tem sido apresentadas a academia, cada vez com maior insistência. FLACSO. Disponíveis em: <<http://www.flacso.org/secretaria-general/flacso-argentina-hacia-un-populismo-global-indignados-occupy-y-protestas-brasil-0#sthash.95RbEko6.agQ8sGaw.dpuf>>.

Fotografia 2 - Descaso da Prefeitura arredores da feira e portão da EEFM Escola Marluce Pacheco Ferreira 12/01/2016.



Fonte: Pagina de José Ribamar Facebook¹⁵

As mobilizações sociais no Jurunas têm visibilizado na capital do estado as condições infraestruturais, saúde, educação, segurança e vialidade do bairro e elas se constituem na agenda política para confrontar administrações municipais e estaduais ineficientes e politicamente desmobilizadoras. Em quatro décadas a intervenção do estado é marcada por descaso e descontinuidade como a obra citada, paralisada há mais de dez anos e cujo custo está fora de uma contraloria social.

¹⁵Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10201381680941290&set=a.10201381671061043.1073742158.1752148704&type=3&theater>> Acesso em 17 de janeiro de 2016.

3 ORGANIZAÇÃO POPULAR NO BAIRRO DO JURUNAS

O bairro do Jurunas tem um passado construído dentro de uma trajetória de luta, nesse sentido compreende-se que praticamente toda infraestrutura urbana presente nele está associada à mobilização popular. Mas, para compreendermos o histórico da organização e mobilização popular no bairro faz-se necessário um breve apanhado histórico que explica em parte os problemas que motivaram essa organização dos moradores em prol de melhorias de vida.

Os bairros que surgiram, no prolongamento da cidade em sentido paralelo ao rio Guamá, atestam uma ocupação muito antiga. Podemos dizer que os mesmos começaram a constituir-se desde o século XVII, considerando-se a presença de populações indígenas ao longo da margem direita do rio, quando os portugueses aqui chegaram. Mas foi somente a partir do século XVIII que o sítio geográfico onde se localiza o bairro do Jurunas foi sendo lentamente incorporado à área de expansão da cidade. As primeiras ruas surgiram a partir da abertura de caminhos que permitiam, às vezes com muita dificuldade, o trânsito entre o centro e as terras que estavam sendo utilizadas para moradia e/ou para atividades econômicas de baixo custo e rendimentos, pela população mais pobre, que utilizava áreas devolutas para construir chácaras, vacarias, cocheiras, canteiros e hortas. (RODRIGUES, 2008, p. 145).

O atual bairro do Jurunas foi a alternativa da população menos favorecida que buscava um lugar para morar em Belém. Todavia o sítio geográfico do bairro não favorecia a ocupação e a população convivia com constantes alagamentos, os quais foram parcialmente resolvidos já no século XX com a primeira obra de infraestrutura do bairro foi a construção do chamado Dique de Belém que veio a atender na verdade uma demanda da cidade¹⁶

Em meados da década de 40 o Jurunas sofria com várias doenças relacionadas às extensas áreas alagadas do bairro. Outros aglomerados eram atingidos por doenças transmitidas por mosquitos. Foi quando o SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) em parceria com uma Fundação Norte Americana firmou um acordo de cooperação no período da 2ª Guerra Mundial e empreendeu uma obra de vulto que mudou o espaço não só do bairro do Jurunas como Condor, Cremação e Guamá. Foi construído um Dique que tinha como objetivo principal impedir que as águas do rio Guamá alagassem os bairros. (SILVA, 2008, p. 24).

¹⁶No documento LPM (Linha Preamar Média) disponível no SPU, fala que a obra Dique de Belém foi uma necessidade por conta dos altos índices de casos registrados de Impaludismo que assolavam inclusive as áreas centrais da cidade. Então, era uma necessidade sanear os bairros de periferia para diminuir a proliferação de mosquitos.

O Dique de Belém resolveu em parte o problema dos moradores do bairro do Jurunas por diminuir os alagamentos constantes e se apresentou como alternativa encontrada pelos ribeirinhos que vinham em busca de oportunidades de emprego, saúde e serviços educacionais na cidade.

Na década de 60 o bairro tinha asfaltado apenas à Av. Bernardo Sayão, popularmente conhecida como Estrada Nova. O asfaltamento ocorreu quando foi construído o Dique. Conforme depoimentos de alguns moradores como a senhora Leo Miranda:

Tínhamos que andar com os sapatos dentro de um saco plástico até a Conceição, lá na esquina a vizinha dava uma vasilha de água pra gente lavar o pé. Praticamente nada era asfaltado a gente vivia na lama. As ruas eram verdadeiros igarapés nos meses de chuva.

É importante salientar que o momento de efervescência política do movimento popular no Jurunas e em Belém ocorreu durante período de maior repressão política da História, isto é, na vigência da Ditadura Militar que durou de 1964 a 1985. A luta do movimento popular na época estava basicamente orientada para diminuir as consequências da ineficácia das políticas públicas, lutar num período em que o regime era altamente repressor e ainda quebrar dentro da população, das massas, o discurso ideológico recorrente do Milagre Econômico e Democracia. As lideranças dos movimentos eram apontadas como “Comunistas” o que causava muito temor em muita gente.

De forma que o caráter ditatorial do regime político que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 não pôde ser obscurecido, mesmo nos momentos de maior popularidade por ele alcançada (nos anos do milagre econômico, durante o governo Médici), haja vista ter se utilizado constantemente, neste processo de adesão as suas ideias, de violenta repressão, repelindo e eliminando aqueles que foram de encontro à ordem social que se pretendia construir. Foi, portanto, um regime que buscou essencialmente uma homogeneização sociopolítica, via uniformização ideológica, circunscrevendo as possibilidades de ação a seu, bastante restrito, raio político, fosse através da força ou fosse através de construções discursivas sobre si próprio, *positivando* o poder que exercia. Precisou, portanto, elaborar projetos constantes de convencimento psicossocial, agindo de maneira específica para cada segmento social, fosse pelo medo, pelo discurso ou pelo nível de consumo. (LUNA, 2014, p. 55).

Apesar desse quadro desfavorável, os Centros Comunitários atuavam no bairro do Jurunas desde 1969 e pouco se intimidaram. Havia uma adesão da população que a cada assembleia aumentavam sua participação. Assim, apesar do discurso ideológico do governo, a população sentia na pele a falta de moradia, escola para as crianças, saneamento básico. Isto significa que não existiam condições aceitáveis de vida no bairro mobilizando a ação social.

Figura 3 - Jornal Resistência1.



Fonte: Setor de Microfilmagem da Biblioteca Arthur Vianna¹⁷.

¹⁷ A notícia vinculada no Jornal Resistência mostra o casal Humberto Cunha e sua companheira Iza Cunha, dando seus relatos sobre a tortura que sofreram por participarem de Movimentos sociais e lutarem pela redemocratização do País também participavam do Centro Comunitário COBAJUR - Comunidade de Base do Jurunas. 03/1981. Nº 22.

Figura 4 - Jornal Resistência 2.



Fonte: Setor de Microfilmagem da Biblioteca Arthur Vianna¹⁸.

É importante compreender o contexto político na época em questão, pois as mobilizações populares, de forma específica nas periferias, ocorriam em diferentes cidades no país. A organização dos movimentos sociais em Belém direcionou as campanhas pelo “Direito de Morar” e a “Campanha Escola para Todos”, sintonizadas com mobilizações em outras periferias do país como retrata Luna (2014).

Nessas ações, invariáveis no tempo presente, aponta-se a forma como o poder público pensa as políticas públicas, sem preocupação com os moradores das chamadas áreas periféricas, que enfrentam e criticamos descasos dos governos. Uma questão deve ser enfatizada a permanência e desídia dos governos por décadas e muitas vezes novas decisões incidem sobre situações não resolvidas. Luna (2014) aponta-se a situação de um projeto de aterro sanitário na cidade de Recife, o qual previa recursos do BID. O ato de protesto mobilizou os moradores do bairro em questão organizado para impedir que o aterro fosse colocado em sua vizinhança. As

¹⁸ Essa reportagem que o Jornal Resistencia publicou, deu destaque para a grande mobilização popular em setembro de 1981 pelo “Direito de Morar”. Esta mobilização exigia a Liberação das Terras da Radional localizadas no Bairro do Jurunas. A passeata saiu do Jurunas e teve como destino o Palácio do Governo. Resistencia Nº 08. 1981.

manifestações chegaram a mobilizar segundo as fontes do autor em torno de 10.000 mil pessoas e envolveu vários segmentos inclusive a Igreja Católica.

Os moradores ficaram cientes: ao lado de onde moravam, no início dos anos 80, iria ser instalado um aterro energético-sanitário, que receberia quase totalmente o lixo da zona Sul do Recife. Tal empreitada beneficiaria, sobretudo, as indústrias situadas a 5 km do local, por gerar energia a partir da produção de gases bioquímicos no processo 'digestivo' do lixo. Posteriormente a uma visita à FIDEM93, souberam ainda que o projeto seria financiado pelo Banco Mundial, e que se realizado fosse, durante 25 anos seriam jogados 7.376.648 toneladas de lixo no quintal dos moradores da UR-10, que ficaria a apenas alguns metros do Aterro Sul [...]. (LUNA, 2014, p. 66).

Fotografia 3 - Lançamento do Jornal Resistencia em 1978.



Fonte: Jornal Resistência.

Nas imagens acima temos o lançamento do Jornal alternativo Resistência em 1978 na Av. Governador Magalhaes Barata um dos pontos de concentração da caminhada dos apoiadores e colaboradores do jornal. Este jornal foi um grande instrumento divulgador e incentivador do movimento popular na década de 80. Como o próprio nome do jornal se intitula “Resistencia”, resistiu a toda repressão e censura sofrida, nos anos finais da Ditadura Militar. A responsabilidade pela edição era da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), fundada em 1977.

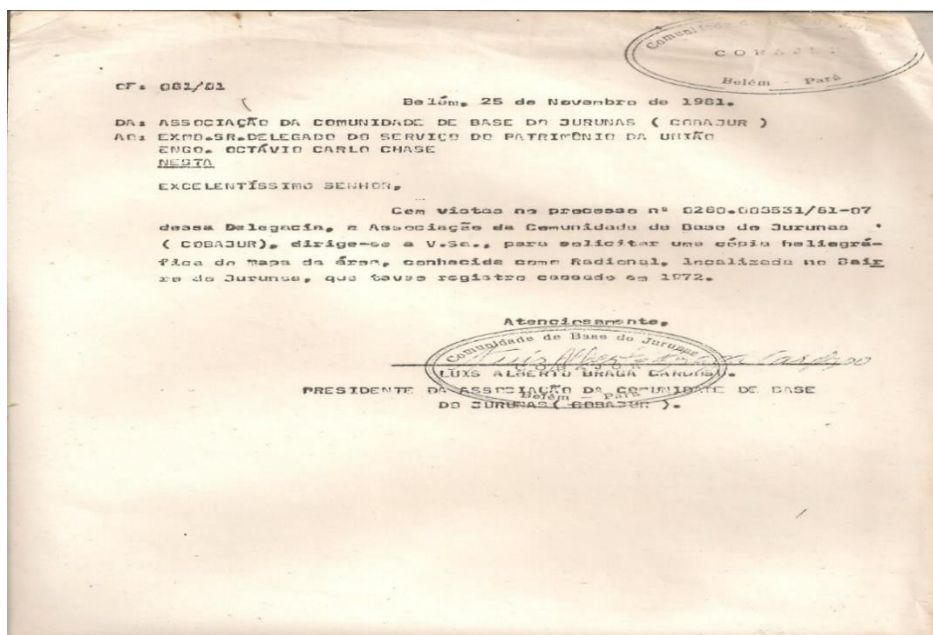
Nas suas páginas divulgavam-se, debatiam-se os problemas sociais, políticos e economicosde cunho regional e local. Também denunciou casos de tortura. No bairro do Jurunas deu ampla cobertura à Campanha “Escola para Todos”, a “Luta Pelo Direito

de Morar”, também se ocupava de assuntos culturais. Este jornal teve repercussão entre os movimentos sociais do Jurunas e em Belém

Para garantir direitos básicos como a educação era necessária uma ampla mobilização popular para que esses direitos fossem garantidos, e motivaram a primeira grande mobilização popular que foi a campanha “Escola para Todos”. O segundo momento da mobilização popular foi relacionado a várias questões principalmente a moradia “A Luta Pelo Direito de Morar” levou milhares de pessoas as ruas de Belém de forma organizada pelos centros comunitários como Cobajur, Paulo Roberto e outros, possibilitou que várias áreas devolutas não só do bairro do Jurunas como também do bairro da Sacramenta, por exemplo, fossem ocupados.

O diferencial na luta pela Radional, se deu, pelos tramites administrativos com pesquisas nas secretarias do estado e dos Municípios e do Serviço de Patrimônio da União para obter informações a respeito da posse do terreno o que facilitou muito na viabilidade das reivindicações. De posse de informações de que o terreno pertencia ao Estado deixava essa instituição impossibilitada de ignorar o movimento diante da pressão da sociedade diante da situação de se ter num bairro altamente populoso uma área enorme sem uso enquanto um número imenso de pessoas sem casa própria. (SILVA, 2008, p. 45).

Figura 5 - Convite de reunião COBAJUR.



Fonte: Acervo da autora (1981).

Fotografia 4 - Passeata COBAJUR no Jurunas.



Fonte: Acervo da autora (1981).

O documento inserido na figura 5, foi endereçado ao Serviço do Patrimônio da União (SPU) solicitando informações sobre a situação do terreno da área da Radional que era pleiteado pelos moradores do bairro. Já a fotografia registra uma das passeatas organizadas pela COBAJUR, saindo e passando pelas ruas do bairro até o Palácio do Governo do Estado. Essas duas formas de organização revelam que o movimento, além de ter a base popular nas manifestações, que reuniam milhares de pessoas, também procedia a recorrer aos dispositivos legais.

A primeira linha de frente citada refere-se a ida dos representantes dos Centros comunitários aos cartórios, à Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), ao SPU, em busca de provas legais que os terrenos pleiteados pelo movimento não tinham registros, nem havia proprietários legais e se tratavam de áreas devolutas. A busca de apoio de varias entidades como Ordem dos Advogados do Brasil-OAB e SDDH, as pesquisas em parceria com o Instituto de Estudos e Desenvolvimento do Estado do Pará (IDESP) contribuiu nas mobilizações dos “comunitários”, terminologia utilizada pelas instituições oficiais.

Outra frente consistia na mobilização do maior número possível de pessoas, que participavam das passeatas, atos públicos e que também ocuparam, algumas vezes o

terreno ou as mencionadas terras da Radional, mesmo sendo removidas pela Polícia Militar com uso de violência física.

Paralelo a luta pelo Direito de Morar, havia outra frente de luta dos centros comunitários. Essa foi organizada seguida à avaliação de que o movimento não estava tendo êxito esperado em suas demandas. Deve lembrar-se o fato de não existir uma união das entidades naquela época. Desta forma, surgiu a ideia de organizar o Projeto do Jurunas.

O Projeto do Jurunas começava a sair do papel, várias demandas foram atendidas o destaque para a ampliação da escola Marluce Pacheco Ferreira, construção da praça do Projeto na Radional, a praça da Monte Alegre, prolongamento da travessa Bom Jardim até a travessa Quintino Bocaiúva, colocação de esgoto e aterramento de várias ruas. Seguindo nos pontos importantes do projeto como moradia, saúde e segurança foram traçados detalhadamente conforme se observa no documento em anexo.

A preocupação com o funcionamento do serviço de saúde, desratização e a necessidade da construção de um mercado municipal e feira livre na Estrada Nova. Criação de uma escola profissionalizante e incremento do ensino de 2º grau que era precário, além da preocupação dos transportes. (SILVA, 2008, p. 56)

Em meio a liberação da área da Radional continuou-se a luta para que as demandas do Projeto do Jurunas fossem atendidas e abriu-se outra frente de luta pela liberação da Radional II, o que aconteceu em 1984. Após essa segunda luta, bastante árdua, até o final dos anos 80, os centros comunitários organizados no Conselho Comunitário continuaram atuando junto a comunidade. Muitas demandas coletivas foram atendidas através dessa organização.

O conselho Comunitário tentava trazer o público de várias maneiras já que nas assembleias populares já não se faziam presentes e organizou na época o Arraial do Conselho Comunitário, O campeonato de Peladas e outros eventos culturais. Mas no plano político a representatividade dos Centros diminuía. Em anexo colocamos um documento que expunha a situação de um dos centros comunitários onde a presidente fala das dificuldades que o Centro passa, que na verdade era geral. Os centros com a retração da participação popular tinham dificuldades financeiras. Na fotografia presente nesta página, mostra o anúncio da inauguração do conselho Comunitário em 1987, e como não poderia ser diferente o anúncio faz referência às várias atrações, bem característico do bairro, que é muito festivo até hoje.

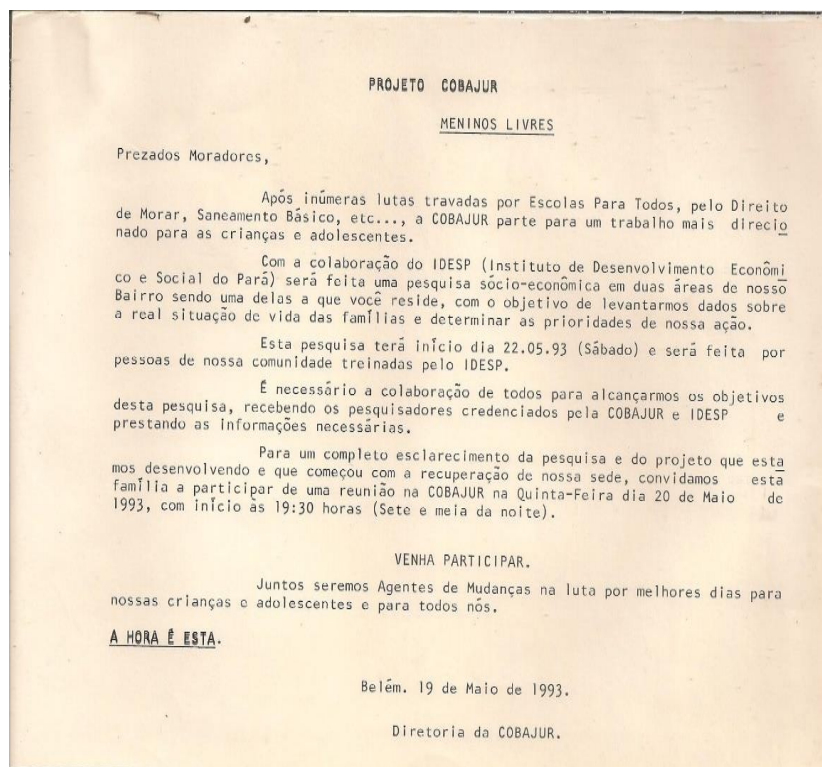
Fotografia 5 – Faixa com a data de inauguração do Conselho Comunitário do Jurunas.



Fonte: Acervo da autora (1987).

Durante o período que compreende os anos finais da década de 80 e primeiros anos da década de 90 apesar das tentativas de tornar os Centros comunitários mais fortes, ampliando a participação dos mesmos dentro do Conselho Comunitário do Jurunas. Houve um sentido enfraquecimento da mobilização popular.

Figura 6 - Panfleto convite para reunião do Projeto Meninos Livres.



Fonte: Acervo da autora (1993).

Na década de 90 os Centros comunitários ainda tinham representatividade para a comunidade. Enquanto, a COBAJUR continuou a frente de grandes lutas. Uma delas era para implantar um projeto para atender as crianças do bairro, com o objetivo de integrar as crianças em um projeto sócioeducativo. Isso mostrava que a comunidade estava preocupada com a demanda dos moradores por um espaço que acolhesse as crianças além da Escola.

Mas, o movimento comunitário nos anos noventa apesar de ainda continuar atuante, já não tinha força de mobilização da população. Muitas lideranças que participaram das mobilizações, agora atuavam no campo da política partidária. Isso segundo algumas lideranças influenciou no enfraquecimento dos Centros Comunitários, o que constitui um novo momento político no bairro.

As Escolinhas comunitárias começaram a diminuir a rede municipal, começou a ampliar, aí começou a haver uma diminuição na participação. E também um investimento muito grande da direita nos centros comunitários, o que de certa forma, apesar de existir a administração municipal de esquerda o governo estadual era direita que começou a fazer diversas investidas nas lideranças dos centros comunitários, o cooptou algumas, e ganhou também várias direções. (SILVA, 2016, p. 56).

Já não havia em meados dos anos 80 e início dos anos 90, áreas devolutas no bairro para atender as demandas de moradia e essa carência pode ter sido refletido na participação política, como já fora dito, pois não havia mais nos Centros Comunitários uma participação maciça da população.

A participação política dos moradores do bairro em multirões, passeatas, assembleias, depende de uma mobilização social buscando e definindo de forma coletiva objetivos comuns. São ações que cristalizam o que é “fazer” a política.

No entendimento do ex-vereador Alfredo Costa a Política pra mim é participação da sociedade, nos destinos tanto da sua casa, da sua rua do seu bairro. Todo homem é considerado um ser político nem que seja para decidir lá na casa dele. (Entrevista de Alfredo Costa, 2015). O morador Daniel Sodré tem um entendimento semelhante e vai além recriminando as práticas da politicagem que envenenam a política.

Falar de política hoje em um momento em que as pessoas até espraguejam, ou tem uma teoria muito antiga que até hoje é um provérbio política, religião ou esporte, futebol não adianta discutir e que nunca vai se chegar a uma conclusão. Não é o que eu penso que a política é importante pra tudo, tudo é

política nós somos cidadãos políticos, dentro de uma casa em uma reunião em família nós estamos exercendo a política, nós estamos botando em comum a ideia de cada um e dentro de um conjunto de ideias, se chega há um denominador comum. [...] política é uma coisa e politicagem é outra coisa... devemos extirpar da sociedade a politicagem? É tirar vantagem daquilo que é público. Infelizmente não generalizando no bairro do Jurunas a visão política é baixa. Existem alguns focos onde se pensa o bem comum, mas na maioria não é assim. (Informação verbal).¹⁹.

Essa forma de atuação no bairro reflete a participação política de seus moradores. Todavia, outras formas de atuação passaram a se organizar com a intervenção de partidos políticos, repercutindo em uma visível divisão de lideranças. Algumas atuavam no campo da oposição, com a ampliação dos partidos de esquerda como o PT, Pcdob. Essas organizações tinham como objetivo eleger parlamentares. O engenheiro agrônomo, Humberto Cunha primeiro vereador do PT eleito teve forte apoio da COBAJUR.

Entretanto, a vida partidária provocava rupturas, a divisão dos líderes comunitários (SILVA, 2008). Algumas lideranças como Luis Braga afirmava que um convênio chamado PRODASEC, firmado entre algumas entidades e o governo foi na verdade uma forma de cooptação dos então presidentes das comunidades.

Algumas lideranças do bairro interpretavam que os tempos eram outros. Primeiro, o país estava timidamente se redemocratizando, e, segundo, algumas conquistas como direito a luz, água, escola, haviam sido atingidas, o que significava a abertura para a luta por espaços de poder político, nas camaras, nas instituições. Essa interpretação foi enfatizada pelo senhor Antonio Silva, uma das lideranças atuantes no movimento durante as décadas de 80 e 90, eleito presidente da COBAJUR.

Ainda na década de 90 já com o trabalho do Conselho Comunitário do Jurunas que reivindicava o Projeto do Jurunas ocorreu, finalmente, a inauguração do Complexo do Jurunas em 1993. Esta obra de infraestrutura foi uma das últimas demandas que revela o trabalho político dos centros comunitários.

A participação política dos movimentos sociais do Jurunas, a partir da análise das entrevistas, autores e documentos, nos leva a reconhecer e afirmar que a participação política na década de 90 não cessou, mas, sofreu um visível esvaziamento se comparada a participação dos anos 80. Não houve uma paralisação da política, pois se materializaram outras formas de atuação e articulação política. No final da década

¹⁹ Informações coletadas em entrevista com Alfredo Costa, em 2015.

elas ganharam destaque com a organização popular durante o Orçamento Participativo.

O novo momento do fazer a política no bairro confere-se com a introdução do Orçamento Participativo, em 1997. Nesse ano, estava recém iniciada à gestão do prefeito Edimilson Rodrigues que venceu as eleições municipais com o discurso de inverter as prioridades e isso seria feito com o povo definindo suas demandas.

3.1 O Orçamento Participativo

Antes de falarmos da experiência do OP em Belém e no Jurunas falaremos um pouco da origem desse processo. Primeira experiência se deu em 1989 na cidade, de Porto Alegre, na gestão do então prefeito na época Olívio Dutra, que rendeu ao Partido dos Trabalhadores uma sucessão de quatro mandatos o que leva a constatação que a população aderiu ao processo e foi as urnas eleger o Partido dos Trabalhadores com confiança na sua plataforma política. Plenárias de bairro, assembleias, escolha dos delegados (representantes da comunidade), escolha das demandas, debates representavam um “fazer político” muito inovador.

Em 1988, no mesmo ano em que o Brasil aprovava sua primeira constituição posterior à ditadura militar, o PT obteve, em aliança com outros partidos de esquerda, sua primeira grande vitória eleitoral em Porto Alegre. A esperança de que o novo prefeito Olívio Dutra viesse apostar na democracia participativa era muito grande e encontrou um governo disposto a implementá-la, no qual havia muitos líderes engajados na história de organização e resistência popular da cidade. Havia, portanto, condições ideais para a implementação do OP: a) uma forte mobilização social e b) um governo recém-eleito, que priorizava a ampliação da democracia participativa. (ADRIOLI, 2004, p. 1).

Rosa Farias, entrevistada em 2015, ofereceu detalhes de como foi a fase inicial da implantação do OP em Belém do Pará. O Governo do prefeito, Edmilson Brito Rodrigues, inaugurou em Belém em 1997 uma iniciativa que rompeu com o processo de planejamento e execução de como seriam aplicados os recursos. Novaes (2012) ressalta que o OP instituído pelo ex-prefeito de Belém Edimilson não é fruto de uma ação estatal, ou seja, do governo, mas sim da ação popular.

Edmilson Rodrigues (2000, p. 83) considera que o OP se constitui em uma esfera pública não - estatal como um exercício de cidadania e de formação potencializado pela informação. Também o associa à

possibilidade de aprofundamento das reformas urbanas como conquista do próprio povo, o que se torna positivo. Contudo, ao seu ver, este pode assumir uma dimensão negativa, se utilizado como manipulado político ideológico, pois o OP deve estimular a participação, tendo como princípio a autonomia do povo, e assim não se deve assumir a participação como uma verdade absoluta, mas um processo permanente de formação, de educação popular e de construção da liberdade. (NOVAES, 2012, p. 177).

A participação popular ocorreu de fato, pois houve participação tanto de pessoas ligadas ao movimento popular, já com experiência na política, e também verifica - se a participação espontânea, quer dizer a participação de moradores que não tinham envolvimento anteriores no movimento popular, que viam no OP a esperança de ver sua rua drenada e asfaltada.

Em entrevista o senhor Edvaldo Magno, conhecido pelo apelido de Vavá, descreve como foi sua experiência com o orçamento, bem como de seus vizinhos que nunca tinham participado de movimentos. Ele acompanhou vizinhos do Jurunas que nunca tinham saído às ruas para se manifestar, e se mobilizaram para participar nas Assembéias do OP.

Naquele momento inclusive a gente conseguiu levar pessoas que nem saiam de casa. Pessoas que já estavam assim na acomodação deles mas eles conseguiram acreditar na história, e a gente foi pra cima mesmo, e a gente conseguiu convencê-los que era verdade. A reunião dentro do Rancho não suportou a quantidade de gente que a gente levou, eles foram obrigados a sair com a reunião para o lado de fora. Ai a gente conseguiu transferir a assembleia para o lado de fora, ai eles começaram a fazer a conferencia de número de participantes, aí colocaram a gente na Timbiras no caso, no sentido de quem vai para a Roberto Camelier, aí começaram a conferir, ai o pessoal achou que era inútil conferir, porque ia ultrapassar bem mais de mil pessoas, em setecentas e poucas eles pararam [...] A gente levava a rua toda, toda a família ia o pai a mãe, não tou dizendo que tinha senhores de 60, 70 anos, que nunca participaram de nada e naquele momento fizeram questão de ir. A gente conseguiu inclusive um ônibus pra queles idosos, teve até uma senhora cega que ela foi também. (Informação verbal)²⁰

Ainda durante a entrevista o senhor Magno disse que alguns moradores não acreditavam que essa iniciativa daria certo por considerar que se tratava de política, mas ele e a maioria acreditaram e seguiram com a mobilização e venceram essa demanda no bairro do Jurunas. Esse foi o primeiro momento, o da definição e decisão

²⁰ Entrevista com Edvaldo Magno, 2016.

sobre a prioridade. O segundo foi lutar para que a obra saísse do papel, tendo sido concluída ao final do segundo mandato do prefeito Edmilson Rodrigues.

Quanto a diferença de gestão é muito claro, apesar que quando o orçamento participativo começou chegou com muita desconfiança. Mas a partir que as coisas começaram a acontecer houve uma participação maior. [...] Quando se fala em benefício não se fala só em saneamento básico, não se fala só apenas em construção de rua ou pavimentação de rua, o orçamento participativo também discutia outras coisas construção de escolas, posto de saúde, o pronto socorro tinha uma discussão bem ampla. Mas cada um sendo discutido nas áreas com quem pudesse participar. Não se queria números a ideia não era lotar um ginásio pra se provar que todo mundo participa, mas que realmente houvesse a participação de pessoas que estivessem realmente interessadas, que realmente pudessem está representando seu bairro em suas atividades, os benefícios de suas ruas. O que se precisava não era quantidade, mas qualidade. [...] O OP não foi uma obra característica de um prefeito ou de uma gestão, mas foi uma proposta em que o povo pode definir o que melhor seria pra cidade. Coube a prefeitura administrar aquilo que era definido em orçamento Participativo.

Tanto na fala do senhor Edvaldo, quanto na do senhor Daniel, mostra que no primeiro momento havia uma grande desconfiança com o modelo de gestão do OP, mas depois que as obras começaram de fato a acontecer a população participou. Em outro trecho a seguir os entrevistados alavancam fatores negativos do processo. O primeiro descreve que após a luta para garantir que a obra fosse demandada e aprovada, a outra era para que ela fosse de fato concluída, além de que temiam que a mesma se inicia-se da parte que fazia fronteira com o bairro de Batista Campos e fosse depois abandonada no treco do Jurunas que foi quem garantiu a demanda. Ainda na fala do Vavá como é popularmente conhecido havia certa mágoa com os moradores do trecho da Honório que se negaram a participar com eles das assembleias para garantir a referida rua.

Já na segunda fala do senhor Daniel que trabalha metalurgia náutica, participante ativo da paróquia de Santa Luzia, localizada na Rua dos Pariquís, fala que houve manipulação por parte de algumas pessoas do processo do OP, no sentido que alguns buscavam vantagens pessoais, sendo prestígio para campanhas futuras, benefícios financeiros, e isso prejudicou um pouco o processo. Afirmou que não poderia dizer se essa prática se estendia aos parlamentares, pois não tinha contato com eles.

Esses problemas foram citados pelo vereador Alfredo que afirmou que a não conclusão de algumas ruas demandadas foram fatores negativos do processo. Já o Sr. Francis Polara disse que havia uma manipulação por parte de vereadores para garantir ruas de sua influência eleitoral, assim subsidiavam meios para que números significativos de pessoas pudessem ter recursos para transporte até as assembleias infraestrutura para lance e etc. Diante destes fatores negativos podemos entender que o OP também teve seus problemas.

A gente foi muito cobrado quase no final do mandato é que começou a obra. Depois que se enterrou a tubulação aí começou a mesma estória, outra luta pra ver de que forma eles iam começar a terra planagem [...] e foi andando e quando existia a possibilidade deles começarem por lá, pra parar, a gente embargava era mobilização do início ao fim! Não houve um momento de trégua, se a gente deixa-se eles começarem a fazer por lá! Eu percebi que automaticamente eles iriam parar pela metade do caminho, e entregar a obra como pronta, porque até o momento a obra era dada como asfaltada todos os documentos de prefeitura, e na verdade não era isso que ia acontecer. Então a gente sabendo que começando daqui pra lá eles iam dar um jeito de terminar não iam deixar pedaço de rua sem preparação, sem asfalto sem nada. E quando chegou no final da história, que ela ficou pronta e toda bonitinha, veio o processo de inauguração outra briga! Contrataram aqueles trios elétricos gigantescos e jogaram lá na Roberto Camelier, ali pra Honório com Pariquís, lembro como se fosse hoje, aí o pessoal disse negativo, aquele pessoal nem são jurunense eles se consideram Batista Campos, eles não quiseram nem ir com a gente no rancho. Ai a inauguração foi na Estrada Nova eles consideram a gente meio louco mas a gente conseguiu.²¹

Como tudo que reúne povo, massa, existe a possibilidade de manipulação. Então havia também manipulação daqueles que estavam ali pra votar ou discutir as questões, manipulações que eu digo é melhor pra cá ou é melhor pra lí, é melhor pra isso e as pessoas se deixavam convencer. Infelizmente vivemos em um país onde a corrupção reina, algumas pessoas que tinham direito a votos acabavam se vendendo, delegados, vendendo seus votos de acordo com os próprios interesses. Então quando começou iniciou de forma empolgante, e depois acabou se perdendo um pouco o controle²².

Novaes (2012) contribuiu na compreensão desse processo decisório introduzindo a noção de “poder do povo” - enquanto manifestação expressa de uma “vontade popular”, de emergência de uma “democracia autentica” e da própria democracia, apresentada com base na interpretação de Burdeau (1975).

²¹ Dados coletados de Edvaldo Magno em 2016.

²² Informações coletadas em entrevista com Sodré.

[...] Para Burdeau (1975), a noção de poder do povo está assentada na assunção de que a autoridade se fundamenta no conjunto, na massa indistinta, que acompanha toda a história do pensamento político. Mas, a difusão dessa premissa, de que a democracia é o poder do povo, não impediu historicamente o poder absoluto dos reis. Burdeau afirma que só há “democracia autêntica quando o povo, suporte do poder político, está habilitado a exercê-lo diretamente, pelo menos a controlar-lhe o exercício” (BURDEAU, 1975, p. 24). Cruzar com Sartori adiante: há que ser exercido e não apenas declarado que o povo tem poder. O que é central entender nessa acepção é como essa vontade popular se expressa, e onde ela está assentada, quando esta vontade não tem mais o seu lugar de expressão nas reuniões em praça pública, e leva à existência de uma ambiguidade do conceito de democracia e das instituições constitucionais, que pode levar a uma discussão sobre a própria democracia. (NOVAES, 2012, p. 87).

O bairro do Jurunas também conseguiu através do denominado “sistema de parceria” previsto dentro do OP pavimentar dezenas de ruas e passagens. Nas entrevistas concedidas por Alfredo Costa e por Antonio Silva, ex-presidente da COBAJUR, foram expostos como se instrumentalizava o mecanismo de participação e canalização das demandas para o legislativo municipal:

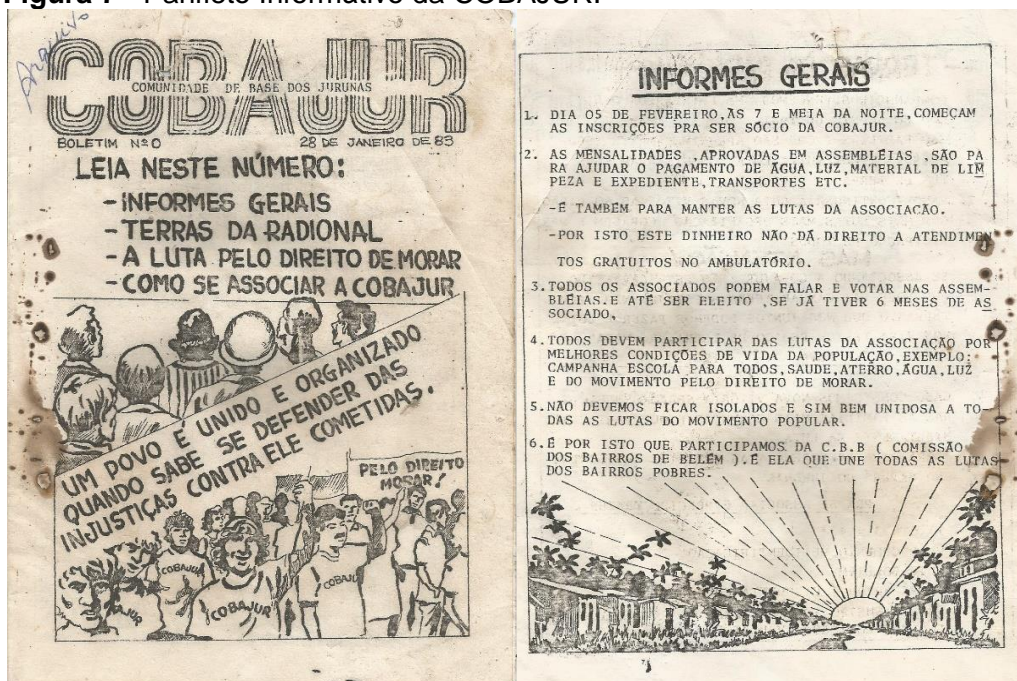
[...] Falávamos com as lideranças das ruas, moradores que tinham certa influência com o demais, isso quando os mesmos não nos procuravam. Depois iniciava-se com uma reunião entre os moradores. E assessores parlamentares, um dos mandatos que mais incentivou as parcerias foi o mandato do ex vereador Alfredo Costa, que depois de fechada a parceria com a comunidade partia-se para fazer Emendas Parlamentares, para garantir parte do recurso. (SILVA, 2015).

A gente reunia né, reunia com a população e dizia olha! o que eu posso fazer e tentar destinar recurso pra essa rua aqui, tentar colocar lá no orçamento, aí mandei pra várias e aí não saiu pra todas porque passava do limite, aí em algumas a população ajudava. A gente mesmo ajudava muito a comprar a gente mesmo ajudava! Os prêmios né! Fizemos assim muito naquelas vilas que o Polara coordenava. (COSTA, A., 2015).

O líder da COBAJUR na entrevista informou ainda que havia uma dinâmica interna ao bairro mediante a qual a COBAJUR buscava definir margens de autonomia arrecadando recursos financeiros e apresentando-se com capacidade para estabelecer as parcerias. Essa capacidade é mostrada nas figuras abaixo, que mostram as experiências que o movimento tinha de angariar recursos através de eventos sociais (festa do sorvete, tarde do tacacá, bingos, festas dançantes, rifas), somado às reuniões diversas nas quais se reiterava o discurso da luta e força do movimento popular.

Dessa forma, se estabeleciam condições de possibilidade para os agentes sociais conduzir suas lutas com êxito. Essas estratégias de participação, organização e luta foram mais tarde aproveitadas no período de parcerias mais sistemáticas no governo municipal sob a administração de Edmilson Rodrigues. Isso explica o sucesso que o bairro apresentou em relação essa forma de participação democrática.

Figura 7 - Panfleto Informativo da COBAJUR.



Fonte: Acervo Família Silva (1983).

Figura 8 - Panfleto Festival do Sorvete da Cobajur.



Fonte: Acervo da Família Silva (1984).

Figura 9 - Panfleto Tarde do Tacacá.



Fonte: Acervo da Família Silva (1983).

Fotografia 6 - Mutirão na Cobajur para construção da Escolinha Comunitária Santo Dias.



Fonte: Acervo da família Silva (1984).

A outra parte vinha de atividades desenvolvidas com a comunidade como: rifas, festas, posteriormente após o recurso financeiro está garantido iniciava-se a obra a prefeitura entrava com o maquinário e executava a obra. (SILVA, 2015).

As parcerias eram uma forma de garantir que demandas que muitas vezes não eram garantidas nas assembleias do OP fossem executadas. Elas foram muito importantes por que antes das parcerias ou o próprio Orçamento participativo a maioria

das ruas e passagens do bairro não estavam pavimentadas e muitas eram alagadas no período chuvoso.

Na entrevista realizada com o senhor Benedito Costa, assessor da Secretaria de Saneamento do Município de Belém destacou a cooperação ativa das comunidades para executar as obras de infraestrutura utilizando o sistema de parceria, que revela as capacidades mobilizadas pelos agentes sociais para solucionar problemas básicos:

Na época eu era assessor na secretaria de saneamento, eu coordenava as obras de parceria entre a comunidade e a prefeitura, então nos coordenávamos cerca 268 obras de parceria 268 obras em Belém. A comunidade, a prefeitura não tinha recursos pra fazer tocar as obras em Belém, comunidade é...entrava com a tubulação, entrava com a solicitação, a prefeitura entrava com o projeto, a infraestrutura o projeto, a mão de obra pra execução da obra. Após serem assentadas a tubulação [...] Projetos materiais e mão de obra, a população só entrava com as tubulações. Após a conclusão da obra de drenagem a prefeitura terraplanagem e fazia o meio fio em linha d'água, que é aquelas sarjetas. Após isso pronto a comunidade se encarregava de fazer as calçadas, cada morador fazia a sua calçada, após a calçada pronta, a prefeitura fazia a pavimentação, ou era broque-te, asfalto, ou era concreto de acordo com o que era acertado com a comunidade.

No período em que o Orçamento Participativo vigorou em Belém as demandas eram estabelecidas pela população. As parcerias permitiram que a maioria das passagens e ruas no bairro do Jurunas fossem drenadas e pavimentadas. O interessante nesse “tempo de participação” efetiva dos moradores foi o engajamento no processo e a credibilidade na luta. Ao compromisso coletivo para garantir parte do recurso para viabilização do projeto somava-se a ajuda com horas de trabalho para construir as calçadas. Constituiu-se uma mobilização ampla em prol de um bem comum para a comunidade e uma forma de fazer política, efetivou-se ao longo desse processo.

A parceria foi uma forma consensuada de apoio entre o legislativo e a comunidade. Em diversos momentos se elaboraram emendas parlamentares, contribuindo nas promoções para reunir fundos financeiros. A articulação política junto a Administração Municipal conseguia viabilizar o asfaltamento de ruas que não estavam garantidas no OP. Houve igualmente parceria com a iniciativa privada como ocorreu com as empresas do Grupo Yamada e Grupo Líder.

Honório até esse trecho que dá 600m o outro trecho, essa também, inclusive, a comunidade fez as calçadas, o que é que acontece! Como a comunidade tava sem recursos pra fazer as calçadas, nós conseguimos doar, através da parceria com a Yamada nós doamos o concreto. Então

foram compradas aquelas betoneiras de concreto. A gente ia colocando na rua e aí a comunidade ia espalhando, cada um fazia sua calçada, aí a comunidade ia espalhando concreto na sua calçada cada morador fazendo a sua calçada.

Outra coisa a Honório ali naquele trecho da Osvaldo até a Mundurucus, eu digo a Osvaldo porque ela passava atrás do presídio na época né ali quem entrou na parceria conosco, nem foi praticamente a comunidade, foi o Líder. O Líder queria fazer só o trecho da Pariquis, em frente ele queria ajudar, porque a obra do Orçamento Participativo, não ia até lá! [...] Ai o que acontece, então tudo bem, nós vamos fazer o trecho, mas você vai dar a tubulação pra fazer a Honório, pra fazer concreto e tubulação, então ele participou dando da Honório pra fechar a Honório. [...] Então o grupo líder participou com a gente dessa obra que era de 270m por 10 m de largura. [...] A outra foi da Pariquis a dos Timbiras, da Pariquis a rua dos Timbiras, esse trecho inclusive, que o Grupo Líder ajudou também, o que que acontece, ele queria fazer até ali na...só que nós dissemos pra ele, que esse resto pessoal de lá até em frente do Timbiras até o Rancho, que ia ficar sem nada como é que ia fazer? Ai foi que os moradores se organizaram junto com o Líder e foram fazer as calçadas inclusive deu a tubulação! Então o Líder deu concreto pros moradores fazerem as calçadas, quem deu a tubulação desse trecho também foi o Líder viu?. Era até o seu Manduca que coordenava, os moradores fizeram lá coordenando e fazendo as calçadas.

No trecho citado acima, o senhor Benedito Silva (Bené) fala das parcerias que se deram entre a iniciativa privada, prefeitura e moradores. Cada um defendia seus interesses, e um acordo, ponto em comum foi encontrado naquele momento, uma solução que acabou contemplando a todos. A limitação do orçamento municipal era vencida graças à participação ativa dos moradores. Na próxima citação, o senhor Benedito Silva apresenta alguns valores do trecho da parceria da Bom Jardim, com contribuição acordada pela prefeitura e pelos os moradores.

Pra ter uma ideia cada projeto desse tem um orçamento, por exemplo, o trecho entre Timbiras e Fernando Guilhon R\$ 8.238,00 que seria o valor da comunidade e a SESAN R\$ 31,000,00. Esse aqui do Mariléio e o Vicente a comunidade tava orçada em R\$ 6.800 nesse trecho aí e da Mundurucus com a Pariquis R\$ 6.800 tava pra comunidade e R\$ 31,000,00 pra prefeitura.

No mapa presente na figura 10, podemos visualizar os trechos beneficiados com obras durante o mandato do ex-prefeito Edmilson Rodrigues. Algumas legendas foram inseridas para melhor compreensão. Cada cor da legenda representa a forma de participação feita na área: OP; Parceria ou Obras de Intervenção da Prefeitura.

As grandes arterias - ruas e as passagens que tiveram demandas atendidas no OP, estão marcadas em vermelho. Todas resultaram de apresentação de demandas

decididas nas assembleias. Na cor azul foram traçadas ruas e passagens que tiveram a parceria entre moradores e poder público.

As ruas e passagens beneficiadas com as parcerias no bairro do Jurunas, tiveram apoio no mandato do ex-vereador Alfredo Costa²³. Em matéria divulgada pelo legislador municipal fez o balanço de sua atuação:

O vereador Alfredo Costa (PT) em todas as realizações participou de forma efetiva. Ele intermediou negociações, articulou audiências com o Secretário de Saneamento, Eduardo Pazetto, apresentou emendas orçamentárias para agilizar e viabilizar as obras solicitadas e ainda formulou requerimentos para atender as reivindicações dos cidadãos. [...] A população por sua vez acreditando na sua força e capacidade de mobilização garantiu a realização da parceria. Realizando bingos, rifas e outras atividades nas comunidades para angariar os recursos necessários referentes às contrapartidas dos moradores. Esta conjugação de esforços e amadurecimento político-administrativo entre poder público, comunidade e o vereador, Alfredo Costa, possibilitou acelerar as obras de melhoria do bairro. (Revista de Divulgações do Vereador Alfredo Costa. 2003. p. 8-9).

Nessa prestação de contas do ex-vereador, enfatizou seu empenho junto a Secretaria de Saneamento para garantir as demandas das parcerias com os moradores. No texto reconhece a mobilização dos moradores para garantir os recursos da contrapartida que lhes cabia com rifas, bingos e outras atividades.

Na revista do mandato parlamentar já citado, constam depoimentos de moradores como o Sr. Manoel Brito morador de uma das passagens que participou do processo de “parceria”. Ele conta sua alegria com a revitalização do seu espaço de moradia, que naquele momento se valorizava e permitia que os moradores pudessem novamente se apropriar da mesma com brincadeiras das crianças. Além de enfatizar que essa iniciativa deveria ser estendida a outras ruas e passagens.

Outro ponto importante no discurso dos moradores é referido a sua visão de como o “Governo do Povo” atuou e frisavam a “sensibilidade para com as pessoas da periferia” diferente de outros governos. Desde aquele momento, os moradores poderiam usufruir da rua, as crianças poderiam brincar, os serviços públicos experimentavam melhoras. O bairro sentiu-se atendido pela gestão do OP.

No mapa da página 68, estão as marcadas em azul e vermelho as ruas, e passagens que tiveram alguma obra da prefeitura no governo do Povo. Sendo elas

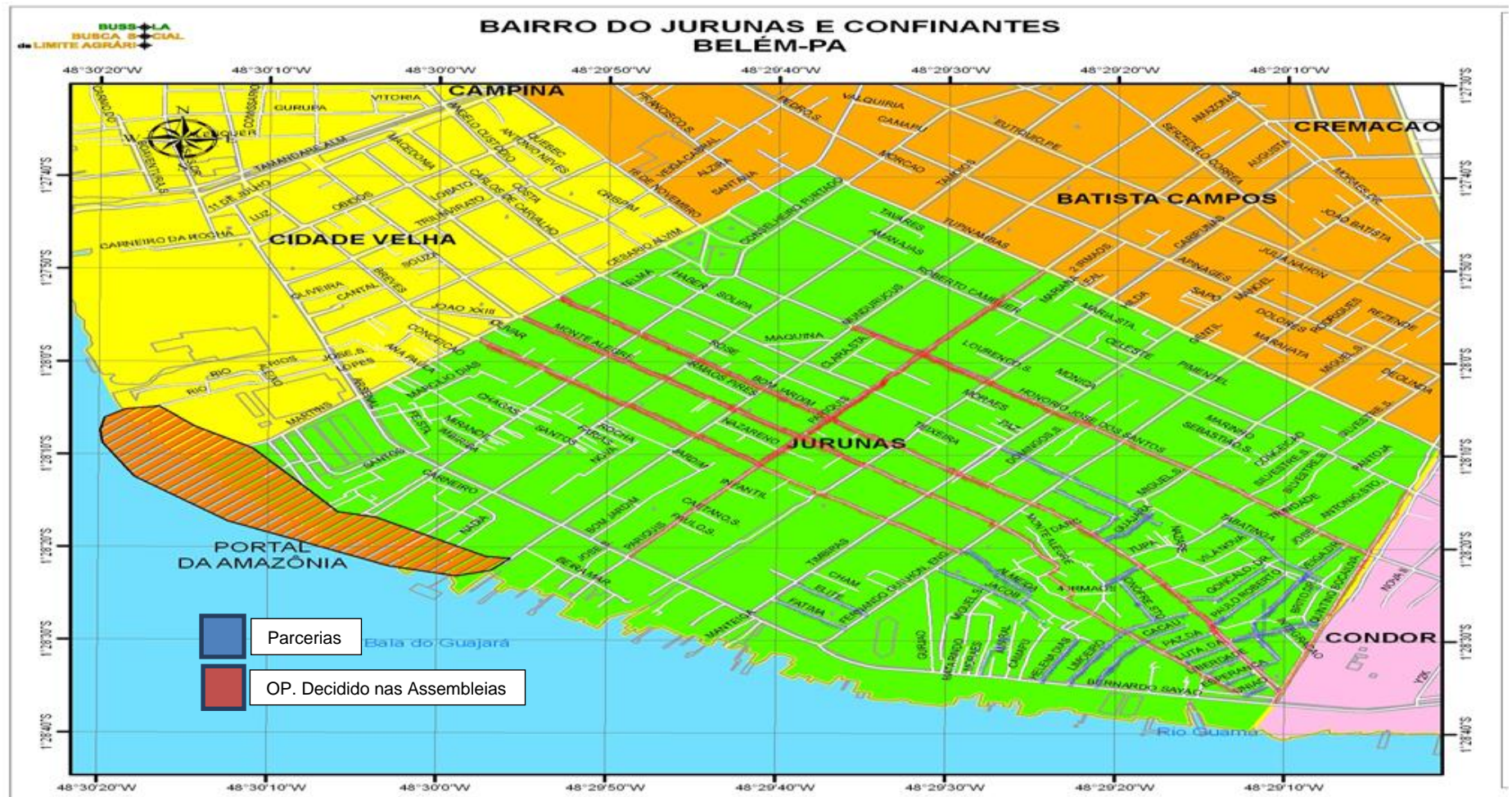
²³Alfredo Costa reelegeu-se Vereador em 2004 com 6987 votos, o que representa 0,97 dos votos e a 14ª posição dos eleitos para a Câmara. (Jornal Folha de São Paulo). Disponível em: <<http://eleicoes.folha.uol.com.br/foiha/especial/2004/eleicoes/04278v.html>>.

obras demandadas no Orçamento Participativo, sendo com obras de parceria, ou obras que a prefeitura executou.

Pode-se observar que no treco que corresponde entre as ruas dos Timbiras até a Quintino Bocaiuva estão concentradas quase todas as obras de parceria, sendo ainda que as mesmas estão dentro da área de atuação do então, Vereador, na época Alfredo Costa. Mas também houve parcerias com a iniciativa privada como é o caso do trecho entre a rua Honório José dos Santos entre Fernando Guilhon e Rua São Miguel.

Também a obra da rua dos Pariquís que foi a maior obra do OP no bairro do Jurunas, que ultrapassou os limites do bairro e foi terminada com recursos de parceria com os moradores da cidade velha.

Figura 10 - Mapa das Intervenções no bairro durante o Governo do Povo.



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Retornando à questão levantada sobre a participação política dos moradores é preciso adentrar na discussão sobre política, e como ela se apresenta num movimento social de bairro. Luna (2014) insere-se nessa discussão e observa, que não raro o discurso é de menosprezo, como se não fosse legitimamente uma participação política:

Uma questão importante debatida por autores de variados matizes interpretativos é qual a natureza sociológica destes movimentos ocorridos em bairros pobres. Durante muito tempo, sabe-se que a forma “sociologizante” de ler estes movimentos tratou com desprezo certas formas de mobilizações e organização social. A composição social dos movimentos populares de bairro foi, portanto, desenhada como algo pré-político, assim como as suas pautas apresentadas como reivindicações imaturas. Seriam movimentos que estariam preocupados “apenas” com questões materiais e imediatas, não teriam demandas classistas, logo, seriam lutas com o fim em si mesmas. Entretanto teriam um potencial para evoluir rumo a uma maior “consciência política”. Contariam assim com uma potência a ser explorada e convertida em lutas sociais mais “fortes” e “maduras”, como a luta sindical, ou as lutas dos partidos de esquerda. (LUNA, 2014, p.18).

Nesse ponto é fundamental elaborar a crítica a essa forma de análise que privilegia a participação dentro de uma estrutura política institucionalizada, quer dizer nos parâmetros da política partidária, estruturas sindicais. A política da comunidade é desqualificada. Todavia, é impossível ignorar a centralidade da vida e política no interior da comunidade, com demandas específicas. As lutas pelo direito de ter água encanada, energia elétrica, escola para os filhos ou casa para morar, tem tanta relevância quanto as questões de ordem macro política. Esses agentes em sua prática de luta concebem e fazem política com os meios e instrumentos próprios do seu campo de relações sociais, econômicas e de poder.

Sublinho ainda que o momento histórico de redemocratização, associado ao fato desses agentes sociais não ter atendimento de demandas básicas – moradia, água encanada, transporte, energia, escola, saúde, fez desse horizonte de necessidades o priorizado na sua ação política. Outras motivações entrecruzavam-se na sua formação e cultura política.

Assim, simultâneo ou paralelo à mobilização popular, os partidos políticos ganharam legitimidade juntos a essas comunidades e no país. Ao longo das décadas essas experiências registraram dinâmicas diferenciadas. A frente de batalha começou a se dar no campo político mais institucionalizado, quando os partidos de esquerda que emergiram e se fortaleceram dentro desses movimentos sociais de bairro chegaram ao

poder, como foi o caso da eleição de Edmilson Rodrigues para prefeito²⁴. Quem ajudou nessa construção ocupando os cargos do executivo, foram lideranças desses movimentos de bairro, que depois ajudaram a organizar o OP.

Mas essa questão que o autor levanta realmente é muito recorrente, até entre pessoas que participaram do movimento popular. Pois essa questão foi levantada nas entrevistas que realizamos, e os entrevistados, concordaram, que de fato o movimento popular era movido por demandas mais imediatas, como fica explícito nessas citações:

A população na verdade [...] politicamente a nossa população historicamente é muito pobre do entendimento político das coisas. Elas são movidas muito mais pela necessidade de momento, então a participação da população ela nunca foi ideológica, ela sempre foi movida pela necessidade e foi um grande erro do movimento não ter trabalhado isso, no momento que tinha essa oportunidade. As entidades comunitárias com raríssimas exceções trabalharam essa questão, de tentar fazer a população ter um esclarecimento melhor, da política e da questão conjuntural como um todo! Ela sempre foi movida pelas questões imediatas. (SILVA, 2016).

Eu me lembro que naquela época, as pessoas apareciam logo de imediato por uma demanda pessoal, que era a questão de saneamento, que era tirar o pé da lama! Mas depois houve o que nós podemos dizer que é o empoderamento social. Que as pessoas acabavam se sentindo com vontade de crescer de progredir de avançar! Não queriam apenas mais somente a sua rua, queriam a questão da saúde, queriam a questão educação, as ações sociais elas iam em busca disso! E cobravam isso veementemente do poder público. (COSTA., B., 2016, p. 21).

Não a maioria era na intensão de melhorar a rua, melhores condições Tinham aqueles que já tinha experiência, aqueles mais antigos! [...]; E porque que a rua mobiliza porque vem todo mundo se tu for fazer uma reunião pra escola uma creche, não vai vim todo mundo tem gente que o filho já tá grande e não precisa mais de escola. Na rua não todo mundo anda na rua! (COSTA, A., 2015, p. 22).

Os entrevistados coincidem na afirmação de que a participação dos moradores era motivada por suas demandas, o que certamente impulsiona as transformações tanto a nível de bairro, como a nível da sociedade. A melhoria de vida é objetivo principal dessa participação política como argumenta o professor Alfredo Costa.

Sim o objetivo é esse entrar na vida política pra melhorar a vida das pessoas, principalmente daqueles que mais necessitam. Sei uma frase assim: “Só a luta muda a vida”. Historicamente todos os avanços que tiveram no mundo de forma geral foi assim, participação com organização com luta, como pra mulher conquistar o direito a votar teve

²⁴ Edmilson Brito Rodrigues, nascido em 26 maio de 1957, foi eleito em 1996 prefeito de Belém, respaldado pela Frente Belém Popular. Durante o quinquênio 1997-2004 – correspondendo ao primeiro mandato, estabeleceu o chamado “Governo do Povo”.

todo um movimento de mobilização e tal [...] a juventude de 16 anos ter direito a voto também e pras conquistas em geral. (COSTA, A., 2015, p 23).

As transformações que advem das ações populares no caso do OP, segundo Harvey (2012) ajudaram a aprofundar a Democracia, dentro de uma estrutura capitalista. Se fizermos a análise do Orçamento que vigorou em Belém, ele ajudou a transformar as periferias, com infraestrutura, mas não chegou a aprofundar as demandas mais gerais. A proposta era viabilizar esse patamar no Congresso da Cidade, tido como modelo de gestão pública democrática. Esse projeto foi interrompido com o encerramento do chamado “Governo do Povo”, após as ²⁵eleições de 2004:

Penso que há perigo real em ir muito longe e muito rápido. Quão longe uma cidade pode ir, em relação a sua organização? Há exemplos disso: Porto Alegre construiu sua forma orçamento participativo, e agora há orçamento participativo em muitas cidades do mundo. Não é uma medida revolucionária, apenas uma medida transformadora que aprofunda a democracia urbana.

Esse movimento tornou-se significativo. Algumas inovações ocorrem no campo ambiental. Outra cidade brasileira muito interessante é Curitiba, que trabalhou questões ambientais e tornou-se conhecida por organizar seu sistema de transporte coletivo de uma forma ecológica e sofisticada. As inovações que vieram de lá também estão sendo implantadas em outras cidades. Você pode imaginar uma situação como essa nos termos do que chamo de “teoria dos cupins” [Harvey refere-se aos casos em que é possível corroer por dentro uma estrutura capitalista, sem alarde, até que ela entre em colapso], para transformação social. Esta cidade agora tem uma estrutura institucional diferente, e você começa a ver tais mudanças como algo que se espalha pela rede urbana. (HARVEY, 2012, p. 19).

²⁵ Revista Forum. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/07/17/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/>>.

Tabela 1- Números das eleições no período de 2000 a 2004.

Votação por Zona Eleitoral - 2º turno UF (PARA) - Município (BELEM) – Cargo (PREFEITO) Candidato (EDMILSON BRITO RODRIGUES) 2000 Partido: PT Situação: Eleito					Votação por Zona Eleitoral - 2º turno UF (PARA) - Município (BELEM) - Cargo (PREFEITO - Candidato (ANA JULIA DE VASCONCELOS CAREPA) 2004 Partido: PT Situação: Não eleito				
Zona Eleitoral	Partido	(VV) Votos Válidos	(V)Votos Nominais	% (V/VV)	Zona Eleitoral	Partido	(VV) Votos Válidos	(V)Votos Nominais	% (V/VV)
30	131.619	106.523	49.791	46,742	30	128.081	104.222	39.077	37,494
73	100.781	81.023	39.159	48,331	73	145.582	117.255	45.711	38,984
76	77.685	63.782	36.495	57,218	76	107.694	88.066	43.927	49,880
29	117.197	96.145	52.806	54,923	29	117.903	95.603	44.038	46,063
1	97.282	76.853	35.845	46,641	1	109.547	84.305	31.589	37,470
28	159.660	130.526	65.385	50,093	28	156.898	128.882	51.768	40,167
					77	128.499	103.787	44.730	42,517
Votação por Zona Eleitoral – 1º turno UF (PARA) - Município (BELEM) - Cargo (PREFEITO) – Candidato (DUCIOMAR GOMES DA COSTA) 2004 Partido: PTB Situação: 2º turno					Votação por Zona Eleitoral –º1 turno UF (PARA) - Município (BELEM) – Cargo (VEREADOR) – Candidato (ALFREDO CARDOSO COSTA) 2004 Partido: PT Situação: Eleito				
Zona Eleitoral	Partido	(VV) Votos Válidos	(V)Votos Nominais	% (V/VV)	Zona Eleitoral	Partido	(VV) Votos Válidos	(V)Votos Nominais	% (V/VV)
30	128.081	105.133	54.573	51,909	30	128.081	106.184	448	0,422
73	145.582	118.291	60.794	51,394	73	145.582	117.185	789	0,673
76	107.694	88.764	37.679	42,449	76	107.694	89.010	2.293	2,576
29	117.903	96.124	43.645	45,405	29	117.903	95.395	913	0,957
1	109.547	87.118	43.459	49,885	1	109.547	85.465	993	1,162
28	156.898	129.415	66.841	51,649	28	156.898	127.964	626	0,489
77	128.499	103.098	49.210	47,731	77	128.499	101.776	925	0,909

Em bairros nos quais a participação dos moradores no OP foi mais consistente, as urnas eleitorais refletiam as escolhas. Na eleição de 2000 o prefeito de Belém Edmilson Rodrigues obteve o maior percentual de votos por zona, ou seja, em relação a todas as outras zonas eleitorais. Nesse quadro, a que corresponde o bairro do Jurunas teve a maior votação.

Na eleição de 2004 mesmo a candidata ao governo do Estado do Pará, Ana Julia Carepa, apoiada pelo ex-prefeito, mesmo tendo perdido o pleito municipal, venceu

²⁶ TSE. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sieeseireweb/seire.jsp?docsPerPage=0&selectTurno=1&selectCandidato=169163&selectCargo=13&anoConexao=2004&index=0&ordemColuna=2&modulo=AVZE&selectEstado=4&selectMunicipio=3368&operacao=>>

na zona em questão. Esses eleitores aprovaram a forma de gestão do chamado “governo do povo”.

Outro fator importante foi em relação a votação para vereador do professor Alfredo Costa quem consolidou sua base eleitoral no bairro do Jurunas e não por coincidência, foi o parlamentar que mais apresentou emendas parlamentares para as parcerias.

Desta forma, os números analisados sobre as votações nas eleições municipais no período do OP, confirmam que a população aprovou nas urnas o trabalho que estava sendo executado no bairro. A sua participação política ocorreu de forma ampla, pois se deu nas assembleias, com participação de milhares de pessoas, nas Parcerias entre moradores e prefeitura através do executivo, com participação do Legislativo que apresentou Emendas parlamentares e colaborou com prêmios que ajudavam na realização de bingos e rifas.

Naquele momento a participação política dos moradores ganhava uma dimensão verticalizada, pois o próprio morador tinha possibilidade de conseguir sua demanda, na participação nas Assembleias, por meio dos vereadores da base como era o caso do Alfredo Costa, que ajudava com recursos para as obras de parceria, e por ultimo ajudava durante a execução fazendo suas calçadas.

Só parceria! A comunidade, a prefeitura não tinha recursos pra fazer tocas as obras em Belém. A comunidade é [...] entrava com a tubulação, entrava com a solicitação, a prefeitura entrava com o projeto, a infraestrutura o projeto, a mão de obra pra execução da obra. Após serem assentadas a tubulação. [...] Projetos materiais e mão de obra, a população só entrava com a tubulação. Após a conclusão da obra de drenagem a prefeitura terraplanagem e fazia o meio fio em linha d'água, que é aquelas sarjetas. Após isso pronto a comunidade se encarregava de fazer as calçadas, cada morador fazia a sua calçada, após a calçada pronta, a prefeitura fazia a pavimentação, ou era broque-te, asfalto, ou era concreto de acordo com o que era acertado com a comunidade. (COSTA, B., 2016).

Em entrevista realizada do Sr. Benedito Costa, foram levantadas informações confirmadas pelos moradores sobre as ruas e passagens drenadas e pavimentadas. No total se executaram 268 obras de ruas e passagens só por parcerias em Belém, sendo 120 no Distrito DAGUA e mais da metade correspondeu 67 ao bairro do Jurunas.

A chamada “Gestão Democrática” propagandeada pelo “Governo do Povo” em Belém, foi bastante ativa no Distrito DAGUA e no bairro do Jurunas e correspondeu a ¼ de todas as obras realizadas das chamadas Parcerias. Mas quais fatores poderiam explicar essa participação ativa e assidua dos moradores no bairro?

Em nosso trabalho anterior intitulado “A organização Comunitária e a luta pelo Direito de Morar no bairro do Jurunas”, mostramos o histórico de organização popular no bairro desde o trabalho desenvolvido por padres da paróquia de Santa Terezinha, que trouxeram um pouco de suas experiências das CEBs.²⁷Essa experiência de organização popular pode ter sido o fator primordial para o êxito do OP no bairro do Jurunas.

3.2 Congresso da Cidade

O Congresso da Cidade corresponde à segunda fase do OP e foi instituído no segundo mandato do prefeito reeleito Edmilson Rodrigues (2000-2004). O Congresso da Cidade correspondia a uma fase mais madura de participação popular e teve duração de dois anos e a participação de milhares de pessoas²⁸.

²⁷As **Comunidades Eclesiais de Base (CEB)**. São resultados da organização primeiramente religiosa, porém, sem o aprisionamento das estruturas religiosas tradicionais, pois se contextualizam numa postura contrária ao critério eclesial piramidal, e, junto aos movimentos sociais populares se faziam resistentes à ditadura militar, a partir da segunda metade do século XX. É neste cenário de transformações religiosas, políticas e sociais que as CEBs, ligadas à Teologia da Libertação (TL), se manifestam a favor da realidade do povo latino-americano. Encontram-se enraizadas numa nova concepção sociológica de mudanças, daí a relevância da relação para com os movimentos sociais, que tiveram apoio para o processo de articulação e de reivindicação mediante os problemas aqui enfrentados. Buscamos perceber o contexto histórico em que elas surgiram, a partir do Vaticano II (1962-1965), das Conferências Episcopais Latino-Americanas Medellín (1968) e Puebla (1979), que, inspiradas pela Teologia da Libertação, contou com a atuação de líderes religiosos e leigos, preocupados com a causa do pobre. A proposta é mostrar que as CEBs, nascidas da “práxis social”, capacidade das classes sociais trabalhadoras para transformar a sociedade, hoje vêm enfrentando sérios desafios para se organizar e se articularem mediante a nova realidade que se apresenta tanto no âmbito religioso quanto no campo político e social. Por isso, compreendemos que, diferentemente do período eferescente dos anos 70 e 80, as CEBs se resignificaram a fim de que pudessem continuar vivas na Igreja e na sociedade. (ALENCAR, OLIVEIRA, 2015, p. 1135).

²⁸Em Belém, o que ocorre é uma passagem do OP ao Congresso da Cidade, enquanto naquelas cidades o OP se mantém como parte do sistema de participação (PMOA, 2011). O Congresso da Cidade em Belém antevia uma proposta territorial mais radical ao juntar em um único processo o planejamento e a deliberação sobre recursos. Foi também uma proposta mais arriscada e desafiadora, pois, inclusive havia a possibilidade de redução na participação, como de fato, houve, de cerca de 100 mil participações sob variadas formas no último ano do OP, em 2000, para 27 mil no ano de implantação do Congresso, em 2001, o que iria ser ampliado progressivamente.

O Congresso da Cidade incorpora os avanços e procedimentos do OP, alcançados com a participação da juventude através do Orçamento Participativo da Juventude (OP-J), o papel fundamental desenvolvido pelo Conselho do Orçamento Participativo (COP) e a experiência da formação das Comissões de

Congresso da Cidade: Instância máxima com recorrência a cada dois anos, sendo fruto da participação de milhares de cidadãos, seja decorrente da apresentação de demandas estruturais em congressos distritais, seja através de conferências deliberativas, seja através de representação dos diversos espaços de controle social ou ainda aberto a cidadãos que mesmo não tendo se envolvido diretamente no processo desejem participar e contribuir na elaboração de diretrizes e metas para a cidade. É portanto, uma instância deliberativa das diretrizes e metas do planejamento da cidade. Os delegados para o Congresso da Cidade são eleitos nas Assembleias Setoriais e nos Pré-Congressos Distritais Temáticos. São formadas chapas com qualquer número de candidatos, sendo os delegados eleitos na proporção de 1 delegado para cada 10 participantes presentes. Todos os delegados devem ter participado de pelo menos um Congresso Municipal Temático. (FARIAS, 2003, p. 14).

Na fase do Congresso da Cidade o povo podia ir as urnas para escolher os dirigentes dos distritos. Em 2003 a eleição distrital o distrito DAGUA teve o maior número de candidato inscritos, no total de 106 e a eleição contou com a participação de 47.219 votantes, dos 872.718 aptos a votar. Isso mostra que um número significativo de pessoas participou do processo, mesmo sendo o voto facultativo²⁹.

Nas entrevistas foi perguntado aos entrevistados, se eles acreditavam se houve um avanço maior no Congresso da Cidade em relação a participação política dos moradores, e ainda qual a principal diferença entre OP e Congresso da Cidade.

Eu sempre questioneei essa história da diferença do OP para o Congresso da Cidade. Pra mim ele não deveria mudar de nome. Eu particularmente como movimento não vi grande diferença! O orçamento participativo decidia mais em obras de pavimentação e drenagem, de vias. E o congresso era colocado demandas bem amplas, então a gente não discutia só isso discutia saúde educação. Já o congresso a discussão era bem mais abrangente, discutia espaços esportivos, espaços da juventude, era uma discussão bem mais ampla. Mas orçamento participativo a comunidade estava mobilizada. (COSTA, B., 2016).

Aí já era pra discutir pra cidade como um todo né! Já pensar a cidade pro futuro, tipo assim o congresso da cidade tu ia escolher os delegados dos bairros por categoria, pra pensar a cidade pro futuro. Já discutindo já tudo: saúde, educação, patrimônio histórico. É além do OP é digamos assim! Eu acho que avançou pouco no Congresso porque pra discutir as demandas gerais já não tem o mesmo apelo né eu acho isso, o congresso era uma forma de chamar todos os setores pra discutir já como é que vai ser a cidade, como é que vai ser a cidade. (COSTA, A., 2015).

Acompanhamento e Fiscalização das Obras (COFIS) do OP, e pretendeu ser a ferramenta aglutinadora dos diversos instrumentos e mecanismos de participação (RODRIGUES; NOVAES, 2002). (NOVAES, 2012, p. 203)

²⁹Na Tese de NOVAES, 2012, apresenta tabelas que mostram os números de participantes por distrito.

Na visão dos entrevistados o Congresso da Cidade não teve o mesmo apelo popular por que as demandas eram mais amplas para a cidade como um todo. Em nossa visão faltou tempo para que o Congresso amadurecesse, muito do que foi pensado como os “400 de Belém” que consistia em uma planilha de ações pensadas para melhorar a cidade não pode ser executado, porque o PT perdeu as eleições.

Durante o Congresso da Cidade, muitas demandas foram definidas e não foram executadas pela gestão municipal. Como foi o caso da restauração da Praça do Projetão que entrou como demanda do orçamento da Juventude, que fazia parte do processo. A juventude tinha um orçamento específico e votava suas demandas.

Também outro exemplo de demanda definida e não executada foi a drenagem e pavimentação da Rua dos Caripunas, que está sendo feita recentemente, mas como parte do projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova.

E importante ressaltar que em 2004, o mandato do então prefeito Edmilson Rodrigues chegou ao fim e não conseguiu eleger sua sucessora no caso a Candidata Ana Julia Carepa. Desta forma, encerrava-se um ciclo de participação popular no controle decisório das diretrizes dos recursos municipais.

Algumas indagações persistem. Depois de uma ampla participação popular a população nas urnas disse não, ao modelo de gestão democrática. Talvez ao final da pesquisa possamos vir a constatar que apesar de os moradores estarem fazendo política, isso se dava de forma mais individualista, ou seja, depois de suas demandas pessoais como o asfaltamento de sua rua, o individuo perdia o interesse em participar, não levando adiante a dimensão política de coletividade, quer dizer promover o bem comum.

4 IMPACTOS DA MACRODRENAGEM E DA ORLA E AS NOVAS DEMANDAS DOS MORADORES DO BAIRRO DO JURUNAS

A Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova é um sonho antigo dos moradores do bairro e começou em 2006, na gestão do prefeito Dulciomar Costa. Na época houve uma campanha na mídia local em favor da sua execução. A principal justificativa da prefeitura em executar essa obra foi a melhoria das condições de vida da população, isso se daria principalmente nas condições sanitárias. O projeto de drenagem e esgoto além da construção de ruas e calçadas na Orla Sul da cidade resolveria os alagamentos frequentes a que estava sujeita uma faixa dessa região. A intervenção na década de 40 com a construção do Dique de Belém já não resolvia mais o problema de alagamentos além da poluição dos canais.

Desde o seu anúncio o projeto da Macrodrenagem trouxe muitas expectativas e o temor por parte de alguns moradores sobre os que seriam deslocados. Do seu lado, as autoridades não apresentaram o projeto de forma clara, de maneira que a população pudesse discuti-lo, como outrora tinha sido feito no Congresso da Cidade.

Em 2005, o prefeito eleito Duciomar Costa havia anunciado a solicitação de um empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para execução das obras. Isso mobilizou moradores e parlamentares para cobrar esclarecimentos. Nesse ano, o jornal Diário do Pará noticiou a mobilização dos moradores de três bairros para solicitar esclarecimentos:

Moradores do Jurunas, Condor, Guamá e demais bairros na área de abrangência da bacia da Estrada Nova decidiram ontem formar uma comissão de representantes para acompanhar, junto à prefeitura, o andamento do projeto de macrodrenagem naquela área. Este foi o principal resultado da audiência pública, proposta pelo vereador Edilson Moura (PT), para debater as dúvidas dos moradores. O encontro aconteceu na Igreja de São Judas Tadeu, com a participação de vereadores, moradores e representantes da prefeitura. [...] O projeto de macrodrenagem da Estrada Nova, cujo investimento anunciado é de 80 milhões de reais, foi levado ao Banco Mundial (Bird) pelo prefeito Duciomar Costa, logo após a sua posse, mas os moradores querem informações. "Não sabemos nada a respeito disso. O que queremos é que nos informem quando isso vai começar, por onde vão iniciar as obras. Até agora não sabemos nada", disse Francisco Sales, morador do Jurunas há 43 anos

O projeto de macrodrenagem da bacia da Estrada Nova envolve 200 mil pessoas e abrange 958 hectares. Engloba os bairros do Jurunas, Guamá, Cremação, Nazaré, Condor e Batista Campos, área equivalente a 16% da capital paraense. DEMORA - Segundo o vereador Edilson Moura, os técnicos da Sesan e Semma, que representavam a prefeitura

na audiência, disseram que o projeto ainda está em fase de elaboração e serão necessárias várias etapas e análises, até que ele macrodrenagem esteja concluído. [...] O titular da secretaria, Newton Miranda, assegurou durante a audiência que não recebeu documento da prefeitura sobre a questão. (DIÁRIO DO PARÁ, 25/05/2005.)³⁰

A falta de informações por parte da prefeitura de Belém matiou os moradores, muito preocupados com o rumo da obra. Contudo, confere-se que até o momento as informações são disponibilizadas de forma fragmentada. Desde o início da obra ocorreram várias audiências públicas cobrando explicações do governo municipal. A forma de gestão difere em muito do “Governo do Povo”, que inclusive havia decidido no OP pela Macro drenagem da Bacia da Estrada Nova o que se desprende da mensagem do executivo municipal em pronunciamento no ano de 2003.

[...] Considerando que o rio é um dos principais símbolos da região amazônica, sendo utilizado amplamente tanto para contemplação e lazer quanto como meio de transporte e sustento econômico, é que se faz necessário à realização de intervenções com caráter físico e social, a fim de fortalecer as raízes culturais amazônicas da relação com os rios, possibilitando livre acesso à orla com garantia de sua exploração econômica, criação de novos espaços de lazer que atendam as áreas habitacionais existentes em seu entorno, implantação de infraestrutura turística e organização das atividades portuárias. Para tanto, deverão ser consideradas as intervenções já executadas pelo Governo do Estado e pelo Município, assim como serão revistas as diretrizes propostas pelo Plano de Reestruturação da Orla de Belém, elaborado pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB), adequando-as à metodologia proposta pelo Ministério do Meio Ambiente no programa “Projeto Orla” do Governo Federal. (Mensagem do prefeito de Belém à Câmara Municipal de Vereadores. 2003).

O prefeito Edmilson Rodrigues falava em revitalização da Orla de Belém, mas adequando-a à realidade já existente, como lugar de circulação de pessoas, economia, destacava a criação de áreas de lazer adequadas aos moradores, usuários locais. Embora o discurso do prefeito releve a revitalização e turismo, havia uma preocupação com as ocupações tradicionais.

Regularização das atividades econômicas existentes na orla - comércio, serviços de transporte e indústrias de transformações: A consecução dos objetivos definidos no artigo 31 da Lei nº. 7.603, de 13 de janeiro de 1993, busca a reestruturação do espaço urbano, mediante a implementação de políticas setoriais que assegurem à cidade condições

³⁰Gvces. Diário do Pará. Disponível em: <<http://gvces.com.br/comissao-acompanhara-macrodrenagem?locale=pt-br>>

de base produtiva e de distribuidora de bens e serviços. Como consequência de sua implantação, o projeto Orla da Estrada Nova provocará a alteração das condições de acesso ao rio, resultando no remanejamento e reestruturação das atividades econômicas ali existentes e na sua consequente regularização seja em termos fundiários e fiscais, seja em relação à segurança de suas operações e usuários. (RIMA ORLA NOVA, 2006, p.7).

No Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Orla Nova, de 2006 o discurso em relação a economia não é conciliador como o projeto anterior e menciona o “remanejamento e reestruturação das atividades econômicas” que não se adequem Nova Orla. No documento reitera-se o discurso da cidade recuperar o contato com o rio, ignorando as atividades cotidianas existentes ao longo do rio Guamá.

Oliveira (2012) examina de forma mais técnica os benefícios que a obra proporcionaria a partir de uma análise sanitária e insiste em técnicas que visam a diminuição dos impactos ambientais como a introdução do Metacaulim que é um aditivo do cimento, segundo o autor, cujo uso diminui os impactos ambientais. Não é nosso objetivo fazer um aprofundamento da questão técnica da obra, mas reconhecer a importância de se desenvolver um projeto deste porte com menos impactos sociais e ambientais.

Apesar de encontrarmos pontos benéficos na obra, o que motiva a análise é a forma como a mesma vem sendo conduzida pela gestão municipal, com reduzida participação dos moradores no processo decisório, gerando diversos problemas. Primeiramente, em relação a execução da obra que previa um número elevado de desapropriações e no primeiro momento as indenizações definidas correspondiam a valores ínfimos. Segundo, não todas as pessoas que moravam na área em questão estavam previstas para receber as unidades habitacionais.

O projeto da Prefeitura, Portal da Amazônia, retoma um antigo sonho da população: abrir todas as portas e janelas para o rio! Para mudar a cara de Belém, em um percurso de aproximadamente seis mil metros entre o Mangal das Garças e a Universidade Federal do Pará. Um dos maiores e mais importantes projetos a serem implantados em Belém, nas últimas décadas! Na primeira etapa que vai do Mangal das Garças até as imediações da rua Conceição, no bairro do Jurunas, a Prefeitura pretende iniciar as obras ainda este ano porque não existe a necessidade de desapropriações. Durante todo o ano passado, a prefeitura buscou as parcerias para financiar a obra, e já conta com o apoio do governo do Estado e do governo federal, a través do Ministério do turismo. Algumas empresas também sinalizaram com apoio financeiro para viabilizar a obra. No Portal da Amazônia, serão utilizadas as mais avançadas técnicas de engenharia, como o aterro

hidráulico, a exemplo de obras em Copacabana e no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro. (PNCSA. BOLETIM INFORMÁTIVO, 2009 p. 2).

Outro fator conflitante estava na relação como a Prefeitura que desconhece sistematicamente as relações espaciais e de pertencimento que os moradores do bairro do Jurunas tem com seu local de moradia, como os meios de sobrevivência vinculados ao bairro, pois em muitos casos o lugar de moradia corresponde ao local de trabalho - venda de algum produto ou prestação de serviço³¹.

Apesar da prefeitura reiterar em seu discurso que a cidade estava de costas para o rio, isso não corresponde às trajetórias das famílias, pois a maioria dos moradores tem uma relação muito forte com o rio, indo e vindo todos os dias na sua direção. Sem falar o deslocamento diário dos ribeirinhos que veem das ilhas próximas vender produtos do extrativismo vegetal, estudar, ir ao médico, cortar cabelo e outros.

Portanto, afirmar que a cidade está de costa para o rio é incoerente. No Boletim realizado na Estrada Nova pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) já citado ao entrevistar moradores do bairro, muitos se definiram como “Ribeirinhos Urbanos”, isso mostrou o quanto eles se identificavam com o rio. O Boletim “Nossas Vidas Nossos direitos: Portal da Amazônia” situava e denunciava um problema grave: Como ficaria a economia do bairro, os meios de trabalho que estão diretamente ligados à vida portuária, as feiras, os pequenos comércios, as lojas de serviço, etc.? Também apontava a vida cultura - o ciclo de festas religiosas - e as formas sociais de organização que seriam desestruturadas.

Até aquele momento em 2009, não estava previsto a manutenção de nenhum porto no bairro, sequer Porto do Açaí o segundo maior de Belém em volumes de frutas da região, sendo o açaí o carro chefe, não estava previsto se iria permanecer. Uma decisão desastrosa que já surtia efeitos na primeira etapa da obra, pois vários

³¹ No trabalho apresentado em um GT no Chile, Sandra Helena Cruz, discute vários pontos sobre o Projeto Portal da Amazônia e Macro Drenagem da Bacia da Estrada Nova, como, a forma em que a prefeitura conduz o projeto, pois desenvolve-se uma forma de planejamento que atende a interesses empresariais no campo do turismo; outro ponto e a forma como comunidades tradicionais estão sendo removidas de suas residências, para locais afastados sem levar-se em consideração sua interação com o lugar. Cruz baseia-se no conceito de Desterritorialização, e situar como os espaços, em particular no bairro do Jurunas, local de moradia também é local de trabalho. A autora ressalta a particularidade dos moradores dessa área que vivem em um “espaço rural e urbano” característico da Amazônia.

portos privados já haviam fechado, e com eles toda uma cadeia de serviços e postos de trabalhos para pessoas que dependiam, de maneira formal ou informal da atividade.³²

Na entrevista de Daniel, trabalhador náutico dos portos, fala de como seria terrível para a economia do bairro e para os ribeirinhos a extinção dos portos públicos como era a vontade inicial da prefeitura. E também defende a importância dos portos privados que também beneficiam a população. A insatisfação de moradores, usuários e trabalhadores dos portos era evidente, o que mostra que não houve preocupação se a população local estava satisfeita com a condução do projeto.

Eu acho que dois portos públicos numa região como essa que envolve os bairros mais populosos de Belém eu acho pouco que onde eles comercializam o que é a maior fonte de renda desse povo daqui que é o açaí e a farinha [...] Seria um crime contra o bairro contra as pessoas que se utilizam desses portos! Não levar em consideração esses portos públicos na Orla no Portal da Amazônia porque não só traria prejuízo para as pessoas que trabalham neles, mas também para as pessoas que vem do outro lado do rio vender seus produtos, que é uma área pouco valorizada pela gestão pública. Então isso seria um atentado contra essas pessoas, e são portos que são públicos, mas que raramente tem qualquer tipo de benefício. Hoje tem um tapume no Porto do Açaí e sei que essa obra não partiu da prefeitura, e sim da solicitação dos trabalhadores, que solicitaram que realmente se olhasse pra lá, pois não havia mais condições de se trabalhar. Não partiu de um olhar espontâneo da prefeitura. Então pensar no Portal da Amazônia sem os portos públicos é um crime, assim como, pensar no Portal da Amazônia sem os portos privados também é um crime. Porque não é pelos portos serem privados que quem só se beneficia são os donos os moradores do bairro se beneficiam dos portos privados. (SODRE, 2016).

Além da perda de postos de trabalhos diretos e indiretos, como os carregadores que eram segundo a informação do presidente da associação duzentos trabalhadores. É importante ressaltar que esses postos de trabalho indiretos não aparecem nos dados oficiais da Secretaria de Economia como mostra a tabela a baixo. Nela aparecem apenas o quantitativo cadastrado com equipamentos pela prefeitura. As atividades como carregadores, marreteiros, barqueiros, vendedores de Completo, Boi sem rabo³³.

³²O Boletim Informativo Nº 3 mostra as atividades e os portos presentes na Estrada Nova. Porto do Açaí e Porto da Palha.

³³ As atividades descritas como Vendedores de Completo estão referidas aos vendedores de lanche em bicicletas, geralmente vendem o salgado e o suc. Já o Boi sem rabo é utilizada para se referir aos carregadores que trabalham com carros de mão, que carregam um volume maior de mercadorias.

Tabela 2 - Número de Box e de permissionários do Porto do Açaí.

ATIVIDADES	Nº DE PERMISSIONARIOS	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS
HORTIGRANJEIRO	22	23
AÇAÍ NATURA	1	1
INDUSTRIALIZADO	4	4
LANCHES	19	20
REFEIÇÃO	1	1
FARINHA	1	1
SERVIÇOS	1	1
TOTAL	49	51

Fonte: Secretaria de Economia (2016).

Silva (2015) discute a forma de resistência dos moradores e dos trabalhadores dos portos públicos que estavam ameaçados pelo projeto Portal da Amazônia. Os moradores queriam muito fazer parte das melhorias em infraestrutura que estavam por vir. Contudo, é prática comum em grandes projetos deslocar as populações locais e reocupar o espaço para atender um público de maior poder aquisitivo. Esse modelo de gestão já vem sendo implementado na cidade de Belém, em governos anteriores como foifeito na Estação das Docas que busca tornar a cidade mais atraente para o turismo, tendência mundial inspirada em Barcelona.

A prefeitura insiste na requalificação, na aniquilação da existência dessas formas populares, na alienação das pessoas que combinam trabalho com parentesco, vizinhança, cultura e liberdade (Polanyi, 2000). Aí está o conflito. Vivendo e trabalhando anos a fio nas condições precárias do lugar, feirantes, ribeirinhos, quilombolas, apanhadores e batedores de açaí, marreteiros, carregadores, pequenos comerciantes, moradores, entre outros usuários, querem finalmente usufruir da urbanização que agora o poder público anuncia. “Quem roeu o osso tem que comer o filé”, é um mote que vigora na Estrada Nova. (SILVA, J., 2015. p. 3-4).

O problema desse modelo de infraestrutura acaba excluindo as populações que construíram esses espaços antes da intervenção. Assim acabam sendo remanejados para outros espaços ou são expulsos pela ação da especulação imobiliária. Eugênio Silva aborda vários autores que discutem essa forma de planejamento e mostra que a cidade é tratada como uma forma de mercadoria a ser consumida por um público de grande poder aquisitivo.

Carlos Vainer (2009) se utiliza de três analogias para explicar criticamente a leitura da cidade a partir da óptica dos defensores do planejamento estratégico de cidades: a cidade-mercadoria, a cidade-empresa e a cidade-pátria. A cidade-mercadoria remete à cidade como uma coisa, um objeto de luxo, o qual deve ser preenchido de atributos e embelezado para melhor ser vendido para aproveitamento de uma demanda solvável. De acordo com essa visão, alerta Vainer (2009, p. 83): “a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (SILVA, E. R, 2012, p. 285).

Maricato (2009, p. 172) contribui para esta discussão sobre o urbanismo no Brasil no artigo “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil” asseverando que as formas de planejamento pensam a cidade para uns, que planeja em função de interesses de elites locais, dentro de planejamentos com modelos copiados de outras realidades, sem preocupações com as particularidades locais disto resultando em populações locais segregadas.

A esse indispensável conhecimento empírico do quadro atual é preciso associar uma memória com a avaliação das experiências realizadas: das propostas, planos, leis, arcabouço institucional e resultado dessas práticas, para evitar a repetição exagerada dos mesmos erros. Apenas os erros, e não as avaliações, parecem ser sistemáticos, como demonstramos ao dissertar sobre as legislações que acompanharam as políticas para cortiços, por exemplo. Para não repetir as ideias fora do lugar é preciso ampliar o conhecimento da contraposição entre a história das ideias e a evolução da realidade empírica. É preciso levar em conta o fosso que separa as ideias da prática e também o fosso que nos separa dos países centrais. A revisão de conceitos pode ajudar a evitar o mimetismo. (MARICATO, 2009, p. 173).

As formas de resistência ante essas intervenções não se dá de forma homogênea entre populações tradicionais atingidas por grandes projetos de intervenção urbanísticos. No caso do Jurunas, as comunidades trazem um histórico de mobilização popular e luta por direitos. Essa condição permite que essas comunidades encontrem meios de organização, que lhes permite elaborar e reinventar formas de resistência em relação a outras populações sem esse histórico de organização popular.

As lutas sociais conferem aos movimentos um caráter cíclico. Eles são como as ondas e as marés; vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou da reposição/conservação do velho. Esses fatores conferem às ações dos movimentos caráter reativo, ativo ou passivo. Não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm que se traduzir em demandas, que

por sua vez poderão se transformar em reivindicações, através de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. Os fatores carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural do país darão a força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social e uma dada cultura política. (GOHN, 2000, p.13).

Foi no ano que a campanha da fraternidade falava de Economia e vida. Nós criamos três dias de reflexão sobre a respeito da campanha da fraternidade então teria um dia para falar sobre o portal da Amazônia e MACRODRENAGEM não sabíamos e não fazíamos ideia desse piscinão então houve o encontro de três dias que convidamos pessoas da atividade social, que são tradicionais do bairro que se dedicam a defender as causas bairro. Então convidamos o seu Silva e sua filha Nádia convidamos para que eles pudessem a falar do portal da Amazônia e MACRODRENAGEM. Foi desta forma que nossa comunidade como um todo, tomamos conhecimento e dentre eles moradores dessa área onde seriam destinados os piscinões que seriam nesse perímetro Caripunas, Timbiras Breves e Estrada Nova, que fica a Capela de São Benedito. Foi assim que ficamos sabendo e ficamos todos pasmos [...] A partir dessa informação a paróquia juntamente com o seu Silva e sua filha Nádia começamos a mobilizar os moradores da área que seria diretamente afetada pelo piscinão e a partir dessa mobilização é que se começou a fazer a reunião com os moradores não mais na paróquia de Sta Luzia, vez ou outra cedíamos espaço, mas já nas próprias ruas e quando viram que a coisa era séria criaram uma associação desses moradores pra que pudessem apresentar uma proposta para levar para os técnicos, que pudesse substituir esse plano da prefeitura! Foram feitos alguns protestos e algumas caminhadas, para chamar a atenção da imprensa para essa realidade. [...] A mobilização dos moradores aconteceu, a partir de uma atividade realizada dentro de uma atividade dentro da campanha da fraternidade, conseguiram modificar um projeto original da prefeitura, tanto que permaneceram em suas casas, e hoje são beneficiadas pela MACRODRENAGEM, onde tinha canal foi tapado e onde as ruas foram asfaltadas. (SODRE, 2016, p. 15).

O Movimento em Defesa dos Portos Públicos de Belém procurou assistência jurídica do Ministério Público Federal, para garantir o direito de opinar e obter acesso às informações referentes ao projeto, isso se refletiu em resultados, pois após seis anos da reportagem a prefeitura de Belém anuncia reformas para o Porto do Açaí. Lembrando que o referido Porto não estava contemplado no projeto original da obra Portal da Amazônia e foi graças a mobilização de alguns moradores que hoje o Porto será mantido.

O PNCSA, também teve participação importante na manutenção dos moradores das Ruas do Caripunas e Timbiras, pois foi como o Paroquiano Daniel descreve eu e meu pai que fazíamos parte da Cartografia divulgamos em uma palestra na paróquia que essas ruas seriam destinadas ao camado Piscinão, e conseqüentemente os

moradores seriam desapropriados do local. Após uma ampla divulgação os moradores se mobilizaram em uma associação e conseguiram reverter o processo. Onde mais uma vez a prefeitura demonstrou que ao planejar esquecia que haviam pessoas dentro do espaço.

Os representantes da Associação dos Trabalhadores do Porto da Palha e do Açaí estarão reunidos amanhã (28) com a presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Pará, Ângela Sales, e com técnicos da Prefeitura Municipal de Belém responsáveis pela obra do "Portal da Amazônia", para esclarecer dúvidas sobre o projeto de construção de uma orla para a cidade. A audiência pública será realizada na sede da OAB-PA, em Belém, a partir das 10h30. O encontro deste sábado foi decidido após uma reunião entre a presidente da OAB-PA e o presidente da Associação dos Trabalhadores do Porto da Palha e do Açaí, Félix Santos. Félix foi à OAB em busca de orientação jurídica e apoio à causa, pois, segundo ele, falta diálogo entre a Prefeitura e a comunidade do entorno do porto. Félix alega que a continuação das obras do projeto irá afetar a economia local e o embarque e desembarque de passageiros, pois a ideia do Portal da Amazônia é deixar no local apenas os portos, sem os trapiches. "A Prefeitura quer que os portos se transformem numa área de lazer. E como fica a venda dos produtos feitos pelos ribeirinhos? Daqui a algum tempo, a economia local vai desaparecer", alertou Félix Santos.

Para a presidente da OAB-PA, Angela Sales, antes de qualquer tomada de decisão, é necessário que se ouça os argumentos da Prefeitura. "A OAB-PA não pode ir contra o projeto, a princípio, pois entende que a Prefeitura está empenhada numa obra que vai beneficiar toda a população do município de Belém, inclusive a comunidade do entorno da Bernardo Sayão", afirmou Angela, defendendo que é democrático que a comunidade seja ouvida. A OAB-PA tem sido constantemente procurada por representantes das comunidades questionando muitos aspectos do projeto. Segundo dados do Movimento de Defesa dos Portos Públicos, Belém, que já teve 15 portos desse tipo, hoje conta com três, mas somente dois - Porto da Palha e do Açaí - funcionam, e contam com o trabalho de cerca de 200 carregadores portuários e 35 boxes. O Porto do Açaí é o único que funciona 24 horas e é considerado um dos portos públicos de maior movimento de Belém. [...]. (JUSBRASIL, 2009.)³⁴.

As formas de ação dos agentes sociais mudaram ao longo dos anos. Mais recentemente, as mobilizações de rua experimentaram declínios e não são comparáveis às manifestações promovidas pela campanha das "Direitas Já". Parte das ações e confrontos ocorrem no campo jurídico ou parlamentar; estas instituições são alternativas.

³⁴JUSBRASIL. Disponível em: <<http://oab.jusbrasil.com.br/noticias/859647/oab-pa-faz-audiencia-publica-neste-sabado-sobre-projeto-de-orla-para-belem>>.

A notícia acima faz referência a uma audiência pública posicionando-se a OAB, na cobrança de informações e esclarecimentos à prefeitura de Belém sobre a obra e o projeto. Essas formas de atuação não são novidades para o movimento popular, simplesmente, elas se tornaram bem mais frequentes por força da judicialização da política.

O termo judicialização da política está referido a um fenômeno observado em diversas sociedades contemporâneas que apresenta dois componentes:

(1) um novo "ativismo judicial", isto é, uma nova disposição de tribunais judiciais no sentido de expandir o escopo das questões sobre as quais eles devem formar juízos jurisprudenciais (muitas dessas questões até recentemente ficavam reservadas ao tratamento dado pelo Legislativo ou pelo Executivo); e (2) o interesse de autoridades administrativas em adotar (a) procedimentos semelhantes aos processo judicial e (b) parâmetros jurisprudenciais em suas deliberações (muitas vezes, o judiciário é politicamente provocado a fornecer esses parâmetros). (CASTRO, 1990, p. 2)

Outro exemplo, recente de atuação dos movimentos sociais do bairro que ganharam o campo político, refere-se ao reconhecimento de posse de um terreno de 53.262,00m², considerados de Área de Marinha, localizado na Orla de Belém, que beneficiará um em torno de 1000 famílias. Segundo o senhor Jorge Pojo essa conquista se deu por meio de uma ação movida pela ANTEMEPA através do Ministério Público³⁵ tendo sido sua sentença publicada no dia 30 de dezembro de 2014.

Segundo o Sr. Jorge Pojo nos informou em entrevista, esse terreno ficou disponível após ter sido feito o aterramento do Rio Guamá para a construção da Orla.

³⁵ PORTARIA Nº 325, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2014 O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 5º parágrafo único do Decreto-Lei nº 2.398/87, com redação dada pelo art. 17, §2º e art. 33 da Lei 9.636/98, e art. 1º e de acordo com elementos que integrem o Processo nº 04957.007515/2014-04, resolve: Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União, caracterizado como terreno de marinha e acrescidos, localizado próximo a Rua dos Mudurucus, esquina do Portal da Amazônia, na área urbana do município de Belém, Estado do Pará, com área de 1.146,77m². Parágrafo Único. [...]: Art. 1º Declarar de interesse do serviço público o imóvel da União, caracterizado como terreno de marinha e acrescidos, localizado na Av. Orla entre a Vila Santos e a Vila Martins, S/Nº, Bairro do Jurunas, área urbana do município de Belém, Estado do Pará, com área de 53.262,00m². [...] Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º, parágrafo único, é de interesse público na medida em que será destinado à regularização fundiária de interesse social, em favor de aproximadamente mil famílias de baixa renda, ocupantes de terreno de marinha e acrescidos. Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará - SPU/PA, procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral, a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso. Publicado no Diário Oficial da União. Nº 252, terça-feira, 30 de dezembro de 2014. Fonte: file:///C:/Users/Windows/Desktop/terrenos%20de%20marinha.pdf.

Assim ficou essa grande extensão de terra que agora atenderá famílias humildes que não tem casa própria.

[...] Aqui é uma associação que defende o direito a moradia, a ANTEMEPA que é associação que atende e dirige, ele tenta, ela tenta entendeu assegurar o direito, dos que não tem casa famílias que moram de aluguel, famílias que moram agregadas, então foi feito um cadastro, porque em 2006 aqui era tudo rio, e aí nos provamos pra SPU nacional Brasília, que a frente essa parte da CATA, que é daquele muro que tu estais vendo pra lá dá 53.000m², e que era rio, e se era rio era da União, aí nós fizemos, nós entramos com vários documentos, não só aqui na SPU Pará, como o nacional, requerendo a área pra que a gente pudesse colocar lá, aproximadamente 1000 famílias. E aí quando a gente conseguiu um documento que foi publicado no diário oficial da União, que a área da CATA pertenceria aproximadamente 1000 famílias, que fazem parte da associação dos Terrenos de Marinha do Pará.

Face as proposições de novas obras na cidade, incluindo as duas no bairro do Jurunas, há necessidade de notícias circunstanciadas sobre as características dos projetos e a forma como interferirão na vida dos moradores. Em 2015 foram anunciados esses empreendimentos expostos à seguir. Mas infelizmente apesar da placa anunciar que o trecho estará sendo executado, ainda em 2015, isso não aconteceu.

Belém será contemplada, neste segundo semestre, com quatro grandes obras nas feiras e mercados municipais. Entre os logradouros públicos que entrarão em reforma pelas Secretarias Municipais de Economia (Secom) e Urbanismo (Seurb) estão a feira do Ver-o-Peso, mercado de Santa Luzia, Complexo do Jurunas e Porto do Açaí. (AGÊNCIA BELÉM, 2015)³⁶.

³⁶ Agencia Belém. Disponível em: <http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/114602/reformas-de-feiras-e-mercados-em-belem-serao-priorizadas-no-segundo-semester>.

Fotografia 7 - Denúncia do abandono da obra.



Fonte: Acervo da Família Silva

O vereador Alfredo Costa, que realizou várias parcerias no bairro Jurunas, em entrevista afirmou que era constantemente procurado por moradores para que fossem feitas as parcerias em ruas e passagens. A população valoriza a atuação do trabalho parlamentar e reconhecia nele uma forma concreta de viabilizar suas demandas mais urgentes. Quando exercia o mandato de Deputado Estadual realizou audiências públicas para cobrar esclarecimentos por parte do poder executivo sobre o andamento da obra de Macro drenagem.

Outro problema apresentado é a remoção dos moradores para locais distantes do bairro, gerando muitos conflitos. O quadro estava se apresentando da seguinte forma. Com o retorno do modelo de gestão que nada tem de democrático, a população só tomava consciência do que estava sendo decidido em relação a obra ou pela imprensa, ou quando já estava em execução. Apesar da obra ter um Comitê de Fiscalização composto por moradores dos bairros que fazem parte da obra, o que se via era um total isolamento alheamento por parte dos moradores.

Além da questão social, há o fator econômico que precisa ser levado em consideração para o remanejamento dos moradores. Algumas famílias estão organizadas de tal modo que extraem do rio a sua sobrevivência. É o caso do mecânico Wilson Maciel, 53, que conserta motores de barcos. Ele mora às margens do rio, e recebe

seus clientes ali mesmo, no trapiche de casa. Com o que ganha consertando e dando manutenção aos motores, ele tira o sustento da esposa, Rosinete Fernandes, 46, e de mais dois filhos e um neto. Quando for remanejado, Wilson vai precisar estabelecer um meio para continuar seu ofício ou se adaptar a uma nova realidade de sobrevivência. “Vai ser muito difícil. É a única coisa que ele sabe fazer. Aqui os barcos vêm em casa e deixam o serviço. Agora com a construção desta parede (parede de pedra para construção da primeira pista do Portal), os barcos nem podem mais entrar aqui”, diz Rosinete. (PORTAL NAZARÉ, ³⁷2010).

Nesse breve trecho de uma reportagem feita com moradores atingidos pelas obras do Portal da Amazônia, já demonstravam a preocupação dos moradores com suas atividades econômicas que foram diretamente atingidas pela obra.

Esse modelo adotado pelo governo municipal de intervenção urbanística difere muito do modelo anterior no qual a população decidia suas demandas, e as ações no bairro eram pensadas de forma a atender seus interesses. Portanto, era impensado a remoção dos moradores como ocorre no modelo atual.

Erminia Maricato fala dessas questões quando discute a importância do Orçamento Participativo em atender as demandas locais.

A natureza e a localização dos investimentos, governamentais em primeiro plano e privados em segundo, regula quem e quantos terão o direito à cidade. Ela influi ainda nas características da segregação territorial e na qualidade de vida de cada bairro. Daí a grande importância das experiências de Orçamento Participativo na definição dos investimentos urbanos. A integração entre Plano de Ação e Orçamento Participativo pode constituir um motor de reversão na gestão das cidades no Brasil. (MARICATO, 2009, p. 182).

Brasil (2004) analisou vários *índices* para verificar a qualidade de vida das pessoas atingidas pela Macrodrenagem da Bacia do Una. Um dos pontos que interessa bastante ao objeto desta pesquisa relaciona-se a questão econômica e que preocupa os moradores da Estrada Nova. Conforme os ouvidos na pesquisa não houve melhoria até piorou. “A situação econômica, em vez de melhorar, como previa o projeto, foi abalada. Pessoas que desenvolviam atividades comerciais perderam sua clientela pelo remanejamento”. (BRASIL, 2004, p. 127).

As famílias que aparecem contempladas com os apartamentos na Almirante Barroso, na verdade aguardavam a entrega de unidades habitacionais na Orla, e

³⁷ Portal Nazaré. Disponível em: <<http://www.fundacaonazare.com.br/voz/ler.php?id=749&edicao=28>>.

também na Bernardo Sayão, esquina com a rua Quintino Bocaiuva. Mas foram surpreendidos pela PROMABEM com a notícia de que iriam na verdade ser remanejados para o conjunto no bairro do Marco, pelo atraso na obra e problemas com as unidades habitacionais que não poderiam ser entregues no prazo.

Como as unidades Habitacionais não foram entregues, como explica o senhor Jorge da ANTEMEPA, de 300 famílias que saíram remanejadas apenas 16 voltaram, na fotografia da pagina 98 apresenta a unidade habitacionais destinada aos moradores remanejados, já a fotografia da pagina 99 é da unidade que foi interditada por erro estrutural. A solução encontrada pela prefeitura foi o remanejamento para o Conjunto Antônio Vinagre, construído ainda no governo do prefeito Edmilson Rodrigues. Essa construção precisava apenas de alguns acabamentos. O que foi feito para receber as famílias do Portal da Amazônia?

Fotografia 8 - Unidade Habitacional concluída.



Fonte: Acervo do Sr. Jorge Pojo (2011).

Fotografia 9 - Unidade habitacional interdita.



Fonte: Acervo do Sr. Jorge Pojo (2011).

Como aqui nós temos vários exemplos aqui no no Portal da Amazônia nós temos aqui, um projeto de habitação onde saiu 300 famílias saíram pra que a orla tivesse a continuidade e aprontasse até o trecho da Osvaldo mas das 300 famílias que saíram apenas 16 voltaram. Isso tá fazendo 8 anos e só voltaram 16 em 8 anos! (POJO, 2016).

Segundo a PROMABEM nesse conjunto, no total foram disponibilizadas 115 unidades habitacionais. A prefeitura em seu relatório justifica que as pessoas se encontram em melhores condições de moradia do que na anterior à mudança. Essa visão desconsidera, ignora a identidade e apego desses moradores ao seu bairro de origem. A tabela a baixo indica a informação oficial sobre o “número de imóveis afetados”. Outro grupo continua no chamado aluguel social pago pela prefeitura.

Tabela 3 - Número de Imóveis Afetados Pelo PROMABEN Trecho Veiga Cabral/Fernando Guilhon, com base na Consistência Cadastral de 2011.

Trechos	Nº Imóveis Residenciais	Nº Imóveis comerciais	Nº Imóveis Mistos	Nº Institucionais	Total de Imóveis	Nº Famílias
VEIGA CABRAL/ CESÁRIO ALVIN	19	09	-	-	28	56
CESÁRIO /OSVALDO	48	04	-	01	53	58
OSVALDO/TAMOIOS	10	04	07	-	21	24
TAMOIOS/MUNDURUCUS	19	13	06	01	39	35
MUNDURUCUS/PARIQUIS	23	06	12	01	42	36
PARIQUIS/CARIPUNAS	27	12	07	01	47	33
CARIPUNAS/TIMBIRAS	12	10	09	-	31	34
TIMBIRAS/FERNANDO GUILHON	12	15	10	01	38	22
RUA TIMBIRAS	24	13	05		42	35
R. CARIPUNAS BEIRAMAR	14	07	01	-	22	22
TOTAIS GERAIS	208	93	57	05	363	355

Fonte: Consistência Cadastral – EGP/2011.

Em palestra realizada no NAEA, por técnicos da prefeitura sobre a Obra de Macrodrenagem da Bacia da Estrada nova, foi explicado alguns pontos como o remanejamento de moradores afetados pelo projeto. As assistentes sociais falam da dificuldade de remanejar os moradores para um local distante da área da obra, longe de suas antigas residências. Consideraram que o maior obstáculo se deu pela especificidade do Jurunas, da relação cultural de seus moradores com o bairro. Na citação longa as assistentes sociais Cristiane e Gisele, oferecem esclarecimentos das formas como ocorreu o “reassentamento”, que reflete uma acentuada violência simbólica.

Revisando o programa o primeiro pensamento era já reassentar já na Almirante Barroso. Mas vocês sabem que apesar das normas de financiamento do Banco seguir as normas da O P 710, e ter a política nacional, então na hora de assentar, é inviável por aquela questão que nós tínhamos do Ministério das Cidades que não pode reassentar há mais de 1 Km da área de afetação da obra. [...] Então, em 2011 a prefeitura novamente ofereceu o Comandante Cabano Então, o banco veio conheceu, visitou e aprovou as instalações. Então, o banco disse olha prefeitura eu aceito, mas agora vocês vão lá e eles vão ter que aceitar. Depende da sua capacidade de convencimento. [...]; Ai nessas horas o Gestor chega e diz: Vai lá assistente social chega e resolve. Aí a gente vai la na reunião todos juntos e chega lá e tem que falar: Qual é a proposta só temos o Cabano todo mundo vai reclamar mas aceita! Eles estavam dois anos de aluguel. Não tem jeito. A gente quando vai expor o programa tem coisas bonitas pra contar. Mas eu digo que foi

difícil, vocês já imaginaram, a prefeitura atrasava, custava pagar o auxílio acontece! Sabe que a prefeitura tem orçamento que fecha em dezembro e só abre em março, aí todo mundo aderiu. Eu vou ser franca! Olha o apartamento está construído e a gente assenta daqui a dois meses, se você resolver morar lá. Isso é agora! Pode ter outro lugar, tem outra opção mas ninguém sabe quando vai aprontar então todo mundo aceita! [...]; pra mim a maior dificuldade quando eu fui chamada, foi olha você vai sair daquela casa pra morar num apartamento de dois quartos, e olha lá não dá pra criar galinha, o cachorro, não dá pra colocar todo mundo que vem do Marajó pro Círio! Não tem varanda pra armar rede ta bom! Isso é muito difícil! É um processo muito difícil.

No relato da segunda técnica, da PROMABEM de nome Gisele conferem-se os elementos da identidade e pertencimento social que o projeto não consegue incorporar e priorizar:

Outra técnica da PROMABEM disse: Eu trabalhei na Macrodrenagem do Uma e não senti as pessoas tão ligadas ao bairro quanto as do Jurunas. Eles têm uma relação diferente do que tudo que eu já tinha visto porquê? O morador culturalmente criando suas bases, ou seja, no carnaval, a gente vê essa relação deles, eles são ligados a essas manifestações tudo lá. Por exemplo o rio eles atravessam normalmente, pras festas pra eles é normal. E o principal a questão do açaí, pra eles é uma questão do consumo do açaí é fundamental! Eu me deparei com uma situação e fiquei chocada! E primeiro porque eu não tenho resposta pra dar pra essa pessoa. E essa pessoa foi remanejada para o Cabano e chegou comigo e disse assim! Gisele como é que eu vou fazer não tem açaí lá no prédio! Eu to acostumado a comprar o açaí a qualquer hora pra almoçar! Eles almoçam e jantam o açaí. Então toda essa questão do consumo do açaí, das festas a gente tem todo um material sobre o Jurunas eu li muito sobre o bairro! E eu digo pra vocês eles têm e continuam tendo uma relação com o bairro, apesar de estar morando na Almirante Barroso, eles veem trabalhar pra cá. Então isso é uma especificidade que a Cristiane já colocou.

A palestrante igualmente reconheceu que foi difícil retirar os moradores definitivamente do bairro. Ela acaba reconhecendo a estratégia usada pela prefeitura para que os moradores mesmo contra vontade, acabem aceitando o remanejamento. Motivado pelo sofrimento de estar morando de aluguel, enfrentando os atrasos e sem a certeza de terem sua situação resolvida eles terminam por desistir ou aceitar o que resulta em uma imposição do projeto.

Eu fui criada e acostumada em casa grande e quando chega aqui fico sozinha, todo mundo sai pra trabalhar e fico aqui sozinha! [...] O que eles me ofereceram não dava pra comprar nenhum terreno uns cinco mil, aqui é ruim porque não tem vizinho. Se desse pra ficar lá eu ficava

lá, mas pra ficar no aluguel prefiro ficar aqui! Teve um dia que eles vieram avisar que iam passar com um trator! Se eu não saísse aí eu disse que iam ter que me matar (ALVES, M. V, 2015).

[...] o Projeto da Bernardo Sayão não era pra gente, a gente morava lá na beira, não morava na Bernardo Sayão! O que acontece? Era dois projetos o portal era um projeto e a Bernardo Sayão era outro. Um era da Andrade Gutierrez não era da mesma empresa, só que era secretarias diferentes! assim tinham dois projetos um da PROMABEM e SEARB nós éramos da SEURB, nós não tínhamos direito a unidade habitacional, a gente não era da Bernardo Sayão! Aí eles ofereceram indenização era muito pouco, muito pouco a minha casa era de madeira, mas eu era caprichoso! A minha casa era a mais bonitinha de lá tina mandado colocar lajota, mandei pintar! Eles me ofereceram uns treze mil, só que eu sempre tive informação [...] Um da veio defesa civil veio bombeiros veio o pessoal da SEURB brigar comigo me eu tenho uma casa como é que eu vou ficar desalojado se vocês me tirarem daqui eu vou pra televisão denunciar. [...] Ha última casa era a nossa no porto! Não vou sair vou perder meu emprego, mas não vou sair! Vou pra televisão denunciar tudo que eu sei. Muita pressão, aí briguei, briguei, briguei aí foi que eu consegui ajeitar, [...] aí eu conheci o secretário da SEURB conversei com ele aí foi que ele entendeu a nossa situação aí que ele perguntou se a gente ia querer morar aqui. Depois falei com o Dulciomar foi que ele liberou três unidades. [...] nosso negócio era com a SEURB nos alojou pra cá! Fomos os primeiros moradores a vir pra cá! Faz quatro anos já. (ALVES, D., 2015).

Na fala da senhora Milca, mostra como era a forma que a prefeitura tratou a retirada de alguns moradores das áreas afetadas quando se esgotava o diálogo agia com ameaças como informa a moradora, que atualmente está em um dos apartamentos no conjunto Antônio Vinagre. Há mesma ainda diz que está satisfeita com o novo endereço, mas, reclama da atual rotina bem diferente da que tinha antes no bairro do Jurunas.

Já na fala do Sr. David, que é filho da senhora Milcae também, é proprietário de um apartamento no mesmo conjunto, descreve que teve que lutar muito para não ser desalojado de seu imóvel, pois seu imóvel apesar de bonito e bem localizado tinha um valor muito baixo de indenização. E não tinha direito há um apartamento, pois onde morava era área de influência do Portal da Amazônia e a secretaria responsável era a seurb que não estava destinando os moradores para as unidades habitacionais, como a PROMABEM estava fazendo. Após ter se negado a sair conseguiu por intermédio de sua condição de funcionário público junto ao secretário da SEURB que le fosse

destinado três unidades habitacionais no Conjunto Antônio Vinagre para ele, sua mãe e uma outra pessoa que ele não informou o nome.

Um ponto importante no discurso do entrevistado é a forma diferenciada que eram tratadas a indenização. Compreendendo que as obras eram diferentes, Portal da Amazônia onde foi feita a Orla é uma e a Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova é outra.

O mapa elaborado pela Cartografia Social indicava os portos em atividade ao longo da Bacia da Estrada Nova. Por essa quantidade de portos se chegava a uma vida e identidade como ribeirinhos dos moradores dos bairros que compõem a bacia. Concluía-se pela profunda identidade com o rio. O embarque e desembarque de passageiros e mercadorias movimentam a economia e a cotidianidade dessas pessoas.

OAB-Pará denunciará obras: Medida foi anunciada durante audiência pública que debateu problemas em projeto de macrodrenagem. Representantes da sociedade civil, vereadores, deputados e líderes comunitários planejam encaminhar os problemas ocorridos nas obras de macrodrenagem de Belém para instituições nacionais e internacionais de direitos humanos e de justiça. A decisão foi tomada no final da audiência pública realizada na tarde de ontem, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB/PA), que contou também com alguns representantes de órgãos públicos envolvidos no tema. Durante o encontro, as lideranças das bacias do Una, Estrada Nova e Tucunduba relataram os problemas enfrentados com alagamentos e falta de saneamento básico. (ORMNEWS, 12/03/2015).

A notícia acima, que foi publicada nesse site de notícias da capital, destaca que os movimentos sociais continuam organizando-se e fazendo enfrentamento, contra o governo, para garantir seus direitos. Se hoje o movimento já não mobiliza um número elevado de pessoas, como outrora fazia, não significa que estratégias de resistência estejam sendo construídas. Algumas dentro da estrutura jurídica e até de reclamação em órgãos Internacionais. Como antes referido atualmente é mais comum a procura por parte de moradores pelo judiciário. Os movimentos sociais fazendo denúncias, buscando o direito a informação que muitas vezes é cerceado pelos gestores municipais, estaduais e federais. Essa prática já se dava durante os anos 80 e 90 e como fala o Castro (1996, p. 2 - 3).

Neste sentido, a transformação da jurisdição constitucional em parte integrante do processo de formulação de políticas públicas deve ser visto como um desdobramento 3 democracias contemporâneas. A JdP ocorre porque os tribunais são chamados a se pronunciar, onde o funcionamento do Legislativo e do Executivo se mostram falhos, insuficientes ou insatisfatórios. Sob tais condições, ocorre uma certa aproximação entre Direito e Política, e em vários casos, torna-se mais difícil distinguir entre um "direito" e um "interesse político" (Castro, 1994), sendo possível se caracterizar o desenvolvimento de uma "política de direitos" (Tate, 1995). Neste sentido, a transformação da jurisdição constitucional em parte integrante do processo de formulação de políticas públicas deve ser visto como um desdobramento democracias contemporâneas.

Diante deste quadro inicial que situa como foi conduzida a primeira parte da Obra de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e a Orlaevidencia-se que os

movimentos sociais perderam muito no que se refere à participação popular. Os centros comunitários ainda existem, mas, praticamente não atuam, algumas associações ainda resistem como a Associação dos Moradores de Terrenos de Marinha do Estado do Pará que tem como presidente a senhora Vanja Corrêa e tem conseguido algumas conquistas, como a garantia de construção de um conjunto habitacional para os moradores da área que serão atingidos pelo projeto.

O movimento tem mostrado que existem outras estratégias de luta. Trata-se de processos complexos de fluxos e refluxos dos movimentos sociais em contextos em que as relações com a máquina do Estado, a forma de condução da politicapartidaria, com tendência a provocar uma maior cooptação, reduz as iniciativas autônomas de fazer política.

A Cidadania seria um dos motivos para a mobilização, a busca por um equilíbrio, pelo bem comum. Isso está desaparecendo quando vemos moradores que já foram indenizados e julgam desinteressante continuar acompanhando as lutas e reivindicações dos não contemplados e, portanto, injustiçados e atingidos pelo projeto. Essa forma de individualismo enfraquece a organização dos moradores afetados pela obra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desta dissertação levantaram-se algumas questões sobre a participação política dos movimentos populares no bairro do Jurunas e na cidade de Belém, de forma mais ampla. Fez-se necessário a consulta de autores que em diferentes momentos discutiram sobre a política. Brevemente, percorreu-se o agir político desde os primórdios na Grécia Antiga, as experiências da política na era moderna e na atualidade. Fundamentalmente, nossa análise centrou-se em autores clássicos como Hannah Arendt, Norberto Bobbio, Jacques Rancière e Francisco de Oliveira.

Tentamos conhecer por intermédio desses renomados autores o que é política no sentido mais puro da palavra. É inevitável ter que observar e, necessariamente se contrapor, à interpretação errônea reinante no senso comum que vincula imediatamente o fazer político associado apenas aos fatores negativos, como corrupção.

Com base nessas perspectivas teóricas discutimos a participação política e os movimentos sociais do bairro do Jurunas em Belém e sua forma de participação política nas últimas décadas, com formas específicas: a primeira, de organização e participação comunitária, que pode ser vista até certo ponto como autocentrada e autogerada. A segunda uma participação provocada pela gestão municipal que implementou o Orçamento Participativo e o Congresso da Cidade. A inversão de processos participativos com a intervenção na Obra do Portal da Amazônia e Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova.

As entrevistas com participantes de processos políticos no bairro ajudaram a argumentar as hipóteses: a primeira se o movimento popular de outrora, mais especificamente anos 80 realmente acabou? Foi informado e ratificado pelos entrevistados a dificuldade para mobilizar número significativo de pessoas, o que não significa que o movimento tenha acabado! Outras frentes de enfrentamento, de resistências e de ação são desenvolvidas: atuação dentro da estrutura de partidos políticos; integração de lideranças comunitárias no governo, acionamento da justiça através dos Ministérios Públicos estadual e federal; aproximação do poder legislativo, utilização dos meios de comunicação, Tv, Rádios, Jornais e redes Sociais, trabalhos em parcerias com órgãos internacionais, e Univeridades.

A questão emblemática seria é porque não se mobilizam como antes? Os entrevistados reconhecem que demandas como saneamento e habitação são mais

atraentes para os moradores, pois estão mais próximos de suas realidades e de suas necessidades mais básicas.

Temos outra indagação: O fazer política era ou é uma prática dentro do movimento? Chegamos a conclusão que sim com base nos autores, nos documentos e nas entrevistas. A prática de fazer política consiste na participação em prol de um bem comum a todos! Isso alimentou o movimento tanto nos anos 80 quanto na atualidade, apesar de muitos fazerem essa prática de forma inconsciente, com benefícios para o coletivo. Veja-se aqui o morador que briga pela drenagem e pavimentação de sua rua. O resultado o beneficia, igualmente aos seus vizinhos e pessoas que transitam nesses espaços. A luta por educação – muito forte no Jurunas – é encarada pelo morador no interesse de seus filhos, mas a melhoria da rede de ensino acabou beneficiando muitos.

Durante o trabalho falamos do período do OP e em especial falamos das parcerias. Elas foram um claro exemplo do fazer política! Moradores se reuniam para discutir estratégias, para arrecadar fundos e apresentar a contrapartida da obra; era a parte que lhes cabia. Além de participarem da construção fazendo suas calçadas, cobrando apoio de poder legislativo, no caso de vereadores eleitos dentro das bases. O senhor Magno, trabalhou como agente mobilizador de sua rua no OP e expressou “o alívio quando a obra foi concluída quando muitos não acreditavam”.

Muito se pode compreender com os autores. Francisco de Oliveira enfatiza que a prática da política dentro de uma estrutura capitalista não é pensada para a maioria. Desta forma, o movimento popular ou povo, em geral, é praticamente engessado dentro do que é decidido por grandes empresas, instituições financeiras internacionais que defendem seus interesses e passam por cima do morador de um pequeno bairro. Contando com a força mobilizatória e a organização podem fazer frente a esses obstáculos.

As formas como movimentos sociais enfrentam os antagonistas e seus interesses são múltiplos. Também, são diversas as formas de manipulação do poder público para impor seus pontos de vista e interesses. É frequente a menção de procedimentos de cooptação de lideranças dentro da comunidade para que as mesmas parem de atuar e façam o jogo na luta pelo poder. A arbitrariedade, falta de diálogo com os agentes em movimentos sociais tem se multiplicado, agravando-se pela utilização das obras de infraestrutura como instrumento (ou moeda) de plataforma eleitoral.

Nesse campo político, ambos os lados buscam suas estratégias. Os movimentos populares tentam vencer os entraves criados atuando em várias frentes de participação, como a garantia da área na Orla para construção de moradias populares para pessoas sem teto do bairro, ou a permanência dos moradores da Caripunas e Timbiras em suas casas após uma longa luta que começou com a divulgação do Boletim Informativo do PNCSA, que levou os moradores a se mobilizarem e impediram que seu local de moradia fosse construído o chamado “piscinão” de tratamento de esgoto sanitário.

Abriu-se espaço nesta Dissertação para uma discussão mais geral, no que refere-se a política, onde vivi-se um momento conturbado e a nossa sociedade democrática está em estado de alerta com o cenário político minado por denúncias de corrupção, e como já fora dito com a Presidenta afastada de forma questionável! No exato momento que um governo vê se pressionado desde o início de seu mandato. Onde os mecanismos criados pela política a “velha política” possibilitam que uma oposição possa afastar uma presidente eleita pela maioria da população praticamente por interesses pessoais de seus opositores. Esse breve parêntese é aberto diante da nossa discussão central que é a política dentro de uma esfera local. Mas diante do meu passado de Cidadã do bairro do Jurunas, não cabe omissão diante do que está ocorrendo em nosso país.

O processo político do bairro do Jurunas, é bom que se diga não está alheio ao cenário nacional, sendo fundamental que o fazer política, seja em uma constante, tanto na esfera de um lar, num bairro ou de um País. As formas de atuação e organização política dos movimentos sociais do Bairro do Jurunas ultrapassam o que consegui pesquisar e aprofundar nesta dissertação. O fazer político é relevante no cotidiano dos moradores do bairro, pois são essas práticas de fato, que contribuem na transformação da sociedade, na busca de uma vida digna.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA BELÉM. Disponível em: <<http://www.agenciabelem.com.br/Noticia/114602/reformas-de-feiras-e-mercados-em-belem-serao-priorizadas-no-segundo-semester>>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- ALENCAR, Lima; OLIVEIRA, Alice da Cruz. As CEBs à luz da teologia da libertação e sua relação com os movimentos sociais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR, 14., 2015 Juiz de Fora, MG. **Anais...** 15 a 17 abr. 2015. p. 1135.
- ALVES, David. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua remoção do bairro do Jurunas**. Entrevista realizada no Conj. Antônio Vinagre, bairro do Marco em Belém-Pa 15 maio, 2015. p. 97.
- ALVES, Milca Veiga. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua remoção do bairro do Jurunas**. 2015. p. 97. Entrevista realizada no Conj. Antônio Vinagre, bairro do Marco em Belém-Pa, 15 maio.
- ANDRADE, Maria do Socorro Sales de. Disponível em: <<http://gvces.com.br/comissao-acompanhara-macrodrenagem?locale=pt-br>>. Acessado em: 1 jan. 2015.
- ANDRIOLI. O Orçamento Participativo de Porto Alegre: um exemplo para a Alemanha? **Revista espaço acadêmico**, n. 43, p. 1519.6186, dez. 2004.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil** A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 182.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** 3. ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. **A condição humana**. São Paulo: Universitária. 1987.
- BAZZANELLA, BIRKNER, MAXIMO, O conceito de política em Hannah Arendt e sua acepção Biopolítica em Foucault: manifestaçõesno Poder Legislativo. **Revista Húmus**, Município, Canoinhas, SC, p. 69-70, 2011.
- BARRETO, Maria das Graças de Carvalho. **Os Comunitários e as lutas por Escola Pública nos Movimentos Populares (Belém-Pa 1967-1985)**. Manaus- AM, 1996.
- BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. Mensagem da Prefeitura de Belém à Câmara Municipal – 2003 e Relatório de Atividades do Exercício de 2002. Belém, 2003.
- _____. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Orla da Estrada Nova Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. 2006.

BERNARDO, João. **Entre a desconfiança e o desinteresse: a abstenção eleitoral nas democracias**, 2009. Disponível em: < <http://passapalavra.info/?p=1579> >. Acesso em: 30 set. 2011.

BOBBIO, Norberto. **“Liberalismo e democracia”**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, 2000. Bazzanella, Birkner, Maxim, 2011.

BRASIL, Syane Cristina. **“Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e Índice de Qualidade de Vida de seus Moradores”**. 2004. Dissertação (Mestrado). Engenharia Civi, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

CASTRO, Marcos Faro de. **O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política**. In. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1990. Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_09.htm>. Acesso em: 30 set. 2011.

COSTA, Alfredo Cardoso. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação Nos Movimentos Sociais e sua atuação Parlamentar**. No Curso Universo, bairro de São Brás, no dia 17 de maio de 2016. p. 63.

COSTA, Benedito. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação Nos Movimentos Sociais**. Realizada no escritório do Deputado Edmilson Rodrigues na Av. Nazaré em Belém-Pa, no dia 25 de janeiro de 2016. p. 65.

COTELO, F. C; RODRIGUES, .J. M. Estudo Exploratório Sobre A Configuração Urbana De Metrôpoles Brasileiras 2000/2010: favela e não favela em questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, 2012.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições de moradia em Belém e Manaus**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará Belém, 2012.

CRUZ, Sandra; SILVA, Iraneide; SÁ, M. E. R. Projeto Portal da Amazônia e a (Des) territorialização do Trabalho e da Moradia numa Metrópole da Amazônia Brasileira, Belém/Pa. In: CONGRESSO ALAS CHILE: Crisis Y Emergencias Sociales en América Latina, 29., 2013, Santiago. **Anais...**Santiago: FACSO/SOCIOREDE/ALAS, 2013.

DIAS, J. M. P. **O orçamento participativo na cidade de São Paulo: confrontos e enfrentamentos no circuito do poder**. 2006. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC-SP, 2006.

FACEBOOK. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10201381680941290&set=a.10201381671061043.1073742158.1752148704&type=3&theater>> Acesso em: 17 jan. 2016.

FARIAS, Rosa Sulaine Silva. “Do orçamento participativo ao congresso da cidade: a trajetória de democratização do poder na cidade de Belém - Pa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11.. 2003. Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP:

UNICAMP, 2003.

GOHN, Maria Gloria. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs, e terceiro setor". **Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000 11

KECK, Margaret. **PT a lógica da diferença. O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 366 p.

JUSBRASIL. Disponível em: <<http://oab.jusbrasil.com.br/noticias/859647/oab-pa-faz-audiencia-publica-neste-sabado-sobre-projeto-de-orla-para-belem>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 18, n. 53, 2003.

LEÃO, Breno. **No aniversário de 400 anos de Belém, movimentos sociais saem às ruas**, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/noticias/no-aniversario-de-400-anos-de-belem-movimentos-sociais-saem-as-ruas-923e/>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 48-57, mar./maio, 2004.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, n. 121, p. 227-258, jun./2010.

LUNA, Allan Cavalcante, **O discreto charme da democracia: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)**. Recife: UFPE, 2014. p. 18.

MAGNO, Edvaldo da Costa. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação Nos Movimentos Sociais**. 2016. p. 60. Entrevista realizada em 14 de abril de 2016.

MARICATO, E., VAINER, C.; ARANTES, O. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARTINS, Lucia Refinetti Martins. **Os desafios da gestão municipal democrática Belém 1997-2000**. Desenhando a cidade do terceiro milênio. São Paulo: Polis, 2000.

MIRANDA, leontina. **Entrevista concedida a pesquisadora, onde falou de sua participação no Movimento Popular**. Em Belém no dia 05 de novembro de 2003, p. 48, 51

NOVAES, Jurandir Santos de. **Território e lugar: a construção democrática da metrópole - Congresso da Cidade Belém do Pará**. 2012. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OAB-PA. Disponível em: <<http://oab.jusbrasil.com.br/noticias/859647/oab-pa-faz-audiencia-publica-neste-sabado-sobre-projeto-de-orla-para-belem>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

OLIVEIRA, Francisco. **“Por quê política?”**. Fórum da Sociedade Civil na Unctad, em São Paulo, 14, 15 e 16 de junho de 2004.

OLIVEIRA, Tassia dos Santos. **Macro drenagem da bacia da Estrada Nova. Sub-Bacia 01. Vantagens do uso de Metacaulim e Aditivos químicos neste tipo de obra**. 2012. 71 f. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade da Amazônia, Belém,

OLIVEIRA, F. **Entrevista dada à Revista Vintém**. São Paulo, ano 2, n. 3, 2000.

PNCSA. **Ribeirinhos das Ilhas de Belém**. Fundação Ford- PPGSCA- UFAM, 2009. p. 8. (Fascículo 8).

PNCSA. **Ribeirinhos das Ilhas de Belém**. Belém: Fundação Ford- PPGSCA- UFAM, 2009. Fascículo 8. p. 8.

POJO, Jorge. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação Nos Movimentos Sociais**. Entrevista realizada no seu trabalho na rua Osvaldo de Caldas Brito Entrevista, no dia 15 de março de 2016. p.90.

POLARA, Francis. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação Nos Movimentos Sociais**. Entrevista realizada na Câmara Municipal de Belém-Pa, no dia

PORTAL NAZARÉ. Disponível em: <<http://www.fundacaonazare.com.br/voz/ler.php?id=749&edicao=28>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia **Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém. Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia**, Manaus: UFAM; Belém: UNAMAZ; UFPA; IAGUA, 2008. v.7.

_____. **Nossa vidas nossos direitos. “Portal da Amazônia”**. Manaus: UFAM; Belém: UNAMAZ; UFPA; IAGUA. v. 2.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: 34, 1996.

REVISTA FORUM. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2012/07/17/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/>> Acesso em: 4 ago. 2015.

RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. O confronto do Orçamento Participativo com as tradições representativas em São Paulo. **Cadernos metrópole 21**, p. 173-196, 10 sem. 2009.

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do Bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de Identidades entre os Ribeirinhos em Belém-Pa**. Belém: UFPe, 2006.

RODRIGUES, Carmem Izabel. O bairro do Jurunas, à beira do rio Guamá. **Revista Mosaico**, v.1, n.2, p.145, jul./dez. 2008.

SADER, Emir. Balanço de Neoliberalismo (comentarista). In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo. **Pós - Neoliberalismo. As Políticas e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1995.

SILVA, Ângelo José Santana. **Ocupação e organização Comunitária na Baixada do Jurunas (1964-1982)**". Belém: UFPA, 2004.

SILVA, Antônio Carlos Siqueira da. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação no Movimento Popular do Bairro do Jurunas**. Em Belém em sua casa no dia 15 de abril de 2015.). p. 56.

SILVA, Antônio Carlos Siqueira da. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação no Movimento Popular do Bairro do Jurunas**. Em Belém em sua casa no dia 17 de abril de 2016.). p.71.

SILVA, Jackson Silva da. **Gentrificação e resistência popular na Estrada Nova de Belém (PA): um espaço urbano em disputa**. [S.l.: s.n], 2015. Eventos.livera.com.br

SILVA, E. R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, n. 2, p. 279 - 306, dez. 2012.

SILVA, Nádia A. R. da. **A Organização Comunitária na Luta pela Moradia no Bairro do Jurunas na Década de 80**. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SODRE, Daniel Azevedo. **Entrevista concedida a pesquisadora, sobre sua participação NA Paróquia de Santa Luzia e como morador e trabalhador portuário**. Realizada em Minha residência no Jurunas no dia 17 de maio de 2016. p. 57.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Do "direito à cidade" ao direito ao planeta: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura**. 2015. Disponível em:<www.passapalavra.info/2014/07/98046>. 15 de dezembro de 2015.

STRESSER, Ronald. **Ciberativismo: a política 2.0**. Rio de Janeiro, 2010 Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/132068587/CIBERATIVISMO-APOLITICA-2-0-Ronald-S-Stresser-Jr>>. Acesso em: 2 jan. 2016.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; SILVA, M. A.; AMARAL, M. D. B. Das. **janelas" às "portas" para os rios:compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia**. Belém, 2008.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; AMARAL, Santos, 2006. p. 61. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT2/GT2_ARTIGO_FINAL_ALAS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

TSE.

Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sieeseireweb/seire.jsp?docsPerPage=0&selectTurno=1&selectCandidato=169163&selectCargo=13&anoConexao=2004&index=0&ordemColuna=2&modulo=AVZE&selectEstado=4&selectMunicipio=3368&operacao>> Acesso em: 10 abr. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ UFPA; NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS -NAEA. **Palestra realizada para os alunos do curso de Mestrado, PLADES**, Por técnicos da PMB em 14 de novembro de 2014. Belém, 2014. p. 96.

ANEXOS

ANEXO A - Lista de pessoas entrevistadas:

- a) Alfredo Cardoso Costa
- b) Benedito Costa
- c) Antônio Carlos Siqueira da Silva
- d) Francis Polara
- e) Jorge Pojo
- f) Milca Veiga Alves
- g) Leotina Miranda
- h) Edvaldo da Costa Magno
- i) Daniel Azevedo Sodré
- j) David Alves

Roteiro de Perguntas Semi-estruturadas

- 1- O que é política para você
- 2- Como você via o papel da política no período do OP e Congresso da Cidade?
- 3- Como você identifica a atuação política dos movimentos sociais em Belém e no Brasil?
- 4- Como você pratica a política?

ANEXO B - Imagem Ofício de pedido para utilização da quadra do Projetão para realização de promoção com fins lucrativos para arrecadar recursos para a reforma do prédio do Centro. 10/05/1988.

OFICIO S/N 88

DO: CENTRO COMUNITÁRIO HELENA DAS

AO: CONSELHO COMUNITÁRIO DO JURUNAS

PREZADOS COMPANHEIROS.

Estando o Centro Comunitário Helena Dias, como é de conhecimento de V^{rs.} S^{rs.} Passando por uma fase de construção, agora já em fase de acabamento onde estas despesas estão sendo patrocinadas pela comunidade a custas de promoções. E não vamos falar aqui de dificuldades porque todos sabem das que enfrentamos em nosos Centros.

Considerando o acima exposto, o Centro Comunitário Helena Dias, vem através deste perante este conselho solicitar ao / Ilmos. Srs. a abertura da quadra de projetão do Jurunas que se encontra fechada por determinação deste competente fórum de discussão na tarde/Noite do dia 28/05/88 para que esta netidade promova um concurso de quadrilha com o objetivo de angariar fundos para a finalidade acima exposto, além de proporcionar lazer a esta comunidade.

Gostaríamos de contar com suas compreensões e na / oportunidade manifestamos nossas sinceras e cordiais.

Saudações Comunitárias.

Belém, 10 de maio de 1988.

Clara Lavare da Trindade
PRESIDENTE

